

ONGS INTERNACIONAIS E O AVANÇO DAS DIREITAS NO SÉCULO XXI

MBL, PRIMAVERA ÁRABE E OUTROS CASOS



Fábio Bacila Sahl

Fábio Bacila Sahl

ONGS INTERNACIONAIS E O AVANÇO DAS
DIREITAS NO SÉCULO XXI: MBL,
PRIMAVERA ÁRABE E OUTROS CASOS
1ª edição eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2019



Navegando Publicações



NAVEGANDO


www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,
Brasil

Copyright © by autor, 2019.

S1314 – Sahd, Fábio Bacila. ONGs internacionais e o avanço das direitas no século XXI: MBL, Primavera Árabe e outros casos. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ISBN: 978-85-53111-39-8

 10.29388/978-85-53111-39-8

1. Ciência Política 2. ONG,s I. Fábio Bacila Sahd. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 320
CDU – 32

Revisão/ Diagramação – Lurdes Lucena
Arte Capa – Carlos Lucena
Foto - Portal NCST

Índices para catálogo sistemático

Ciência Política	320
Ciências Sociais	300



Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani – USP, Brasil

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Ángela A. Fernández – Univ. Autónoma de Sto. Domingo, República Dominicana

Anselmo Alencar Colares – UFOPA, Brasil

Carlos Lucena – UFU, Brasil

Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil

Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires, Argentina

Cílson César Fagiani – Uniube, Brasil

Christian Cwik – University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad & Tobago

Christian Hausser – Universidad de Talca, Chile

Daniel Schugurensky – Arizona State University, EUA

Dermeval Saviani – Unicamp, Brasil

Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil

Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena, Colômbia

Gilberto Luiz Alves – UFMS, Brasil

Hernán Venegas Delgado – Universidad Autónoma de Coahuila, México

Iside Gjergji – Universidade de Coimbra - Portugal

Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia

João dos Reis Silva Júnior – UFSCar, Brasil

Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena, Colômbia

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz, México

José Luis Sanfelice – Univás/Unicamp, Brasil

Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB, Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil

Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal

Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil

Paulino José Orso – Unioeste – Brasil

Raul Roman Romero – Universidad Nacional de Colombia – Colômbia

Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil

Robson Luiz de França – UFU, Brasil

Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana, Cuba

Silvia Mancini – Université de Lausanne, Suíça

Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal

Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra

Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Aposentado), Brasil

Victor-Jacinto Flecha – Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Paraguai

Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba, Cuba

SUMÁRIO

Introdução: capitalismo, ultraliberalismo e imperialismo	1
I. A atuação das ONGs ultraliberais e o imperialismo na América Latina e Brasil: a Venezuela, o caso Roussef e outros	27
1.1 A Atlas Network e a América Latina	34
1.2 Ainda a Atlas na América Latina: Students for Liberty, Estudiantes por la Libertad, Estudantes pela Liberdade e MBL	51
1.2.1 Students For Liberty	53
1.2.2 Estudiantes por la Libertad, Estudantes pela Liberdade e MBL	62
II. O Instituto Albert Einstein e os movimentos de protesto na América Latina e Oriente Médio	73
2.1 A Primavera Árabe e o imperialismo	85
2.2 Seriam as manifestações na América Latina e no Oriente Médio “Revoluções Coloridas”?	99
Conclusão	109
Referências	117
Sobre o autor	129

INTRODUÇÃO

CAPITALISMO, ULTRALIBERALISMO E IMPERIALISMO

Eric D. Dixon assina um artigo sobre o processo de impeachment no Brasil, datado de 2016, que está disponível somente em inglês no site da organização estadunidense, Atlas Network. Esta articula e apoia uma rede de aproximadamente 500 instituições ultraliberais, que estão distribuídas em quase 100 países ao redor do globo, estando mais de uma dezena delas sediada no Brasil. Ao longo de seu texto, Dixon menciona depoimentos de lideranças, que presidem ou ocupam posições de destaque nessas organizações, direta ou indiretamente vinculadas à Atlas. Destacamos alguns na sequência. Conforme Rafael Dal Molin, presidente do conselho nacional do grupo Estudantes Pela Liberdade, “Um conjunto de parceiros autônomos da Atlas Network no Brasil está cumprindo a difícil tarefa de reformar o clima intelectual e o debate político.” no país, ao difundir as ideias liberais “de formas novas e inovadoras”, propor saídas concretas para a crise e “Reunir as pessoas para partilhar das ideias e recursos em sua batalha ideológica comum”. Diogo Costa, presidente do Instituto Ordem Livre, afirma. “Está cada vez mais claro que os campeões da liberdade estão conquistando terreno.”. Sustenta que já teria ocorrido uma “significativa mudança” na opinião pública brasileira ao longo dos últimos anos, devido à atuação de “*Think tanks*, novas lideranças políticas e movimentos e mídias sociais”, com as ideias liberais entrando no debate público, e políticos de partidos tradicionais aderindo a elas. Carlos Góes, do Instituto Mercado Popular, também demonstra a centralidade ocupada pela batalha ideológica ao afirmar que, “Nós devemos traduzir o difundido sentimento antigoverno [...] em um difundido sentimento pró-liberdade.”, para assim fundamentar reformas ultraliberais duradouras. Isto já estaria sendo feito à medida que, de acordo com Góes, estaria em curso no Brasil uma “explosão de canais liberais” nas mídias sociais, grupos ativistas e *think tanks*, com institutos recrutando e treinando vários indivíduos, que, após algum tempo, iniciam seus próprios projetos, envolvendo-se em movimentos sociais, partidos, universidades e instituições de pesquisa, criando seus próprios blogs ou escrevendo na grande mídia, dando “Verdadeiramente

uma estrutura espontânea e de baixo para cima ao movimento, com uma plethora de diferentes estratégias.”. Em sua opinião, “[...] Esse portfólio diversificado de instituições, certamente, tem mais chances de se sair melhor do que uma organização centralizada.”, e “Nós devemos ser pragmáticos e influenciar a política pelas margens”, assegurando o contínuo crescimento do movimento brasileiro pró-liberdade¹.

Ao explicar a origem do Movimento Brasil Livre (MBL), Kim Kataguiiri, também evidencia essa preocupação com a disputa ideológica. Segundo ele, a organização teria surgido de “Uma ânsia em criar uma linguagem simples para espalhar e transformar o liberalismo econômico e político em uma força relevante no Brasil.”². O entusiasmo de Góes com a “estrutura espontânea e de baixo para cima” do movimento ultraliberal deve ser contraposto à afirmação de Dixon apontando como as diferentes organizações ligadas à Atlas convergem em sua atuação: “Os parceiros da Atlas Network no Brasil passaram anos preparando o terreno para as ideias de liberdade estarem presentes nesse momento, para se constituírem um farol de razão e esperança em meio a uma tempestade política e econômica.”.

A centralização ou não dessa atuação ultraliberal é um dos temas que buscaremos aprofundar. De todo modo, as opiniões dessas lideranças acerca da importância da batalha ideológica e das maiores chances de sucesso de um “portfólio diversificado de instituições” em comparação com uma “organização centralizada” não são nada originais. Em dois anuários da Atlas Network, figura seu fundador Antony Fisher defendendo a existência de “Uma multiplicidade de organizações independentes fazendo esse trabalho no nível local.” (no caso, formando a opinião pública), no que segue a cartilha imperialista clássica de encontrar colaboradores nativos para promover a expansão do capital. A perspectiva é que os institutos têm mais sucesso quando são liderados por “Empreendedores que pertencem à cultura local”. Inclusive, a própria Atlas assume ser uma de suas principais tarefas, senão a principal, atuar “nos bastidores”: “Nós aconselhamos, treinamos, apoiamos, reconhecemos e empoderamos nossos parceiros para alcançarem novos níveis de sucesso.”, sendo a medida deste, os impactos de longo prazo na opinião pública local. As “parceiras” da rede devem estar “Comprometidas em se tornar referências de entendi-

¹DIXON, 2016.

² PHILLIPS, 2017.

mento, articulação e marketing de nossas ideias.”, como a garantia de total liberdade de mercado, mantendo a hegemonia capitalista em sua versão ultraliberal. Um anuário vai direto ao ponto: “Essa batalha das ideias é uma luta de longo prazo que requer paciência, mas você verá nosso inequívoco progresso quando olhar o que está ocorrendo nessa rede, que nós nos sentimos privilegiados de conectar.”³.

Vou interromper abruptamente essas breves citações, pois espero já ter atingido meu objetivo ao optar por começar a introdução com elas: chamar a atenção do leitor para o problema e o convencer a prosseguir lendo o presente livro, a fim de compreender melhor essa nova forma de atuação das direitas. Creio não ser muito polêmico afirmar que, nos últimos anos, no Brasil, o pensamento tanto neoliberal quanto conservador vem ganhando cada vez mais espaço, conforme reconhecem as próprias lideranças supracitadas. No contexto do impedimento de Dilma Rousseff, o congresso eleito em 2014 foi definido pelos editoriais do “Le Monde Diplomatique Brasil” como ultraconservador, senão “o mais conservador da história”, marcado por um avanço das forças situadas à direita do espectro político, tanto laicas quanto religiosas. Os resultados eleitorais de 2018 demonstraram o avanço ainda maior dessa lógica, e que também não é problemático afirmar que, tal tendência vem se refletindo nos ambientes de ensino, públicos e privados, básico e superior, sobretudo nas manifestações de alunos, e até mesmo de professores. Cada vez mais, vem sendo reproduzido um discurso ultraliberal, não raro, contendo elementos fascistas, popularizando-se em detrimento de reflexões críticas, que inclusive têm sido estigmatizadas e dado ensejo a piadas e comentários, evidenciando uma crescente perseguição ideológica. O fenômeno Jair Bolsonaro é a culminância desse processo, alimentando-o e sendo alimentado por ele. Lamentavelmente, nessa “nova era dos extremos”, que estamos vivendo, posicionamentos liberais também têm sido simplificados e idiotizados, em vez de contrapostos pelas esquerdas com o devido respeito e rigor. São quase dois séculos de querela intelectual entre socialistas e liberais, e ambos têm a nos ensinar, constituindo tradições legítimas de reflexão política, ainda que esteja cada vez mais raro encontrar liberais convictos, dado a sedução exercida pelas ideias autoritárias em muitos, como refletido no crescimento do PSL em detrimento do PSDB.

³ ATLAS NETWORK, 2008, p. 5; 2013, p. 4; 2014, p. 3.

Antes fosse este um problema estritamente nacional, e digo problema, pois até aqueles que reivindicam ao menos retoricamente a tradição liberal, como o Movimento Brasil Livre (MBL), a até mesmo Bolsonaro, tem manifestado suas reflexões de forma fascista, ao criar uma polarização tosca e insistir em uma representação simplificada e demonizada da alteridade que gera mobilização e ódio. Esse flerte do liberalismo com o fascismo fica explícito tanto no plano de governo do PSL registrado no TSE quanto no projeto de lei “Escola sem partido”. O primeiro, reatualizando a retórica macarthista, ao mesmo tempo em que discorre sobre as benesses do livre mercado e reivindica os princípios “liberais democratas”, fala fantasiosamente em libertar o Brasil do atual ciclo de “crime, corrupção e de ideologias perversas” e da necessidade de se combater o “marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo”, que teria se unido às “Oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira”⁴, com a esquerda tendo corrompido a democracia e estagnado a economia nos últimos 30 anos, incluindo nessa vertente governos como Sarney, Collor e FHC. Típico panfleto da Guerra Fria, que cria e alimenta uma representação de um inimigo onipresente e artiloso, que conspira contra todos os “valores ocidentais”, mobilizando de forma reacionária em torno do medo. Quanto ao Escola Sem Partido, projeto que encontra guarida no referido plano de governo, busca criminalizar o pensamento crítico como “ideologização”, naturalizando o conservadorismo como regra ou norma, com a mesma lógica se aplicando ao debate sobre gênero, sendo tanto o ensino técnico quanto a representação tradicional e machista do masculino e feminino elevados à condição “supraideológica”, portanto, normativa. Vale lembrar que a imposição do pensamento único e o anti-intelectualismo são duas das características mais comuns nas sociedades fascistas. As análises das eleições realizadas recentemente também na Europa, nos EUA e nos demais países da América Latina igualmente destacam o avanço do ultraliberalismo e da extrema-direita, caso não só de Trump, mas da ida de Marine Le Pen ao segundo turno, e das eleições para o parlamento alemão em 2017 (quando cresceu a representação do partido xenófobo, “Alternativa para a Alemanha”, entre tantos outros casos.

Seria essa “direitização” tão somente consequência de mais um período de crise do capitalismo, que por si só é um sistema de cri-

⁴ O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 11; 5; 8;

ses? Seguramente, as crises do capital reforçam essa guinada à direita e o radicalismo crescente, explicável também pelo medo de precarização, mas não esgotam o tema, afinal é necessário considerar fatores contextuais e o peso da ação coletiva e das instituições dentro das macroestruturas. Contextualmente, ao menos na América Latina, essa tendência pode também ser compreendida a partir das contradições concretas dos projetos reformistas, que integraram setores arcaicos e corruptos em seus governos, contaminando-se e se tornando, eles próprios, os partidos da ordem a serem combatidos, e não mais alternativas antissistêmicas, tema muito bem explorado nas mídias sociais e hegemônicas. Isso ajuda a entender, por exemplo, a migração de votos que eram do PT até 2002 para o PSL, em 2018⁵. Outros fatores, possivelmente limitantes dessas experiências reformistas de “baixa intensidade”, seriam, paralelamente a essa falida política de conciliação de classes e reprodução de arcaísmos sistêmicos (corrupção, fisiologismo, etc.), boicotes de detentores de capital e limites estruturais à própria lógica redistributiva socialdemocrata.

Contudo, na análise dessa “direitização” não podemos recair em nenhuma simplificação “economicista” nem nos limitarmos ao arrolamento de contradições concretas. Devemos levar tais fatores em conta, paralelamente, à consideração da articulação e atuação hegemônica dos grupos de direita, que estão sabendo capitalizar as crises, fortalecendo-se com a criminalização da política e das esquerdas. O objetivo do presente livro é justamente contribuir para a compreensão desse processo, iluminando especificamente a organização e o engajamento ultraliberal, sobretudo via movimentos e organizações não governamentais (ONGs) atuantes na América Latina, utilizando a dita “Primavera Árabe” como contraponto. Os movimentos em ambas as regiões, não obstante a parcela de espontaneísmo, são aqui observados a partir da ação orgânica de alguns agentes e das mudanças no sistema capitalista atual, que reproduz sua lógica expansiva/imperialista como pré-condição de sua própria sobrevivência, mas em um cenário que requer a manutenção de uma fachada democrática, ganhando primazia os golpes leves e a disputa ideológica. Em última instância, o que propomos é compreender as conexões internacionais do ultraliberalis-

⁵ Essa reflexão pode ser sustentada a partir dos estudos eleitorais e da base do lulismo tal qual apresentados por André Singer (“Os sentidos do lulismo”) e quando comparados com as intenções de voto para presidência por segmentos, em 2018. A tendência anterior de se votar no PT quanto maior fosse a escolaridade migrou para Bolsonaro, em 2018.

mo, cujas organizações - a exemplo do MBL - atuam tanto para eleger quadros comprometidos com seu referencial ideológico, quanto para desestabilizar e derrubar presidentes, sejam eles governos nacionalistas, populistas ou que reivindicam abertamente o socialismo. Trata-se de uma obra que tem seu cunho político explicitado, mas que não prescinde do rigor acadêmico, fundamentando-se em referencial bibliográfico, artigos jornalísticos e relatórios produzidos pelas próprias organizações investigadas. Justamente, é devido a seu impacto político que optamos por uma obra concisa e escrita em linguagem acessível, com as referências sendo colocadas como notas finais para facilitar a leitura e chegar a um público mais amplo possível, sendo tal intento facilitado pelo acesso online gratuito.

Na sequência, ainda na introdução, farei uma abordagem teórica do atual estágio do capitalismo (ultraliberalismo, ou “neoliberalismo”) e apresentarei algumas reflexões críticas sobre a disputa cultural, bem como o papel das ONGs nesse cenário. Tais passagens são fundamentais para se compreender os efeitos socialmente perversos do ultraliberalismo, e fundamentar e fomentar o engajamento na luta contra-hegemônica. Quanto ao restante da obra, está estruturado da seguinte forma. No primeiro capítulo, historicizo e apresento dados concretos sobre a atuação das organizações ultraliberaes na América Latina, incluindo seu envolvimento no impeachment de Dilma Roussef e nas ações da oposição venezuelana. Na sequência, analiso a Primavera Árabe sob a perspectiva dos agentes internacionais que a influenciaram ou ao menos tentaram, destacando também a atuação de ONGs, algumas delas presentes também na América Latina. Por fim, abordo o conceito de revolução colorida, bem como a interpretação do governo russo dos atuais movimentos não violentos, seja na América Latina, África ou Ásia. Acreditamos, desse modo, estar elucidando as estratégias empregadas no novo milênio pelos capitais e por seus intelectuais orgânicos, que são qualitativamente distintas de operações anteriores, como a “Brother Sam” e “Condor”.

A compreensão mais refinada da atuação de ONGs “ultraliberaes” no novo milênio requer uma descrição prévia um tanto delongada da estrutura e conjuntura econômica atual, marcada pelo retrocesso do Estado de Bem-Estar social e avanço do neoliberalismo do final da Guerra Fria em diante. A temporária saída de cena da pauta socialista, que perdeu muito prestígio com a derrocada da URSS, parece ter di-

minuído a pressão interna de reforma no sistema capitalista a fim de evitar uma revolução. Enquanto uma alternativa concreta ao capitalismo estava na ordem do dia, com a utopia socialista movendo milhões de pessoas e gerando enorme pressão, o aumento da desigualdade, da miséria e o descaso do mercado (e, em decorrência, do Estado) com a vida humana tiveram que ser contornados por políticas redistributivas (social-democratas) para se evitar o pior. Hoje em dia, enquanto vários autores falam em globalização, outros, como James Petras, embora não ignorem as mudanças ocorridas no sistema capitalista, defendem a pertinência de ainda compreender suas relações econômicas e de poder a partir do conceito clássico de imperialismo. Nessa perspectiva, a globalização seria uma forma acentuada do processo imperialista, que tem em seu núcleo a junção do capital produtivo e financeiro e a natureza expansiva do capital em busca de margens mais altas de lucro a fim de reverter sua tendência de queda. A globalização seria assim parte dessa etapa nova, específica e inevitável do capitalismo, que já Marx pressupôs e Vladimir Ilich Lênin detalhou.

Marx e Engels apontaram no “Manifesto Comunista” e em outras obras que, a expansão do capital tem levado à desestabilização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais tradicionais das regiões coloniais (ou periféricas), como consequência de sua entrada consentida ou forçada na “modernidade capitalista”, dando vazão a diferentes movimentos e ideologias. As transformações em todo o globo decorreriam do rápido desenvolvimento das forças produtivas nos centros capitalistas avançados, o que “[...] atrai todas as nações, até mesmo as mais bárbaras, para a civilização.”, desarticulando os antigos modos de produção e construindo um mundo homogêneo e semelhante que devora, “Desorganiza, agita, comove, liquida e suprime as formas sociais anteriores”, ou “Todos os espaços incompatíveis com ele”⁶. Em outras palavras, já no século XIX, a burguesia passou a rejeitar as fronteiras nacionais, como barreiras à expansão econômica, adentrando na esfera política para consolidar seus interesses vinculados à ampliação dos lucros e do sistema capitalista. “Com o lema ‘expansão por amor à expansão’, a burguesia tentou - e parcialmente conseguiu - persuadir os governos nacionais a enveredarem pelo caminho

⁶ Filho de seu tempo como qualquer outra pessoa, é impossível ignorar a influência do discurso colonialista na própria formulação marxiana do imperialismo, tema bem desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, em “Epistemologias do Sul”.

da política mundial.”, tornando a expansão o objetivo final da política externa, traduzindo-se em ampliação de mercados diante do crescimento da produção industrial. E quem afirma isso, Hannah Arendt, está longe de poder ser considerada uma pensadora comunista⁷. Se no “mundo ocidental” ou “Norte Global”, a “Era dos Impérios” (1875-1914) trouxe “estabilidade social” e “paz sem paralelos”, ainda que por tempo limitado (pois desembocou nas duas guerras mundiais), na periferia, ou “Sul Global”, a conquista e dominação de vastos territórios gerou “forças combinadas da rebelião e da revolução” com distintas expressões e referências. Contudo, vale lembrar que, além de sua dimensão econômica, o imperialismo também se caracteriza por apelos nacionalistas (políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos) ou mesmo raciais⁸, estando associado ao surgimento e consolidação dos fascismos⁹.

Com o desenvolvimento e expansão do sistema capitalista, consolidou-se uma “economia global única”, que atingiu “progressivamente as mais remotas paragens do mundo”, articulando norte e sul em cada vez mais aceleradas e intensificadas transações econômicas e fluxos de bens, capitais, informações, comunicações e pessoas, ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido.” Além disso, reforçando os interesses do centro pelas margens do sistema. Em poucas palavras, a etapa imperialista do capitalismo levou, dentre outras coisas, à “[...] ‘divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas’, configurando um conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência.”¹⁰. Até autores não marxistas afirmam que o desenvolvimento do capitalismo na Europa esteve desde os primórdios, vinculado à penetração política e econômica nas áreas não europeias, por meio de empreendimentos militares e comerciais, criando um sistema global de produção e de relações econômicas baseado nos mecanismos da economia capitalista. Dessa forma, imperialismo e colonialismo são fenômenos associados, estando as mudanças regionais relacionadas ao estabelecimento do capitalismo como sistema mundial ou “fenômeno totalmente global”, cuja lógica de funcionamento o impele à busca de lucro máximo e à contínua expansão.

⁷ ARENDT, 1989, p. 156.

⁸ HOBSBAWM, 1998, p. 95.

⁹ FRESU, 2017.

¹⁰ HOBSBAWM, 1998, p. 24; 93-95.

Entre 1803 e 1901, a Grã-Bretanha se envolveu em cinquenta guerras coloniais, sendo “[...] a expansão da influência europeia em outras áreas do globo acompanhada de uma variedade de conflitos sangrentos.”¹¹.

Pensando na realidade contemporânea da América Latina, “As políticas imperiais adotadas pelos EUA respondem basicamente ao poder e à centralidade das principais empresas multinacionais na economia estadunidense.”, sendo o imperialismo não uma “conspiração”, mas “[...] uma realidade econômica estrutural determinante¹². Pensar o subcontinente a partir dessa chave interpretativa é considerar a duradoura influência exercida pelas principais potências capitalistas (“centro” ou “Norte Global”) nos países “em desenvolvimento”, “periferia” ou ainda “Sul Global”. Tal influência alterna intervenções diretas e indiretas¹³, podendo-se compreender como episódio mais atual dessa lógica a atuação de organizações ultraliberais e dos movimentos contrários aos governos nacionalistas, populistas ou socialistas do século XXI, seja na América Latina seja em África ou Ásia.

Exceto pela Questão Palestina, que continua por ser resolvida e é em sua essência uma causa anticolonial, as últimas independências das antigas colônias foram conseguidas na década de 1970. Foi um processo incontornável, dado a aceitação generalizada nas últimas décadas do século XX do direito à autodeterminação como um dos pilares dos demais direitos humanos. Portanto, é necessário diferenciar a expressão mais recente da “tendência expansionista do capital” ou “impulso expansivo irrestringível do capital” de suas formas precedentes, como o colonialismo direto. Estamos a falar do neocolonialismo, com o mundo dividido em zonas de concorrência e predomínio de certas corporações (sobretudo dos centros hegemônicos do capitalismo) em detrimento de outras e dos capitais locais, comprometendo inclusive a autonomia dos governos autóctones diante das imposições de órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, diante da manutenção do serviço de dívidas públicas impagáveis, ou ainda diante da necessidade de fazer concessões para atrair investimentos. “O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é utilizado para a exploração, em lugar de ser para o desenvolvimento das partes me-

¹¹ GIDDENS, 2008, p. 182-184; 239-240.

¹² PETRAS, 2007, p. 20.

¹³ MESZAROS, 2011, p. 61.

nos desenvolvidas do mundo.”, com esse investimento exterior aumentando, “em lugar de diminuir, a brecha entre as nações ricas e pobres do mundo”. Seria a “pior forma de imperialismo”, pois exime quem o exerce de qualquer responsabilidade, mas ao menos contribui para manter alguns direitos e amenizar a luta de classes nas matrizes, ao passo que “significa a exploração sem alívio” para outros povos, adiando ainda mais a resolução de questões sociais como a miséria e o usufruto dos recursos nacionais. Como o sistema capitalista é integrado, e só pode ser interpretado como tal (o que deslegitima comparações entre, por exemplo, o padrão de vida no Brasil e na Europa), há um centro aparentemente próspero, porque o capital encontra territórios para se reproduzir com altas taxas de lucro, reinvestindo nas matrizes ou se mantendo como capital especulativo, o que implica em “expulsões”¹⁴ das formas de vida e populações locais, mormente na “periferia do sistema”¹⁵.

Ou seja, diferentemente da teoria liberal, as “vantagens comparativas” da divisão internacional do trabalho não chegam às ex-colônias gerando autonomia, quando muito ficam concentradas em suas “pequenas Europas”, permanecendo a economia e finanças controladas a partir de fora (ou por capitais associados locais) e as margens de ação de governantes nacionalistas limitadas, com eles passíveis de sofrer golpes para os substituir por autoridades mais subservientes¹⁶. Em outras palavras, trata-se de um “regresso do colonizador, considerando o retorno de formas de governo colonial, sendo sua expressão mais saliente uma ‘nova forma de governo indireto’”, originada a partir da omissão do Estado do papel de regulação social e da privatização dos serviços públicos, com “poderosos atores não estatais” (destacamos aqui as corporações multinacionais) adquirindo assim “[...] o controle dos cuidados de saúde, da terra, da água potável, das sementes, das florestas ou da qualidade ambiental.”, com os vínculos dos sujeitos de direito com o Estado constitucional substituído por “[...] obrigações contratuais privadas e despolitizadas nas quais a parte mais fraca se encontra mais ou menos à mercê da parte mais forte.”, estando em uma situação de segregação ou “fascismo do apartheid social” que coexiste com a “democracia política liberal”. Trata-se de “linhas abissais” que

¹⁴ SASSEN, 2016.

¹⁵ HARVEY, 2016.

¹⁶ N’KRUMAH, 1967, p. II-XIII.

separam o “Norte” do “Sul Global”, sendo a política de “livre mercado” um dos principais recursos para garantir a continuidade dessa lógica hegemônica, que ganhou ímpeto dos anos 1980 em diante a partir da ortodoxia ultraliberal iniciada com os governos Reagan e Thatcher¹⁷. Retomando as considerações de Rosa Luxemburgo sobre a expansão do capital, David Harvey chama a esse processo de “acumulação por espoliação”¹⁸.

Nessa perspectiva teórica crítica, rejeitada por autores liberais (que explicam e positivam esse fenômeno como “crescimento econômico”), a “globalização” é parte do “imperialismo”, ou a nova fase da já antiga penetração dos capitais europeus nas colônias (ou o “espetáculo de destruição das formas tradicionais de vida”¹⁹), sendo o atual estágio do capitalismo melhor compreendido como “neo” ou “ultra” liberalismo. Esta é sua versão “acentuada na era da globalização financeira”²⁰, que retoma as concessões sociais e trabalhistas dos Estados de bem-estar social ao gerar pressões para “reestruturações” ou “liberalizações” a fim de facilitar a penetração e expansão dos capitais hegemônicos nas diferentes áreas e setores, reduzindo direitos (à saúde, água, etc.) à condição de mercadorias e ignorando a dimensão material necessária ao funcionamento do Estado democrático de direito. É nesse cenário de produção e gestão autoritária de excluídos sociais, que ganham terreno e aceitação social práticas de exceção legal, como a “exclusão de ilicitude” defendida no programa de governo de Bolsonaro (vulgo “carta branca para a polícia matar”, para retomar aqui um de seus discursos²¹). Conforme alguns teóricos, não estamos passando por uma crise e por reformulações necessárias. Estamos vivenciando a consolidação de um “estado pós-democrático”, em substituição ao “Estado democrático de direito”, já superado na prática²². Se direitos sociais são formas individuais e coletivas de ganho para os trabalhadores (afinal reduz seus custos com saúde, educação, etc.), retirá-los beneficia o capital, pois reduz custos e enxuga o Estado ao mesmo tem-

¹⁷ SANTOS, 2010, p. 44-49.

¹⁸ HARVEY, 2004.

¹⁹ GONZÁLEZ, 1984, p. 65-68.

²⁰ BAGGIO, 2016, p. 1.

²¹ CARVALHO, 2017.

²² CASARA, 2017. Casara empresta o termo “pós-democracia” do autor inglês Colin Crouch, sustentando suas reflexões também em Pierre Dardot e Christian Laval.

po em que amplia os mercados de atuação e acúmulo para a iniciativa privada. O pretexto é a necessidade de gerar “crescimento econômico”, o que por si só não gera redistribuição e tampouco consegue se enquadrar nos limites ambientais, e que o diga o efeito estufa e o irreversível desmatamento, que ao fim e ao cabo constituem “vantagens competitivas”.

A política de “liberalização” econômica, acompanhada da flexibilização das leis trabalhistas e do aumento da exploração de classe, é o coração da lógica ultraliberal privatizante, que integra milionários e bilionários das diferentes regiões do mercado global. As novas conexões internacionais do capital, ou “políticas de ajuste estrutural”, sob pretexto de favorecer o crescimento econômico facilitando a “livre iniciativa”, aumentam as desigualdades, a concentração das fortunas privadas e a margem de exploração das potências centrais e de suas multinacionais, reforçando a divisão clássica de centro/periferia ou norte/sul, embora sejam criadas ilhas de prosperidade vinculadas a capitais associados, geralmente cercadas de áreas com populações excluídas. “O neoliberalismo é, em essência, um eufemismo para a reconcentração de lucros mediante a regulamentação internacional da política estatal.”, com a mais valia sendo transferida “para cima e para fora” e as estruturas de classe se polarizando. Nas regiões periféricas e centrais a reforma das estruturas econômicas tem resultado em uma maior integração na cúpula e um incremento da desintegração em nível subnacional, resultando na fragmentação das cidades, miséria e violência urbana²³.

Os ricos ou “pequenas Europas”²⁴ do “Sul” prosperam em associação com o Primeiro Mundo, mas estão cada vez mais isolados de seu entorno socioeconômico degradado, apartando-se dele ao se deslocarem com helicópteros ou carros blindados, morarem em condomínios fechados e frequentarem espaços segregadores como “country” e “golfê clubs” e shopping centers. Enquanto isso, difunde-se a miséria, pobreza, informalidade e super-exploração em seus países, seja por meio da flexibilização das leis trabalhistas, seja devido à precarização do Estado oriunda do enxugamento dos gastos sociais para gerar um “equilíbrio” das contas, leia-se, a manutenção do serviço impagável e insondável das dívidas públicas. A falta de contato direto alimen-

²³ PETRAS; CAVALUZZI, 1995, p. 24-25.

²⁴ SANTOS, 2010, p. 31-52.

ta a indiferença, bem como propostas autoritárias, ou “pós-democráticas”, entre as elites e classes médias, sendo essas, importantes bases de apoio a propostas radicalizadas. A “liberalização” é assim a “ideologia” ou estratégia dos detentores do poder econômico, um instrumento para garantir uma melhor posição na concorrência global intercapitalista, e não “um produto inevitável do iminente ‘processo de globalização’”. É obra dos “[...] políticos dos EUA, dos banqueiros e das corporações multinacionais aliadas com os capitalistas transnacionais da América Latina” e com instituições aparentemente globais, mas que na prática correspondem aos interesses das corporações euro-estadunidenses por abertura de mercados, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ²⁵. Em termos absolutos, os EUA e suas multinacionais são dominantes. Em 2004, controlavam 227 das 500 mais importantes dentre elas, seguidos das corporações europeias (141). Assim, a “globalização” é o poder derivado das empresas multinacionais sediadas no “Norte Global”, que lhes permite “movimentar capitais, controlar o comércio, o crédito, o financiamento e o espetáculo.” Não é à toa que os países e continentes menos relevantes, em termos de participação no ranking das multinacionais, são justamente aqueles que têm sido dominados pelas corporações dos “Estados imperiais”, portanto alvos de desvios de recursos, transferência de benefícios e desacumulação. Logo, globalização é “A concentração e a extensão máxima do império estadunidense, ou ao menos de um império formado pelos EUA e Europa, complementado pelo gradativo surgimento de empresas multinacionais asiáticas.”²⁶.

A nova política econômica ultraliberal é ditada por diferentes frações da classe burguesa, e está associada a interesses partidários e corporativos específicos. A “liberalização” ocorre em nível nacional, dentro da estrutura de classes (vulnerabilidade do trabalho), e se verticaliza e exterioriza, integrando-se na economia global, por meio da desregulamentação ou abertura econômica. Não se trata apenas de um agente imperial, mas de vários (nacionais e internacionais), inclusive concorrendo entre si, com nuances em sua atuação. Enquanto os EUA se caracterizam por uma “estratégia colonial altamente militarista” e tende à “ação unilateral e ao monopólio do poder e da usurpação imperial”, o império europeu mantém uma “estratégia diplomáti-

²⁵ PETRAS; CAVALUZZI, 1995, p. 27.

²⁶ PETRAS, 2007, p. 12-13.

ca dominante de ‘comércio-investimento-mercado’.”, propondo um “imperialismo multilateral, consultivo e de cooperação”. Ao menos nos EUA, as principais políticas a serviço dos interesses imperiais são formuladas e executadas não a partir de amplos debates públicos e com esse nome, mas por um “reduzido círculo de órgãos diretores, formado principalmente por funcionários não eleitos, que costuma atuar a portas fechadas e planejar as políticas imperiais”, com os resultados sendo apresentados ao público posteriormente de forma ideologizada a partir do uso seletivo de palavras como liberdade, direitos humanos, terrorismo, fundamentalismo, ditadura ou democracia. Se os “atores econômicos estruturais” (multinacionais, organismos “internacionais”) estabelecem os parâmetros gerais das políticas dos EUA, os órgãos governamentais elaboram as políticas para atender a seus interesses, “em grande parte pelas costas do eleitorado”, mas não das megacorporações²⁷. Cabe uma citação mais longa, que historiciza e aprofunda a compreensão do processo de liberalização:

A nova linha de menos resistência é a mais compatível com as históricas políticas dos Estados Unidos (Doutrina Monroe, União Pan-americana, Aliança para o Progresso, etc.). É uma estratégia regional em bloco, na qual os Estados Unidos são a potência hegemônica que pode obter comércio, investimento, juros e receita de royalties da América Latina. Desta posição vantajosa, América Latina (e Canadá) são uma fonte estratégica para a acumulação e transferência de renda, lucros e pagamentos de royalties para os Estados Unidos, para compensar as transferências negativas de outras regiões [...] Nesse contexto, a liberalização na América Latina tem sido essencial para transferir capital aos Estados Unidos e lhes garantir acesso aos mercados e lucros permanecendo competitivos. Nesse sentido, a liberalização está ligada aos interesses da estratégia global dos Estados Unidos. É produto de uma atuação em todo o continente por parte dos EUA, desde os anos 1970 [...] os ditadores da América Latina que promoveram a liberalização foram financiados e apoiados; as transições eleitorais foram organizadas por Washington com a condição de que esses novos regimes eleitorais aprofundassem o processo de liberalização. A liberalização funciona, primeiramente, para beneficiar multinacionais e bancos dos EUA, mas é muito mais importante para a política econômica dos Es-

²⁷ PETRAS; CAVALUZZI, 1995, p. 7-8; PETRAS, 2007, p. 20-21.

tados Unidos globalmente [...] A transferência e pagamentos aos Estados Unidos mostra um espetacular incremento, em conjunto, com a liberalização, particularmente na forma de juros e de pagamento de royalties. Não há dúvida de que as políticas de ‘livre mercado’ têm se transformado na pedra angular das políticas norte-americana e são uma das razões pelas quais os políticos norte-americanos apoiam regimes eleitorais de ‘livre mercado’ contra os regimes militares (mais seguros)²⁸.

Em suma, de um ponto de vista crítico, é frágil e imprecisa a noção de “globalização” enquanto “economia mundial mais diversificada” e “integrada”, ou “mundo de nações prósperas, progressistas, dinâmico e modernizador”. Entendida dessa forma, é uma “máscara ideológica que disfarça o poder emergente das corporações norte-americanas”, integrando um repertório de conceitos, elaborado pelos ideólogos do neoliberalismo ao longo das duas últimas décadas, para justificar e ocultar práticas políticas autoritárias e as crescentes desigualdades socioeconômicas, que acompanham a hegemonia capitalista. “A globalização da produção e do câmbio no mercado mundial é um comando particular que emana de um conjunto específico de classes (exportadores, financistas, etc.) que decretam um tipo particular de inserção (‘mercados livres’)”, sendo seus principais protagonistas “os países imperialistas ascendentes”. No caso, aqueles “cujas principais instituições econômicas são ‘mundialmente competitivas’ e por isso não têm nada a perder e tudo a ganhar com o ‘livre comércio’ e ‘mercados abertos’.”, favorecendo a globalização irrestrita, seja via desestabilizações e golpes, seja apoiando governos neoliberais (via preferencial).

Portanto, a “globalização” não é uma “nova era de negócios mundiais”, inevitável e benemérita, criando uma “aldeia global”, mas a manifestação mais recente do fenômeno imperialista, que deve ser compreendido na perspectiva temporal mais longa da tendência expansionista do sistema capitalista pelo globo, que remonta a sua versão comercial ainda no século XVI²⁹. O conceito de “imperialismo” seria assim “uma maneira mais exata de compreender e interpretar o contexto em que as questões políticas e sociais estão inseridas.”. Caracteriza-se pelo “uso irrestrito de força militar” estadunidense quando ne-

²⁸ PETRAS; CAVALUZZI, 1995, p. 7-8; 15.

²⁹ ARRIGHI, 1996.

cessário, por uma “investida euro-americana em escala maciça contra toda limitação sociopolítica à expansão empresarial multinacional” e por uma economia mundial cada vez mais dominada pelo poder econômico das potências, com suas corporações multinacionais sendo a “força dominante”³⁰. Contudo, o imperialismo atual tem suas especificidades, não sendo o mesmo praticado no século XIX (que estendia a soberania dos Estados-nação sobre territórios estrangeiros), caracterizando-se, hoje, pela manutenção de uma nova forma de soberania global, o “Império”, que é um poder em rede, cujos nós, ou elementos principais, são os Estados-nação, em conjunto com as principais corporações capitalistas, instituições supranacionais (OTAN, FMI, Banco Mundial, Conselho de Segurança da ONU, entre outros) e outros poderes. Se a divisão de poder entre esses agentes é assimétrica, eles se veem obrigados a cooperar para criar e manter a ordem global, com suas rígidas divisões e hierarquias, face à condição de insegurança generalizada e “guerra perpétua”, que por sua vez servem como instrumento de legitimação e dominação³¹. A vacilação das forças progressistas, em qualquer latitude do globo, em afirmar sua adesão a programas anticapitalistas atesta a hegemonia desse discurso de que, se está ruim com, pode piorar se vivermos fora do atual sistema econômico.

Como se a nave do capital trouxesse benefícios concretos para todos seus tripulantes, e não apenas perspectivas apocalípticas de guerras, ainda mais desigualdade ou colapso ambiental, afinal a prevalência é pelo valor de troca e não de uso das coisas produzidas, e é aí que compreendemos o desdém pelo meio ambiente e as guerras, fome e pobreza, não obstante a atual capacidade de alimentar a população mundial inteira e ainda sobrar recursos. Exemplo notório é a produção armamentista, que amplia o capital e com ele mortes, destruições e deslocamentos humanos, sendo destituída de um valor de uso benéfico para a humanidade como um todo. Mas, no sistema capitalista, as armas constituem um mercado a ser explorado, assim como qualquer outro.

Assim, como o conceito de globalização, o suposto “livre mercado” propagandeado pelos neoliberais seria outro instrumento ou “máscara” ideologizante, pois ignora a intervenção estatal na economia por meio de quotas, subsídios e barreiras tarifárias, a fim de controlar

³⁰ PETRAS; WELTMAYER, 2000, p. 229-231; 238; 15; 62-64; 68-69; 169-170; 28.

³¹ NEGRI; HARDT, 2004, p. 14-15.

o fluxo de determinadas mercadorias para beneficiar interesses específicos. É esta “aplicação ‘excepcionalista’ da doutrina do ‘livre câmbio’” que garante a “expansão euro-americana à custa da crise do Terceiro Mundo”, ou uma “recolonização” resultante da crise nacional no “Sul Global” em oposição à prosperidade imperialista no “Norte”. Assim, a nova configuração neoliberal não decorre da suposta “maior eficiência e racionalidade do mercado”, mas do “caráter central da política, da violência do Estado e da intervenção do estado imperial”. Na suposta globalização, ao invés das nações interdependentes, sobressaem-se gritantes “[...] contrastes entre nações credoras e devedoras, corporações multibilionárias apropriando-se de empresas, juros, royalties e excedentes comerciais enquanto bilhões de trabalhadores e de camponeses colhem pobreza e existências miseráveis.”. À relativa prosperidade do capitalismo nos EUA e na Europa se contrapõem o “colapso ou a depressão das economias no resto do mundo”, com as crises no “Sul Global” alimentadas pelas pressões euro-americanas, “[...] que encorajam a liberalização, a desregulamentação e o endividamento.”. É tendo em vista a “[...] atual concentração de riqueza e poder, a centralização do capital, os diferentes efeitos das crises, a distribuição de benefícios e perdas decorrentes da crise”, que se deve considerar o conceito de imperialismo, com foco nos EUA e na “total incapacidade e má vontade para criar economias viáveis e prósperas”³².

Em suma, “Não há interdependência alguma, porque a vantagem de um conjunto de países implica prejuízos em outras regiões.”, com a concentração de decisões no Estado-nação imperial e seu beneficiamento de relações desiguais afetando o fluxo de capital e os trabalhadores. É um equívoco considerar uma economia local em separado da estrutura global, pois só há prosperidade para alguns à medida que há dominação e exploração de outros, seja em termos globais ou dentro da estrutura de classes de cada país³³. Em escala global, as soluções capitalistas de “liberalização” geram “uma série de profundos problemas estruturais para a classe trabalhadora”, estando a melhoria de indicadores macroeconômicos associada à queda de indicadores macrosociais. Esta ocorre pelos cortes nos gastos sociais, retirada punitiva de capitais, reestruturação de empresas, altas taxas de juros, baixos salários, precarização, demissões em massa, diferentes formas de pres-

³² PETRAS; WELTMAYER, 2000, p. 238-239; 252.

³³ HARVEY, 2016; CATTANI, 2010, p. 8-9.

são e programas de privatização. A doutrina liberal das “vantagens comparativas” na divisão internacional do trabalho, na prática, acentua as desigualdades norte-sul e entre as classes, com a especialização das economias do “Sul” tornando-as ainda mais dependentes do mercado global e das potências. Estas obtêm um excedente substancial na sua balança comercial e conseguem transferir fundos e lucros por meio do domínio comercial exercido pelos conglomerados multinacionais. Essa prosperidade empresarial tem, como contrapartida, uma “hemorragia de recursos”, uma “estagnação cada vez mais profunda e crises sistêmicas”, que levam a uma concentração ainda maior do capital por meio da privatização de empresas públicas como parte dos “pacotes de salvação” neoliberais ou “ajustes estruturais”, “reestruturando” a classe trabalhadora e o trabalho (aumentando a precariedade, irregularidade, informalidade e diminuindo sua participação nas rendas nacionais). A devastação gerada pelo atual sistema e as expulsões decorrentes são muito bem analisadas por, dentre outros, Saskia Sassen e István Meszáros³⁴.

A adaptação das empresas e, em decorrência, trabalhadores às exigências “macroeconômicas” leva à desarticulação e destruição das organizações da classe trabalhadora em sua multidimensionalidade, enfraquecendo suas condições de negociação com o capital e estabelecendo uma nova correlação de forças, que viabiliza um “regime novo e mais flexível de acumulação”, refletido na substituição das leis trabalhistas protetoras por legislações que reforçam o poder dos empregadores (“desregulamentação do trabalho”). Como exemplos, podemos citar a “reforma trabalhista” que passou a vigorar no Brasil, a partir do final de 2017, permitindo a contratação de mão de obra em regime precarizado, dificultando o acesso dos empregados à justiça trabalhista, enfraquecendo os sindicatos e privilegiando o “pactuado” sobre o “legislado”. O plano de governo de Bolsonaro fala abertamente na criação de uma carteira de trabalho “verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores”, que poderão escolher entre ela e a azul, com esta “mantendo o ordenamento jurídico atual” e aquela com o contrato individual prevalecendo sobre a CLT, supostamente mantendo “di-

³⁴ Contudo, embora Saskia Sassen (2016) seja muito precisa ao apontar a lógica do atual modelo de produzir expulsões, omite uma relação direta disso com o próprio funcionamento do capital enquanto sistema, associando as expulsões somente a sua fase atual em contraposição aos anos dourados do Estado de Bem Estar Social. Nesse sentido, Istvan Meszaros é mais direto, embora sua leitura seja mais difícil e truncada.

reitos constitucionais” - como se o trabalhador, e não o empregador, pudesse fazer a escolha e ambos tivessem o mesmo poder de negociação, o que é ainda mais absurdo em situações de desemprego em massa e estrutural. O resultado mais geral é um desastroso “colapso em grande escala”, ou “agudas penúrias”, associado à precarização, informalidade e redução dos recursos estatais destinados a gastos sociais a fim de manter os serviços para pagar juros de dívidas internas e externas. A situação do início do novo milênio seria comparável àquela de meados do século XIX, quando um crescimento em grande escala do capital esteve acompanhado do aumento do desemprego, pobreza, crimes e sofrimentos, mas com a desigualdade mundial alcançando agora “novas dimensões” e o “princípio da maximização do lucro” ameaçando o mundo com um desastre ecológico³⁵.

E pode-se encontrar o mesmo padrão em outros países, e contar a mesma história: crescentes desigualdades sociais na distribuição de riqueza e renda quando, num extremo, brota um punhado de imensas fortunas e um processo associado de acumulação de capital, ao passo que, no outro, uma pobreza esmagadora se espalha, se aprofunda e se alastra [...] Conforme a crise do sistema como um todo se aprofunda, as classes da elite, a fim de desenvolverem novas capacidades produtivas, intensificam a exploração das classes assalariadas³⁶.

Em resumo, a governabilidade ultraliberal “é imperial e neocolonial”, envolvendo a atuação não só dos EUA, mas também as regulações e disciplinamentos impostos por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, que pressionam por “reformas ou ajustes estruturais” como condição de empréstimos, o que pressupõe programas de privatização de serviços básicos, recursos naturais e desregulamentação das economias locais, permitindo a livre circulação do capital, e com ela a penetração das corporações multinacionais. Assim, são abertos novos mercados e é facilitada a extração e expropriação de riqueza e poupança nacional, transferidas para os países centrais e suas megacorporações. Como resultado, os Estados locais têm seu poder regulador ou compensador debilitado (“Estado mínimo e políticas minimalistas”), tornando-se ainda mais dependentes e vulneráveis às flutuações da economia global, aumentando ainda mais a

³⁵ PETRAS; WELTMAYER, 2000, p. 10-13; 41-43; 49-50; 58; 70; 74.

³⁶ PETRAS; WELTMAYER, 2000, p. 49; 53.

concentração das riquezas, a desigualdade e o empobrecimento. O Estado reformado é enxugado em seu orçamento, decaindo a qualidade dos investimentos sociais e com ele a qualidade dos serviços públicos (isso quando não são suprimidos completamente). Os empregos públicos e formais diminuem ou são flexibilizados, ocorrem demissões em massa e privatizações, o trabalho é precarizado e direitos são perdidos. Tais “artes de governo” se concretizam em “renovadas formas de neocolonialismo dependente”. Ideologicamente, o “choque” é naturalizado e justificado pela pretensa “falta de alternativas”, por ganhos de médio/longo prazo e/ou como processos de modernização face a “legislações protetivas arcaicas” ou “absurdos e vícios sindicais”. Basta lembrar dos discursos dos editoriais dos grandes meios de comunicação sobre a senilidade da CLT no Brasil no contexto de aprovação da reforma trabalhista, em 2017. Em suma, a exploração é exacerbada, “resolvendo velhas queixas da fração hegemônica em relação aos altos custos trabalhistas”. Constrói-se um tempo homogêneo, com os opositores deste “progresso” sendo inferiorizados como criminosos e/ou “pré-modernos”, anacrônicos, “tradicionais”, devotos de ideias quase-religiosas. Eis os “esquerdopatas” contemporâneos. O plano de Bolsonaro fala, literalmente, em erradicar “ideologias perversas” e relaciona, explicitamente, as esquerdas com o narcotráfico, a violência e a destruição dos valores da família. Tal manobra não só recorre e atualiza uma representação fantasmagórica e discriminatória da alteridade (as esquerdas são os novos “bárbaros irracionais”) como constitui uma teoria conspiratória, de forte viés fascista, que alimenta delírios persecutórios e ajuda a compreender a banalização da violência política em 2018. Enquanto direitos são retirados, pautas secundárias mobilizam e dissuadem o eleitorado. Concorrem diferentes atores para essa ideologização, destacando-se dentre eles, além de políticos conservadores, organismos internacionais e outros “intelectuais orgânicos”, como ONGs e movimentos ultraliberais (caso do MBL e outros)³⁷. A América Latina dos anos 1990 retorna com toda força após os governos nacionalistas dos anos 2000, que não raro recorreram eles próprios ao receituário neoliberal³⁸.

Antes de finalizarmos a introdução, cabe uma última reflexão teorizante para compreendermos melhor a construção desse discurso

³⁷ LEGUIZAMON, 2010, p. 13-21. RESTREPO, 2010, p. 92-94.

³⁸ PETRAS, 2007.

ideológico pelas ONGs ultraliberais e por outros “intelectuais orgânicos da classe dominante”, embora seja importante destacar a existência de diferenças na forma de negatizar a alteridade, pois nem todos sucumbiram à demonização explícita do outro como fator de mobilização, com alguns se limitando à infantilização do discurso crítico, o que não deixa de também reproduzir representações coloniais. Conforme perspectivas críticas, elites, por meio de diferentes instituições da sociedade civil, convencem as classes subalternizadas de sua visão de mundo, criando assim uma falsa consciência de classe, como se seus interesses fossem os mesmos, e não opostos, destacando-se a atuação de empresas, igrejas, escolas, movimentos, entidades como o Rotary, partidos, clubes, meios de comunicação de massa como jornais, etc. É o caso, por exemplo, da propaganda do governo Temer em torno das reformas neoliberais (trabalhista e da previdência) que, se retiraram direitos, foram apresentadas como inevitáveis e benéficas para todos.

Enquanto autores liberais refutam essa oposição de interesses, de um ponto de vista crítico, trata-se de uma leitura distorcida da realidade, difundida no intento de formar a consciência da maioria do conjunto social, constituindo-se na opinião pública dominante. Objetiva-se com isso deter a “hegemonia” no campo da cultura e da sociedade, dirigindo esta, o que fica explícito na documentação apresentada nesse livro. Na atual conjuntura de legitimidade dos direitos humanos como reguladores das relações entre os Estados e destes com suas sociedades, o controle ou poder é perpetuado, prioritariamente, pelo convencimento, consentimento e direção dos dominados, que acabam por reproduzir a ideologia do dominador, aceitando e reiterando verdades analíticas ou sintéticas do discurso dominante ou ainda verdades reveladas incontestes, como a regulação e suposto benefício generalizado oriundo da “mão invisível do mercado” ou a naturalização dos fatos como parte da ordem divina. Portanto, como os fenômenos são inalteráveis, difunde-se a passividade. “Não há alternativa”, dizia Margareth Thatcher, e sustentar o contrário é defender “ideologias perversas”. Paralelamente à manutenção do discurso hegemônico como meio preferencial de controle social via consenso, quando este falha, não há pudores em se recorrer ao domínio físico ou repressão, caso da supressão violenta de greves e protestos e, em último caso, derrubadas de governos e guerras.

Assim, as ideias dominantes em dada sociedade tendem a ser as ideias da classe dominante, que são tanto mais eficazes quanto melhor conseguem esconder a origem da divisão social e o antagonismo das classes. As elites não só dominam os meios de produção, mas também, como classe, buscam determinar a consciência social e controlar a produção e difusão das ideias, apresentando as suas como verdades universais. Ou seja, além da direção política, as classes hegemônicas na ordem social também conduzem, cultural e ideologicamente, os demais setores sociais. Assim, a hegemonia é econômica, cultural e política, constrói-se e se reconstrói na vida cotidiana por meio das instituições da sociedade civil, fazendo os valores da cultura dominante ser interiorizados para criar consenso e “domesticar” os sujeitos. Logo, para a manutenção da dominação, convergem as forças que controlam o mercado, o Estado e instituições sociais (jornais, partidos, etc.), formando um “bloco histórico”. Mesclam-se a violência ou sua ameaça por instituições estatais (política, poder judiciário, exército), pressão econômica (desemprego, demissões) e o consenso fabricado pelas instituições da sociedade civil. As ONGs e movimentos analisados na sequência integram o último grupo, constituindo-se em “aparelhos privados de hegemonia”³⁹. Tal lógica explica, por exemplo, a atuação determinada e profissionalizada de grupos como o Instituto Millenium e o MBL, que estão articulados a grupos internacionais, inclusive, recebendo treinamento de ponta, como veremos neste livro. Este, por sua vez, busca ser um instrumento “contra-hegemônico”, ou seja, desconstruir a ideologização ultraliberal e auxiliar na construção de ideias críticas.

Em resumo, o exercício da hegemonia objetiva generalizar os valores particulares de um setor social para o conjunto da população, sendo a cultura, os valores e as mentalidades um campo de disputa, e é aí que nos posicionamos, na trincheira oposta⁴⁰. Iniciamos a introdução desse livro justamente com citações de “*think tanks*” e lideranças ultraliberais, que revelam ser a “batalha ideológica” uma iniciativa consciente, afinal, para eles, os “ideólogos” não são eles, mas os críticos do atual sistema, que bem desregulamentado supostamente traria

³⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, vide a tese de Lucas Patschiki, “A classe dominante brasileira em organização: o IMIL como aparelho privado de hegemonia (2005-2013)”, que foi defendida postumamente na UFG.

⁴⁰ MARX; Engels, 1998; LIGUORI, 2017.

riquezas a todos. Retomando trechos dos discursos iniciais, os conceitos gramscianos em torno da disputa pela hegemonia permitem compreender a atuação do “conjunto de parceiros” para cumprir a “difícil tarefa de reformar o clima intelectual e o debate político”, sendo esta a “batalha ideológica comum” proposta por Rafael Dal Molin, dos Estudantes Pela Liberdade, assim como a conquista de terreno dos “campeões da liberdade” junto à opinião pública brasileira e a ânsia de Kataguiri por “criar uma linguagem simples para espalhar e transformar o liberalismo econômico e político em uma força relevante no Brasil.”. Mais direto ainda foi Eric Dixon, quando apontou como “os parceiros da Atlas Network” no Brasil “passaram anos preparando o terreno” para as ideias ultraliberais se tornarem hegemônicas e mobilizarem o impeachment de Dilma.

Cabe retomar dois exemplos já citados. Um deles, o projeto “Escola Sem Partido” (ESP). Seus proponentes, dentre eles o MBL, consideram como “ideologia” somente os discursos críticos da realidade (como o marxismo) ao passo que naturalizam o atual modelo social, econômico e político, apresentando sua defesa como natural, ou a única possível, portanto, uma não ideologia. No tocante à educação, ao defender o ensino técnico, produtivo e empreendedor, o plano de governo de Bolsonaro (que fala em “expurgar a ideologia de Paulo Freire”) parte dessa mesma premissa, apresentando-se como verdade universal e não apenas mais uma ideologia, como se tal concepção acrítica não estivesse a serviço da manutenção do *status quo*. Ou seja, o tecnicismo propalado e a suposta “neutralidade” não são nada mais do que uma ideologia conservadora do atual modelo social travestida de “verdade universal” ou concepção supraideológica. É uma proposta autoritária, senão fascista, que colide frontalmente com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assentada na liberdade de ensino, pesquisa e aprendizado e no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Eis a mesma lógica do debate sobre a “ideologia de gênero”, que naturaliza a representação judaico-cristã, tratando somente as demais representações culturais como “ideologias” e retratando seus defensores no melhor estilo fascista, não de divergência, mas de conspiração destrutiva, que precisa ser eliminada. Assim, busca-se controlar a produção e circulação das ideias, inclusive recorrendo à censura direta (as referidas leis que criminalizam o pensamento crítico geram pressão para que educadores reproduzam, tão somente, o dis-

curso dominante) ou censura indireta, como a autocensura ou o monopólio do fluxo de informações, que exclui de diferentes maneiras as perspectivas divergentes e reproduz a versão hegemônica dos fatos com uma falsa aparência de pluralidade. Para exemplificar, é o caso da série de reportagens veiculadas nos diferentes canais sobre o “rombo da previdência” e sua necessidade de reforma, e também de uma reportagem do Jornal Nacional da Rede Globo, veiculada no final de 2017, acerca dos prejuízos econômicos que os feriados causam ao “Brasil”. Tal narrativa omite a própria essência da exploração de classe, que é a venda pelos trabalhadores de seu tempo de vida, para os quais os feriados constituem tempo recuperado e utilizado para si.

Paralelamente, os mesmos grupos, ou “intelectuais orgânicos da classe dominante” que defendem o Escola Sem Partido, também fizeram campanha em torno da reforma trabalhista como boa para patrões e empregados, com o “pactuado” tendo primazia sobre o “legislado” beneficiando a ambos, como se tivessem o mesmo poder de negociação e os segundos, geralmente, não tenham que, simplesmente, aceitar as imposições do primeiro sob o risco de não contratação ou demissão. Da mesma forma, buscam convencer os trabalhadores que, medidas como redução salarial “trarão” benefícios de longo prazo, pois tornarão as empresas mais competitivas, gerando mais empregos. Portanto, nessa lógica, temas como a reforma trabalhista e da previdência são apresentados como necessidades coletivas, que resultarão em ganhos ao conjunto da nação, como se esta não estivesse fracionada por distintos interesses de classe. A proteção ao trabalho é “ideologizada”, como um entrave ao necessário crescimento econômico, como se este por si só gerasse uma divisão das riquezas produzidas, e não sua ainda maior concentração. Como afirmou Bolsonaro, em um discurso realizado em 2017, pelo menos no local simbolicamente mais apropriado para a elite brasileira veicular suas ideias, Miami: “- O trabalhador tem que escolher entre ter direitos ou ter emprego.”. Assim, apresenta uma argumentação simplista, ecoando Margaret Thatcher e grupos, como o MBL, como se não houvesse nenhuma alternativa à lógica neoliberal, seja uma sociedade sem classes, seja o Estado determinando condições favoráveis ao trabalhador. Em muitos casos, ao partilhar do antiintelectualismo e simplismo em suas representações de mundo, o ultraliberalismo flerta com o fascismo, negando a polari-

zação social inerente a uma sociedade de classes, a exemplo da afirmação “o Brasil é meu partido” ou “Brasil acima de todos”.

Em contrapartida, o conflito inconciliável entre aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que lucram com o que ela produz acima de seu valor de custo é uma premissa básica do pensamento crítico, facilmente perceptível no transcurso da história, e mais especificamente no período capitalista. Se, ideologicamente, o neoliberalismo é apresentado como a doutrina que fará o Brasil prosperar em uma economia globalizada, trazendo investimentos, analisando criticamente, observamos nada mais do que o poder de chantagem dos capitais globalizados, que reside também em sua capacidade de se deslocar mundialmente, “investindo” nos locais mais lucrativos para sua reprodução. Ou seja, onde as matérias primas e a força de trabalho são mais baratas, e de preferência haja uma boa infraestrutura para a produção e circulação, podendo entrar também considerações acerca da capacidade de consumo da sociedade local. Eis a pressão exercida sobre prefeituras, governos de estados e nacionais para que deem privilégios a determinadas empresas para que se instalem nos territórios gerando mais empregos (que, geralmente, hoje, não passam das dezenas, quando muito centenas), sendo um dos maiores privilégios justamente a isenção de impostos e a diminuição do custo do trabalhador, obtido pela flexibilização das leis trabalhistas⁴¹.

⁴¹ HARVEY, 2016.

I

A ATUAÇÃO DAS ONGS ULTRALIBERAIS E O IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA E BRASIL: A VENEZUELA, O CASO ROUSSEF E OUTROS.

Introduzida a lógica expansionista do capital, cabe agora com mais segurança analisar a atuação de seus agentes, em especial, os grupos que cumprem a função de manter a dominação. Atualmente, as organizações hegemônicas atuam em um contexto no qual o fronte cultural e ideológico assumiu a centralidade, dado o respeito que se deve ter, ao menos retoricamente, ao direito internacional, fundado na autodeterminação e nos direitos humanos. Mas, de maneira alguma, tal reorientação extinguiu a recorrência à força bruta para se manter a dominação quando necessário, caso mais evidente no “Terceiro Mundo” durante a Guerra Fria e ainda hoje, destacando-se o Oriente Médio⁴². Como há que se manter uma “fachada democrática” para as intervenções em assuntos externos, então um modo privilegiado de interferir nas soberanias do “Sul Global” no novo milênio se tornou a formação, financiamento e apoio logístico a grupos, que travam a batalha pela opinião pública e dão apoio eleitoral e a golpes parlamentares. Estes “*think tanks*”⁴³ ou “centros de pensamento” buscam conven-

⁴² O termo Oriente Médio data do final do século XIX, contexto do avanço do imperialismo e colonialismo pela Ásia e África. Em sua origem está uma visão eurocêntrica e orientalista de mundo, refletindo os interesses diplomáticos e estratégicos das potências de então. Inicialmente, sem contornos precisos, o termo foi empregado para definir a região entre o “Oriente distante” e o “Oriente próximo”, portanto a Península do Golfo e suas adjacências. Após a Segunda Guerra o termo se difundiu e, sobretudo nos Estados Unidos, passou a se referir a uma região ainda mais ampliada, abrangendo desde a Líbia até o Irã ou o Paquistão.

⁴³ Conforme Baggio (2016, p. 22), “*Think tank* - expressão que pode ser traduzida por ‘centro de pensamento’ - é um termo criado nos Estados Unidos e utilizado, a partir da década de 1950, para designar organizações que se dedicam a produzir e/ou difundir pesquisas, ideias e projetos de políticas públicas (política econômica, política externa, políticas sociais, ambientais etc.), com o objetivo de influenciar governos e/ou conformar uma certa opinião pública. Em geral, buscam transmitir uma imagem técnica, tentando afastar-se de uma identificação estritamente ideológica, mesmo que claramente defendam determinadas concepções política e ideologicamente orientadas.”.

cer suas sociedades de que “não há alternativa” ao liberalismo e à integração plena no mercado global, que supostamente trarão benefícios a todos (a velha ideologia da “mão invisível do mercado” e das “vantagens comparativas”) cumprindo assim a função de manter seus países abertos à espoliação imperialista – façam isso conscientemente, ou não, que os termos são desiguais nas trocas internacionais entre “Norte” e “Sul” (ou a “integração” é desigual no mercado capitalista global), sendo a segunda opção ainda melhor, haja vista que o espião mais qualificado é aquele que desconhece cumprir tal tarefa. Tais grupos constituem os intelectuais orgânicos e coletivos das classes hegemônicas.

Iniciemos pela descrição da lógica de funcionamento dessas organizações a partir da matriz do imperialismo. Nos EUA, republicanos e democratas estão comprometidos com a “expansão do poder empresarial no exterior” e sob a influência das corporações multinacionais, “que têm controle incontestado sobre o sistema político”. Eles mantêm, conjuntamente, seja direta ou indiretamente, alguns fundos, como a *Atlas Network* (abordada mais adiante) e o *National Endowment for Democracy* (Fundo Nacional para a Democracia). Este, recebendo recursos também do governo, repassa-os para as ONGs nacionais e internacionais promotoras da “liberdade e democracia”, leia-se, dos ideais neoliberais, que desestabilizam governos nacionalistas, sociais-democratas e/ou socialistas. Especificamente sobre o Fundo, é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1983 por iniciativa de Reagan, patrocinada “em grande parte pelo Instituto Internacional Republicano, Instituto Internacional Democrata, Instituto dos Estados Unidos para a Paz, Departamento de Estado” e pelo USAID, que por sua vez tem como objetivo “fomentar a criação de instituições favoráveis aos EUA nos países em desenvolvimento.”. O Fundo está vinculado a uma “[...] nebulosa de *think tanks* e fundações – Freedom House, Open Society Institute, etc. –, e mesmo a grupos de regiões distantes, como o Otpor (‘Resistência’), surgido na Sérvia no final do século passado”⁴⁴.

Para garantir uma visão mais concreta, cabe exemplificar de antemão essas conexões internacionais a partir do caso do Otpor. Um artigo narra, de forma mais detalhada, como se deu a mobilização de dezenas de milhares de jovens contra Milosevic, liderados por esse

⁴⁴ LEMOINE, 2016; FANG, 2017.

grupo sérvio, por sua vez respaldado em “amplo financiamento dos Estados Unidos”, que também se estendeu a dezoito partidos de oposição. Em entrevista, Paul B. McCarthy, “um oficial do Fundo Nacional para a Democracia, sediado em Washington.”, apresentou algumas informações relevantes, como seus contatos e de embaixadores estadunidenses com lideranças de oposição em Montenegro, Croácia e Hungria e o fluxo de milhões de dólares desde 1998, sobretudo para o Otpor, em “contas fora da Sérvia” e oriundos, tanto de ONGs quanto de organizações como o Instituto Republicano Internacional, o USAID e o Fundo, além de “muita ajuda secreta, um assunto sobre o qual não há comentários em Washington”. “Nessa perspectiva, Otpor não era um grupo de estudantes maltrapilhos, era um movimento bem azeitado e amparado por vários milhões de dólares dos Estados Unidos.”. Além do dinheiro, também foi mencionado o treinamento de líderes do grupo sérvio, dado pelo coronel do exército estadunidense Helvey, ligado ao Instituto Albert Einstein, e que já é mencionado nos relatórios dessa instituição por suas ligações com oposições governamentais, desde o final dos anos 1980⁴⁵.

Tal qual no caso Milosevic, em diferentes localidades, também com o auxílio do Fundo e de outras instituições a ele vinculadas, as oposições e suas ONGs “são financiadas e preparadas, tanto ideológica como tecnicamente”. Considerando a influência e a linha de atuação desses grupos, as lutas não violentas, como a eleitoral, têm primazia como meio de garantir a abertura dos mercados, mas quando se mostram ineficazes, e as direitas locais estão na oposição, recorrem com o apoio das instituições estadunidenses a outras táticas, desde as mais radicais - formação de grupos paramilitares, golpes e ditaduras - até a tentativa de cooptar setores populares, apropriando-se de um processo reformista fraco, ou desestabilizando governos via protestos em massa e boicotes econômicos, fomentando a “paralisia econômica e a polarização sociopolítica” (desinvestimento, locautes, fugas de capitais, etc.), estratégias levadas a cabo por “associações de negócios e grupos cívicos, engajando-se em ampla sabotagem econômica”. Teria sido esse o caso das manifestações contra Dilma no Brasil, entre 2014 e 2016? O caminho das organizações (via eleitoral, pressão cívica ou extralegal) é variável, a depender do contexto, e leva a uma alteração discursiva, oscilando, ideologicamente, da defesa da democracia para

⁴⁵ COHEN, 2000; ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 1990; 2004, p. 7-8; 18-25.

a “segurança nacional”, supostamente, ameaçada ou “modernização” econômica⁴⁶.

Independentemente se militares ou eleitorais, as “mutáveis formas de intervenção” refletem uma “flexibilidade tática e rigidez estratégica”, pois indicam seu “continuado apoio a estruturas elitistas de poder”, “manutenção da ordem capitalista e, mais exatamente, aprofundamento do ‘modelo econômico neoliberal’”, concentrador de riquezas, tanto nas elites locais quanto nas corporações multinacionais. Em suma, “A direita dos Estados Unidos usa a direita latino-americana no poder para formular decretos e legislação, visando privatizar a propriedade pública, reduzir gastos sociais, diminuir impostos e enfraquecer a legislação trabalhista.”, o que garante conjuntamente à elite local e às multinacionais estadunidenses os espólios e a exação concentrada da mais-valia, gerando uma ainda maior concentração de renda. Trata-se de uma “visão instrumental da democracia”, valorizada ou suprimida a depender de sua utilidade para a dominação de classe e expansão dos lucros, ou “a acumulação de riqueza privada associada ao capital multinacional” que, tanto nos anos 1990 quanto no novo milênio, assumiu a forma de “desarticulação do mercado interno para aprofundar a integração ao mercado internacional”. Tal agenda influenciou, inclusive, parte dos governos nacionalistas da América Latina, que levaram adiante programas de “privatização”, “integração” e “ajuste estrutural”, a exemplo do governo interrompido de Rouseff.

Historicamente e em linhas gerais, é possível seguir o recorte proposto por James Petras e Henry Weltmeyer, que dividem a intervenção estadunidense, especificamente na América Latina, em três períodos, tendo por base a variação das táticas hegemônicas empregadas pelas direitas locais e pelos EUA, “sempre orientadas por critérios de classe”, ou inventando “[...] suas próprias ‘regras do jogo’ para satisfazer seus interesses de classe.”⁴⁷. Dos anos 1950 até, sobretudo, a Revolução Cubana, a ênfase foi na tentativa de cooptar os movimentos populares e isolar as esquerdas ao incorporar parte de suas reivindicações, apoiando-se nas “elites terratenentes e mineradoras” e “numa aliança entre corporações multinacionais, empresas estatais e indústrias nacionais”. Tratou-se de um pacto eleitoral entre “‘centro reformista’ e a direita militar/empresarial em torno de uma combinação de re-

⁴⁶ PETRAS; WELTMEYER, 2000, p. 235; 161-162; 172-174.

⁴⁷ PETRAS; WELTMEYER, 2000, p. 168-172.

formas e luta contra-insurgente”, sintetizada na “Aliança para o Progresso” de Kennedy. Contudo, diante do fracasso de tal estratégia, e em resposta à ascensão de partidos nacionalistas e socialistas, veio a reorientação no sentido de apoio a governos de exceção na América Latina, deslocando-se o suporte “[...] da classe capitalista estatal e privada nacional para a burguesia exportadora ligada ao mercado mundial.”. Nos anos 1980, em partes da América Central, os meios violentos continuaram tendo prioridade (como o apoio e a formação de grupos paramilitares na Nicarágua e Guatemala). Mas diante da crise das ditaduras na parte Sul, do “problema da dívida e do crescimento da oposição de massas”, Washington redefiniu suas táticas, procurando, simultaneamente, dividir a oposição democrática (“financiando e assessorando o setor burguês-liberal enquanto isolava e desmobilizava os movimentos populares de esquerda”) e promover uma transição negociada entre as burguesias e os militares, garantindo pela via eleitoral a impunidade e o aprofundamento das “políticas de ‘mercado livre’”. Estas, por sua vez, propiciaram as condições necessárias para a expansão contínua e irrefreável do capital, o que é um pré-requisito para a manutenção do sistema capitalista.

É a partir desse contexto, visando garantir a hegemonia da ideologia neoliberal, que passou a atuar na América Latina o “Fundo Nacional para a Democracia”, financiando campanhas eleitorais, treinando e estimulando líderes sindicais e grupos comunitários conservadores, promovendo “seminários, reuniões e publicações”, inclusive sobre “redemocratização”, e criando e mantendo “redes de transmissão e plataformas” para integrar políticos locais (inclusive os populistas) e intelectuais ao império⁴⁸. Assim, não seria fortuito que, no subcontinente, os processos de reabertura assumiram a política de livre-mercado e de privatização, alinhada com o “Consenso de Washington”. Promotora de “programas ideológicos e culturais”, a lógica de acumulação das potências hegemônicas “[...] penetrou em diferentes camadas da sociedade latino-americana com a ideologia neoliberal ‘individualista’ e de ‘iniciativa pessoal’.” criando “novos parâmetros para o discurso político” e uma redefinição linguística para garantir uma nova roupagem à direita, como a substituição de termos como “imperialismo”, “mobilização” e “luta de classes” por “globalização”, “governabilidade”, “sociedade civil” e “pactos sociais”. A própria “redemocratização”

⁴⁸ PETRAS; WELTMEYER, 2000, p. 168-172; PETRAS, 2007, p. 58-59.

mascararia a “continuidade do poder das elites governantes e a forte intervenção de Washington nos sistemas políticos e econômicos latino-americanos”. Assim, os EUA teriam planejado “[...] a transição com sucesso dos regimes militares ditatoriais para os regimes eleitorais neoliberais que completariam a restauração colonial”⁴⁹.

Ainda seguindo a cronologia proposta por Petras e Weltmeyer para pensar a intervenção estadunidense na América Latina, podemos remontar a origem do padrão seguido no novo milênio a, no mínimo, os anos 1980. Mais recentemente, a atuação de grupos ligados ao “Fundo”, ou a organizações correlatas, tem recebido relativa atenção midiática e de órgãos governamentais, sendo denominada de várias formas, como “a nova roupa da direita”⁵⁰, “direita ultraliberal”⁵¹ ou “revoluções coloridas”⁵². Tais terminologias são utilizadas para interpretar movimentos de oposição aos governos populistas, nacionalistas ou de centro-esquerda na América Latina (como Hugo Chávez, Maduro, Morales, Correia, Kirchner e Rousseff), mas também em alusão às “revoluções” ocorridas no Leste Europeu e no Oriente Médio, no novo milênio. Portanto, sem incorrer em “teorias da conspiração” ou ignorar as causalidades e especificidades locais, trata-se de uma dimensão interpretativa necessária para compreender, tanto as manifestações pró-impeachment no Brasil quanto os eventos que ficaram conhecidos como “Primavera Árabe”, sobretudo os levantes ocorridos em países com governos “antiocidentais”. Agentes nacionais com diferentes vínculos com *think tanks* globais exploraram contradições locais para mobilizar o povo, desestabilizar e derrubar governos, que não compactuavam inteiramente com os interesses do mercado global e das potências hegemônicas. Eis uma das considerações feitas por um professor acadêmico turco quanto à “Primavera Árabe”, mas que tem uma validade teórica espacial e temporal mais abrangente.

O despertar árabe deve ser visto e interpretado à luz das últimas informações econômicas e estratégicas disponíveis [...] A presença de poderosas corporações multinacionais em cada estágio do processo que desaguou nos levantes massivos aponta para a

⁴⁹ PETRAS, 2007, p. 58-59. Nesta obra James Petras é ainda mais contundente do que foi em sua obra conjunta com Weltmeyer, embora ainda não enfatize a atuação das ONGs ultraliberais, somente das “fundações imperiais” (mantenedoras).

⁵⁰ AMARAL, 2015.

⁵¹ BAGGIO, 2016.

⁵² GORENBURG, 2014; NIKITINA, 2014.

necessidade de extrema vigilância e atenção redobrada antes de se tirar conclusões. O levante na Líbia, então, revelou as escusas considerações econômicas subjacentes aos tratamentos distintos dados aos países árabes. O desejo de manter controle econômico e geopolítico na Tunísia e Egito – sob pretexto de democratização política – é radicalmente diferente da intenção de exercer pleno controle sobre o alinhamento político líbio enquanto garante-se acesso direto às reservas de petróleo do país [...] Em primeiro de setembro de 2011, o mesmo dia em que a França promoveu uma conferência internacional em Paris para discutir o desembolso de ativos e a era pós-Kadafi (ele havia sido derrotado, mas não ainda localizado e morto), o diário parisiense *Libération* revelou um acordo – remontando a 19 de março de 2011 – entre o Conselho Nacional de Transição e a França garantindo ao último 35% das exportações do petróleo líbio após a prevista derrubada de Kadafi (Qatar, o primeiro país a apoiar a França em sua campanha anti-Kadafi, sabia e aprovou o acordo)⁵³.

Petras e Weltmeyer fazem considerações muito semelhantes, relativas à atuação das direitas na América Latina. Eles consideram que, análises rigorosas devem levar em conta a relação dos grupos locais com os bancos e multinacionais dos EUA, como “Estado imperial”. “Eles desempenham um papel fundamental na elaboração de estratégias, no fornecimento de apoio organizado e financiamento da direita latino-americana. Em sentido conceptual, eles são de fato uma parte integrante da direita.”. Tal suporte logístico e financeiro, ou “a estratégia direitista norte-americana”, é facilmente compreensível por se dar “em defesa de políticas que favorecem a maximização de lucros e sua livre remessa por uma pequena elite de bancos e corporações à custa da renda dos assalariados e do crescimento nacional”, estando suas políticas de intervenção e articulação, estruturalmente, ligadas a grupos empresariais e financeiros de direita contra movimentos populares. “A sua ideologia de livre mercado é consonante com as doutrinas liberais da direita latino-americana e hostil às políticas redistributivas da esquerda.”. Afirmam os autores que, para compreender a “nova democracia corporificada no Consenso de Washington” é central considerar sua conjuntura econômica ou fator infraestrutural: “[...] o poder imperial ressurgente está intimamente relacionado com o for-

⁵³ RAMADAN, 2012, p. 61-62.

midável crescimento do domínio econômico norte-americano nos anos 1990.”, com suas corporações multinacionais hegemônicas em cada vez mais diferentes segmentos do mercado mundial e o Estado recorrendo à velha tática imperialista de “dividir para conquistar”, explorando para tal identidades conflituosas (étnicas, religiosas). Aparentam também a necessidade teórica de manter uma perspectiva realista quanto aos objetivos das potências hegemônicas, no caso, “[...] engrandecimento imperial, e não desenvolvimento independente nem muito menos bem-estar social.”, o que, geralmente, torna os laços com seus colaboradores locais de curto prazo⁵⁴.

Assim que diferentes organizações das direitas locais, seja na América Latina, seja em África ou na Ásia, têm recebido, desde os anos 1980, treinamento, financiamento e todo tipo de apoio logístico para garantir a hegemonia das forças e governos “pró-ocidentais” e neoliberais na batalha pela opinião pública e, quando fracassam, recebem apoio militar (caso da Líbia, Síria, entre tantos outros). Vejamos com mais detalhes na sequência as conexões internacionais de grupos locais, como o MBL, com organizações ultraliberais estadunidenses, por sua vez financiadas por fundos quase-governamentais e pelas corporações multinacionais para treinarem as forças que “combatem pela liberdade” mundo afora.

1.1 - A Atlas Network e a América Latina

Além do já mencionado Fundo Nacional para a Democracia, destaca-se a atuação, desde 1981, da estadunidense “*Atlas Network*”, fundada pelo seguidor de Friedrich Hayek e Milton Friedman, Antony Fisher, com sede em Washington, e propagadora das “concepções da direita ultraliberal”, inclusive por meio da tradução e publicação de bibliografia liberal para várias línguas. A Atlas financia, de forma nem sempre transparente, e ampara “organizações parceiras em todos os continentes”, ao passo que ela própria é mantida por multinacionais (como a Exxon Mobil) e institutos bilionários (John Templeton Foundation), também proponentes do Estado mínimo, como o dos irmãos Koch. A Atlas seria uma “multinacional” exportadora do ultraliberalismo ou “espécie de *metathink tank* especializada em fo-

⁵⁴ PETRAS; WELTMAYER, 2000, p. 168; 15; 263.

mentar a criação de outras organizações libertaristas”⁵⁵. Lê-se em seu anuário de 2009 que ela “desenvolve e alimenta *think tanks* que possam exercer um papel construtivo no debate público em longo prazo [...] é uma catalizadora de seu sucesso, garantindo treinamento e recursos, e conexões com uma dinâmica rede [...]”⁵⁶. Se em 1985 contava com 27 instituições em 17 países, em 2004 teria mais de 250 parceiras atuando de “forma independente” em 60 países, mas partilhando de uma visão comum de aumentar a liberdade individual e diminuir a intervenção estatal. Já em 2016 manteria parceria com 465 instituições, distribuídas em 95 países, incluindo o “Movimento Brasil Livre”⁵⁷, coincidindo sua expansão com a “política externa agressiva de Ronald Reagan contra governos de esquerda mundo afora.”. “Financiada generosamente por empresas e pelo governo americano”, dentre as atividades da Atlas, além do financiamento e suporte operacional, estaria a identificação, formação e treinamento de líderes e grupos estrangeiros “com potencial para fundar e desenvolver organizações independentes eficazes que promovam nossa visão em todos os países.”. No caso, “a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, da responsabilidade individual, da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia e da limitação de ação dos governos.”⁵⁸.

Cabe notar que o modelo das *think tanks* antecede Thatcher, Reagan e a própria Atlas. Seus primórdios remontam ao próprio fundador da Atlas, Antony Fisher que, em 1955, criou o *Institute of Economic Affairs*, já recebendo financiamento das megacorporações para avançar nas ideias do livre mercado e flexibilização das legislações protetivas, na ocasião em contraposição às políticas de bem-estar social e à atuação dos sindicatos⁵⁹. Consta no sítio da própria Atlas, que o Instituto anterior de Fisher “estabeleceu as bases intelectuais do que viria a ser a revolução de Thatcher nos anos 1980”, o que teria sido reconhecido inclusive por ela e por Milton Friedman, sendo a criação da Atlas sugerida por Friedrich Hayek e apoiada pelo governo estadunidense e por megaempresas (como a Shell, ExxonMobil, MasterCard, Philip

⁵⁵ AMARAL, 2015; BAGGIO, 2016; COSTA, 2015.

⁵⁶ ATLAS NETWORK, 2009, p. 1.

⁵⁷ BAGGIO, 2016.

⁵⁸ FANG, 2017.

⁵⁹ FANG, 2017.

Morris), entusiasmadas com o sucesso anterior do Instituto e com a perspectiva de criar uma rede regional (que se tornou global) de *think tanks* em defesa do livre mercado. Inclusive, na coleta de fundos para viabilizar a Atlas, Fisher dispôs de carta de recomendação assinada por Hayek, Thatcher e Friedman e entregue a megaempresários, além de fundos públicos estadunidenses direcionados de forma pouco republicana à organização e a sua “rede de *think tanks*” internacional em razão de uma “parceria secreta” com a política externa do país, sendo a intermediação feita pelo “Fundo Nacional para a Democracia” e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - o famigerado USAID, aquele mesmo dos acordos MEC-USAID dos tempos da ditadura. Ainda antes de Fisher, a manifestação mais remota dessa lógica seria o grupo criado por Hayek, a Sociedade Mont Pèlerin. Ao lado da Atlas, atualmente, o Cato Institute é outro gigante que endossa e difunde mundo afora o ultraliberalismo⁶⁰.

Dessa forma, há uma “[...] articulação estreita entre organizações liberais e ultraliberais dos Estados Unidos, Brasil e demais países latino-americanos, além de conexões com institutos e fundações de países europeus.”, estabelecendo-se redes entre elas que permitem formações, a criação de novas organizações, planejamento e execução de ações e a circulação de textos, cursos e financiamento⁶¹. Esse esquema é nitidamente perceptível nos próprios anuários da Atlas. No documento de 2004, a Atlas contrasta os anos 1990 na América Latina, quando “a liberdade econômica aumentou muito”, com a ascensão de governos e ressurreição da “retórica esquerdista” no novo milênio, fruto de um “retrocesso” provocado pelo enfraquecimento da economia mundial. Diante disso, a Atlas afirma que “[...] irá continuar a apoiar os corajosos *think tanks* que criaram uma forte sociedade civil e desafiam tentativas de ‘cubanizar’ países da região.”, mencionando organizações de vários países, como Guatemala, México, Argentina, Equador, Venezuela e Brasil⁶². No anuário seguinte, de 2005, consta que nos anos 1990, a Atlas dividia seus esforços em um terço para a América do Norte, um terço para a América Latina e o terço restante para outras áreas do globo, refletindo os interesses de seus doadores – ficando evidente os vínculos com o imperialismo e a abertura de mer-

⁶⁰ FANG, 2017.

⁶¹ BAGGIO, 2016.

⁶² ATLAS NETWORK, 2004, p. 3; 8.

cado, em consonância com a análise de James Petras sobre a América Latina como o espaço privilegiado de ampliação do capital estadunidense e de suas multinacionais. A organização lamenta ainda o retrocesso das “promissoras reformas econômicas e políticas dos anos 1990”, e alerta para presidentes eleitos ou pressionados pelas esquerdas (Equador e Bolívia) e para a “profunda tendência ao populismo” dos governos da Argentina e Brasil, sendo ainda mais preocupante a atuação de Chavez “seguindo o modelo totalitário de Fidel Castro e puxando a Bolívia e outros países na mesma direção”. Evo Morales, ainda candidato, estaria “encorajando o conflito de classes e ideológico”. No anuário de 2016, consta que, mais de um terço dos mais de cinco milhões de dólares que a entidade investiu diretamente em projetos de seus parceiros foi na América Latina⁶³ (isso sem falar das verbas indiretas que canaliza, que são muito mais significativas).

Vários anuários reiteraram essas preocupações, com o de 2008 afirmando que, os “cada vez mais agressivos e bem-financiados governos populistas” sul-americanos criariam uma coalizão para se opor aos defensores da liberdade, mas que os “[...] *think tanks* na América Latina desempenharam um papel instrumental em combater esses governos opressivos.”⁶⁴. Sobre isso, já no anuário de 2006 a organização afirmou trabalhar com onze entidades e com dez “empreendedores intelectuais” da região, estudando a possibilidade deles constituírem novos *think tanks* em seus países, com vinte e cinco lideranças frequentando o treinamento da Atlas, onde aprenderam sobre planejamento, gestão e arrecadação. Ademais, a organização copatrocinou quinze conferências em dez países. Dentre as organizações ligadas a Atlas que são destacadas figura o brasileiro Instituto Liberdade, envolvido na criação de uma “Tropa de Choque” como contraposição ao Fórum Social Mundial, além de organizações, como o *Students for Liberty* (SFL), *Institute for Humane Studies* e o *Instituto Koch*. Os “Fóruns da Liberdade” organizados pela Atlas (e reproduzidos no Brasil pelo Instituto de Estudos Empresariais, desde 1988) são descritos, inclusive por um brasileiro presente na edição internacional de 2005, como uma importante oportunidade de ampliação dessas redes, criando contatos úteis e “abrindo as portas para novas ideias e projetos aqui e fora do Brasil”. O anuário de 2007 menciona, dentre vários aconte-

⁶³ ATLAS NETWORK, 2016, p. 13.

⁶⁴ ATLAS NETWORK, 2005; 2008.

cimentos na América Latina, a fundação do Movimento Endireita Brasil, trabalhando para evitar que o país se alinhe ainda mais com outros governos de esquerda da América do Sul, sendo seu fundador, Ricardo Salles, apresentado à Atlas por um membro do Instituto Liberdade (RS). O documento de 2008 menciona a atuação da organização junto a universidades privadas da região (criando redes para estudantes, precedendo a SFL) e a realização de uma conferência internacional, em Rosário (Argentina), patrocinada pela Atlas, que contou com cerca de 800 participantes, incluindo seis ex-presidentes latino-americanos e figurões como Mario Vargas Llosa, abordando “os desafios da América Latina e enfatizando a culminação de esforços coordenados de parceiros na região.”. A experiência foi repetida no ano seguinte, mas na Venezuela. A Atlas continuou com seus esforços, “investindo na rede de *think tanks* defensores do livre mercado na América Latina”, que já trariam resultados. No anuário de 2010, a organização menciona a atuação da *Fundación Ecuador Libre* para substituir o “populismo e socialismo pelo governo da lei e liberdade” e que seu “Programa de Divulgação e Descoberta”, implementado desde 2008, estaria plenamente integrado com outros, resultando em conteúdos sobre livre mercado em diferentes línguas, como árabe, russo e português. A organização promoveu ainda os programas “Freedom on the Road” e “Freedom Schools” em países árabes, no Brasil e Ucrânia, levando a mensagem da liberdade para diferentes populações. Em 2014, a Atlas definiu o governo venezuelano como “sangrando a vida desse, outrora, próspero país”, sendo sua parceira, a CEDICE, aquela que “[...] provê energia intelectual para um movimento liderado por jovens e estudantes que querem a liberdade.”⁶⁵.

Percebe-se que, de fato, a Atlas articula uma rede internacional ultraliberal. Descrevendo sua atuação na América Latina, a Organização afirma que, mais do que qualquer outra, “trouxe mais recursos para o desafio de constituir *think-tanks* e difundir o ideário liberal”, buscando parceria com novos doadores que possam potencializar seus esforços na região, sendo possível acessar a lista de organizações parceiras⁶⁶. Conforme seu anuário de 2012, naquele ano, a Atlas apoiou

⁶⁵ ATLAS NETWORK, 2014.

⁶⁶ ATLAS NETWORK, 2003. Sobre as organizações vinculadas à rede, vide:<<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean>>. O anuário de 2011 também apresenta uma relação. Cabe notar que, dentre as organizações brasileiras, figura na lista tanto o EPL quanto o “SFL Brazil”.

45 entidades do subcontinente. É importante destacar sua concepção de trabalho em rede, que já seu fundador, Antony Fisher, teria defendido. Seguindo o modelo imperialista clássico de encontrar colaboradores nativos, a proposta é “ter uma multiplicidade de organizações independentes fazendo esse trabalho [educando e capilarizando] no nível local.”, afinal os institutos teriam mais sucesso quando são liderados por “empreendedores que pertencem à cultura local”. Em outro documento, afirma que potencializa o trabalho de seus parceiros, que por sua vez somam na luta pela liberdade ao redor de todo o mundo, sendo a maior parte dos esforços da Atlas “nos bastidores”. Nós aconselhamos, treinamos, apoiamos, reconhecemos e empoderamos nossos parceiros para alcançarem novos níveis de sucesso.”. À medida do sucesso é ver o impacto de longo prazo das vozes locais “comprometidas em se tornar referências de entendimento, articulação e marketing de nossas ideias.”. Um exemplo é o enorme alcance das publicações de páginas de redes sociais pertencentes a grupos ligados à rede, como a “Spotniks” no Facebook – sendo que muitas de suas produções trazem explicitamente a logo da Atlas.

O campo de atuação é a garantia de liberdade de mercado e a ideologização ou manutenção da hegemonia capitalista em sua versão ultraliberal, como expresso na seguinte frase: “Essa batalha das ideias é uma luta de longo termo que requer paciência, mas você verá nosso inequívoco progresso quando olha o que está ocorrendo nessa rede que nós nos sentimos privilegiados de conectar.” Mais adiante,

Nossos parceiros estão vencendo batalhas políticas. Estão gerando discussão midiática sobre liberdade onde ela não existia. Estão inspirando jovens a ir além e se interessarem pela liberdade, e receberem o treinamento na Academia de Liderança da Atlas para se tornarem ‘empreendedores intelectuais’ mais efetivos⁶⁷.

Dentre os formados nessa instituição, destacamos os brasileiros Fabio Ostermann e Magno Karl (do Ordem Livre). Se a visão é um mundo “livre, próspero e pacífico no qual governos limitados defendem a lei, a propriedade privada e mercados livres”, a “missão” é “[...] fortalecer o movimento liberal global, identificando, treinando e apoiando indivíduos com potencial para fundar e desenvolver organi-

⁶⁷ ATLAS NETWORK, 2008, p. 5; 2014, p. 3; 5.

zações independentes que promovam nossa visão em cada país”⁶⁸. Eis um possível motivo pelos quais temos ouvido tantos jovens expressarem posicionamentos políticos conservadores, afinal, dentre os parceiros da Atlas estão o SFL, Estudantes Pela Liberdade (versão brasileira) e o MBL.

No melhor estilo competitivo liberal, uma das estratégias do funcionamento em rede da Atlas é o reconhecimento e premiação das melhores experiências de suas parceiras, visando sua replicação por outras. Oficialmente, em seus relatórios, a Atlas afirma não centralizar ou mesmo dirigir o processo, mas a própria prática de financiar parceiras, organizar encontros regionais para discutir estratégias, oferecer treinamentos e premiações culmina com a necessidade de adequação a sua linha e interesses, criando um consenso em torno do programa ultraliberal sem qualquer restrição. A título de exemplo, um artigo disponível no site da organização comenta um treinamento feito pela “Academia de Lideranças da Atlas”, em outubro de 2015, na cidade de São Paulo, alinhado com seu objetivo de “apoiar o desenvolvimento e crescimento de uma rede global de *think tanks*”, com cada um usando seus conhecimentos e experiências locais para promover o ideário liberal em seus próprios países. No curso, foram dadas “[...] instruções passo a passo de como fundar *think tanks* no Brasil, ensinando comunicação efetiva e estratégias de financiamento, e os participantes foram auxiliados a adquirir capacidades tangíveis em um contexto regional.”. Participaram ativistas de diferentes organizações, como Estudantes pela Liberdade, Mercado Popular e Instituto Ludwig von Mises Brasil. A descrição feita pelo representante da segunda entidade é elucidativa, ainda mais no contexto das manifestações pró-impeachment: “[...] o treinamento nos ajudou a nos conectarmos com outras organizações, permitindo-nos trocar ideias e informações, assim como facilitou a divisão de trabalho entre essas organizações.”⁶⁹. A atuação conjunta fica evidente tanto nas manifestações de 2016 quanto em ações posteriores, como a organização da “Semana de vítimas do comunismo: a maior tragédia do século XX”, organizada em 2017 na UFSC, que contou com a participação de membros do MBL, como Kim Kataguirí e um vereador de Florianópolis, Hélio Beltrão, presidente do Instituto Mises Brasil, “que patrocina a semana”, do “Stu-

⁶⁸ ATLAS NETWORK, 2013, p. 4.

⁶⁹ ATLAS NETWORK, 2015d.

dents for Liberty Brazil”, um membro do “Movimento Libertário da Venezuela” e outro do “Vontad Popular na Venezuela”, além de pessoal ligado ao Instituto de Formação de Líderes de Santa Catarina e o cônsul da Ucrânia no Brasil⁷⁰.

Cabe um breve parágrafo sobre esses treinamentos da Atlas. Consta no anuário da organização de 2010 que eles visam tornar os presentes e futuros líderes da liberdade mais eficazes. O programa MBA da organização é uma “distinta, intensa, oportunidade de treinamento de duas semanas para líderes de *think tanks* que querem levar suas instituições para o próximo nível.”, contemplando temas como técnicas efetivas de arrecadação, marketing e comunicação, liderança organizacional e gerenciamento financeiro. O principal gestor seria Rainer Heufers. Paralelamente, haveria o programa *Think Tank 101*, de três dias (uma introdução aos tópicos de gerenciamento de *think tanks*), e a organização estaria incentivando que institutos já estabelecidos desenvolvam centros de treinamento livres, para descobrir e formar “empreendedores intelectuais”, que por sua vez se constituiriam em futuros candidatos dos programas de treinamento da Atlas e em potenciais criadores de novas instituições. Tais modelos já estariam operando na América do Sul e Europa. Ademais, atenta às inovações tecnológicas, a Atlas desenvolveu um programa, “*Lights, Camera, Liberty!*”, para instrumentalizar seus parceiros na produção de vídeos, que seria a nova linguagem, sendo um dos participantes o SFL, de cuja versão brasileira saiu o MBL. Eis uma explicação possível para a enorme abrangência dos materiais que produzem. O anuário de 2012 menciona a fundação da *Atlas Leadership Academy* e, assim como sua versão de 2011, os programas “Freedom on the Road” e “Freedom Schools”, que foram replicados no Brasil⁷¹. O anuário de 2011 traz mais detalhes sobre as formações da Atlas⁷².

Se não podemos superestimar, tampouco subestimar, a força política dessas organizações ultraliberais no Brasil e na América Latina, é notório seu crescimento e a penetração cada vez maior de suas ideias junto à opinião pública e nos meios universitários, bem como seus vínculos com as principais corporações de mídia e sua atuação

⁷⁰ WANDELLI, 2017.

⁷¹ ATLAS NETWORK, 2011; 2012; 2010, p. 4. Para mais informações vide o anuário de 2014.

⁷² ATLAS NETWORK, 2002; 2006; 2010, p. 2;

para “desgastar, desestabilizar e, finalmente, derrubar” governos “de esquerda, centro-esquerda e social-democratas, cujas políticas não são consideradas ‘amigáveis’ ao livre-mercado e a determinados interesses dos Estados Unidos.”. As mesmas organizações estadunidenses que apoiaram o impeachment de Dilma (que seria “a concretização de uma espécie de novo ‘modelo’ de golpe de Estado, parlamentar-jurídico-policial-midiático”) respaldam “setores políticos da direita liberal e ultraliberal nos demais países latino-americanos, como Argentina, Chile, Equador, Venezuela, etc.”. Se organizações e fundações existem tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, o golpe brasileiro e as desestabilizações na América Latina envolveram doações e treinamento de entidades estrangeiras, além de financiamento das burguesias nacionais⁷³.

A difusão da ideologia “ultraliberal” na América Latina precede a atuação da Atlas, iniciando-se entre os anos 1970 e 1980, quando intelectuais, ainda vinculados à Sociedade Mont Pèlerin, aproximaram-se das ditaduras civil-militares (especialmente a chilena)⁷⁴. Especificamente sobre a atuação da Atlas no restante da América Latina, seu anuário de 2002 (o mais antigo disponibilizado em seu site, embora sua fundação date de 1983) remonta ao final dos anos 1970 os primeiros contatos do fundador da organização com latino-americanos, caso de Hernando de Soto, que ouviu uma palestra de Friedrich Hayek, em Lima, em 1979, e seguiu sua recomendação de procurar Fisher, resultando na fundação do *Instituto de Libertad y Democracia*, em 1984. Conforme o anuário de 2006, participaram do primeiro workshop organizado pela Atlas, em 1983, membros de quinze *think tanks* e de quatorze países, inclusive Brasil, Venezuela, México e Chile. Durante o evento foram debatidos temas como, “papel, objetivos e valores de um instituto” e “a fórmula para um instituto”, justamente coincidindo com a fundação das primeiras organizações no Brasil e região. Em 1986, Alejandro Chaufen (já pertencente à Atlas, mas não como presidente, cargo que ocupou em 1991, após a morte de Fisher) organizou a “primeira cúpula de *think tanks* latino-americanos, na Jamaica”, auxiliando na exportação do modelo da Atlas para a África e Europa (mais tarde, também Oriente Médio), sem perder o foco na América Latina. O anuário de 2010 da organização reconhece que,

⁷³ BAGGIO, 2016, p. 21.

⁷⁴ FANG, 2017.

“por trinta anos, a Atlas tem cultivado uma ampla rede de campeões da liberdade na América Latina.”. Destaca-se a fundação do Centro de Investigações Econômicas Nacionais, na Guatemala, em 1982; o Instituto de Estudos Empresariais, no Brasil, e o Centro de Divulgação do Conhecimento Econômico (CEDICE), na Venezuela, ambos em 1984; o Instituto de Ciência Política (Colômbia, 1987); a *Fundación Libertad*, na Argentina (1988); o *Instituto Libertad y Desarrollo* (Chile, 1990), entre outros. Dados de 2016 apontam que, das 465 “parceiras” da *Atlas Network*, 79 são latino-americanas, sem contar o SFL, descrito como uma organização supranacional com ramificações em muitos desses países⁷⁵.

A *Atlas Network* na América Latina (dados de 2017)⁷⁶



Lee Fang cobriu o “Latin America Liberty Forum 2017”, uma “reunião internacional de ativistas libertários patrocinada pela Atlas”, na qual discutiram “como derrotar o socialismo em todos os lugares”, “atrair o apoio do setor industrial às reformas econômicas”, fazer debates nas universidades e “mobilizações nacionais a favor de um impeachment” e quais argumentos utilizar “para combater o crescimento

⁷⁵ BAGGIO, 2016, p. 3.

⁷⁶ Retirado de: <<https://cdn01.theintercept.com/wp/uploads/sites/1/2017/08/map8-portuguese-1502476828.jpg>>.

do populismo e canalizar os sentimentos de injustiça”. Fang vincula a essa rede criada pela Atlas os avanços dos “ultraliberais” na América Latina no novo milênio, que teriam aproveitado como oportunidade de ação a “recente queda do preço das *commodities*, aliada a escândalos de corrupção”. Nas maquiavélicas⁷⁷ palavras do dirigente da Atlas, Chaufen, que esteve nos protestos pró-impeachment no Brasil e diz ter conhecido Kim Kataguiri há tempos, “Surgiu uma abertura – uma crise – e uma demanda por mudanças, e nós tínhamos pessoas treinadas para pressionar por certas políticas.”, com diversos líderes ligados à Atlas, em diferentes países, ganhando notoriedade, desde ministros governamentais até senadores e lideranças de movimentos, como o MBL. Inclusive, no Fórum de 2017, Chaufen teria defendido “a necessidade de reforçar os movimentos de oposição libertária no Equador e na Venezuela.”⁷⁸.

Para Fang, diante da “guinada à direita em marcha na política latino-americana [...] a *Atlas Network* parece estar sempre presente tentando influenciar o curso das mudanças políticas.” e “conseguiu alterar o poder político em diversos países”, sendo uma “extensão tácita da política externa dos EUA”, com seus *think tanks* “discretamente financiados pelo Departamento de Estado”, sendo o “Fundo Nacional para a Democracia” o “braço crucial do *soft power* norte-americano”. Inclusive, a presidenta do Fundo Nacional para a Democracia do governo Trump, Judy Shelton, seria uma “velha companheira da Atlas”. Ao longo dos anos a Atlas teria, em conjunto com suas fundações contribuintes associadas, realizado centenas de doações e dado treinamento a grupos ultraliberais e conservadores de diferentes países, caso do MBL, de Honduras pós-Zelaya, da oposição venezuelana ao chavismo e de uma fundação próxima de Mauricio Macri. A Atlas teria como preocupação central “[...] o estabelecimento de organizações políticas disfarçadas de instituições acadêmicas, em um esforço para conquistar a adesão do público.”, visando superar o antigo problema da impopularidade das ideias de livre mercado. O Brasil seria o melhor exemplo de como “Os novos institutos trabalham juntos para fomentar o descontentamento com as políticas socialistas; alguns criam centros acadê-

⁷⁷ Lembro aqui do conselho de Maquiavel ao príncipe, de que não basta ter sorte, pois é necessário a virtude para saber aproveitar as oportunidades, ou em termos marxistas-luxemburguianos, desenvolver as condições subjetivas, fortalecendo “o partido”, para dar o salto revolucionário quando as condições objetivas permitirem.

⁷⁸ FANG, 2017.

micos enquanto outros treinam ativistas e travam uma guerra constante contra as ideias de esquerda na mídia brasileira.”, esforçando-se para direcionar “a raiva da população contra a esquerda.”, o que não raro é feito por meio de uma representação simplificada e demonizada que mobiliza, ao melhor estilo fascista. Tal atuação está a serviço dos interesses imperiais, como se pode perceber nos trechos dos anuários do SFL que saúdam o envolvimento do MBL na campanha para legalização do Uber e privatização da Petrobras e no apoio dado pelas principais corporações multinacionais estadunidenses (como Goldman Sachs, Google, Microsoft, Uber e o Instituto dos irmãos Koch) ao SFL e, em decorrência, as suas sucursais.

Mais especificamente no Brasil, a Atlas teria parceria com onze organizações: Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista; Instituto Liberal; Instituto Millenium; Instituto de Formação de Líderes - São Paulo; Instituto Liberal de São Paulo; Instituto Ludwig von Mises Brasil (Mises Brasil); Estudantes Pela Liberdade (EPL); Instituto de Formação de Líderes; Instituto de Estudos Empresariais; Instituto Liberdade; e Instituto Líderes do Amanhã. As primeiras foram criadas nos anos 1980, caso do Instituto Liberal (classificado como a “semente original”⁷⁹), mas a maioria no novo milênio (nos governos Lula e Dilma), com as mesmas pessoas (empresários, jornalistas, “especialistas”) transitando entre várias delas. Elas estão articuladas em rede, integrando tanto a Atlas Network quanto a “Red Liberal de America Latina” (RELIAL, criada em 2004, que reúne, além dos *think tanks*, partidos liberais) e a “Rede Liberdade” (brasileira). Quanto à última, composta de 28 institutos e de 20 grupos de estudos ou núcleos brasileiros (como o MBL e o Movimento Endireita Brasil), ela intitula a si mesma como a “rede nacional de organizações liberais e libertárias” e afirma que “influencia políticas públicas” e “coordena os membros, de forma descentralizada”, visando divulgar o ultraliberalismo. Hélio Beltrão, dirigente do Instituto Mises no Brasil (portanto, nada suspeito de ser crítico desse sistema), afirma que, se havia no máximo três *think tanks* libertários no país há dez anos, com o apoio da Atlas “agora existem cerca de trinta institutos agindo e colaborando entre si no Brasil, como o Estudante pela Liberdade e o MBL”. Recorrendo a uma metáfora futebolística, Beltrão afirma que os “atacantes” seriam os políticos, a defesa “a academia” e o “meio-campo” “o

⁷⁹ AMARAL, 2015.

pessoal da cultura, aqueles que formam a opinião pública”. O único caminho seria “travar uma guerra cultural permanente para confrontar os intelectuais e a mídia de esquerda”. Rodrigo Constantino, do Instituto Millenium, aponta como modelo Margaret Thatcher, “que se apoiava em uma rede de *think tanks* libertários para implementar reformas impopulares”, e reforça a necessidade de “formação de uma rede politicamente engajada de organizações sem fins lucrativos para defender os objetivos libertários.”, “sustentada por vultosas doações”, sendo “exatamente isso que a Atlas tem se esforçado para fazer”, quando subvenciona “[...] novos *think tanks* e cursos sobre gestão política e relações públicas, patrocina eventos de networking no mundo todo e, nos últimos anos, tem estimulado libertários a tentar influenciar a opinião pública por meio das redes sociais e vídeos online.”⁸⁰.

No anuário da Atlas de 2010, a organização menciona seu “programa em português”, “ordemlivre.org”, em parceria com outras instituições ultraliberais, que promoveram “um dia sem imposto”, fato coberto pelos principais jornais nacionais, e inclusive feito em parceria com a “Globo TV” – sim, trata-se do “*plim, plim*”. No ano seguinte, além desse programa voltar a ser mencionado, o anuário comenta a parceria de sua “sucursal brasileira”, “Ordem livre” (que em outros documentos não é tratada dessa forma), com a Universidade IBMEC, e a terceira edição do programa “Liberdade na Estrada”, que percorreu instituições de ensino superior do país, envolvendo mais de dois mil estudantes de vinte universidades, desde 2009⁸¹. Eis aí o possível germen do movimento estudantil de direita que, hoje, já maduro, tem conquistado muitos centros acadêmicos e até diretórios centrais.

Conforme o diretor da Atlas, Alejandro Chaufen, ele teria iniciado seus trabalhos junto a brasileiros em 1998, e na ocasião das manifestações pró-impeachment de Dilma a organização publicou uma matéria em seu site “comemorando o papel decisivo dos Estudantes pela Liberdade”. Em uma entrevista, Chaufen definiu seu papel em relação aos jovens brasileiros como “o poder da nutrição [...] Damos a eles programas de treinamento, tentamos apoiá-los financeiramente, encorajá-los a ser muito sérios, não festeiros. Mas a Atlas não apoia partidos.”. Adiantamos que, a fundação do MBL está diretamente ligada a essa trama, sendo a organização “uma marca criada” pela su-

⁸⁰ FANG, 2017.

⁸¹ ATLAS NETWORK, 2010.

cursal da *Students for Liberty* (SFL) no Brasil, no caso, outra entidade pertencente à rede Atlas, que ao se apresentar como MBL não só evitou a fácil vinculação com a organização estadunidense como tentou se apropriar do capital simbólico do nome “Movimento Passe Livre”⁸².

Existiriam, portanto, “ligações estreitas, comprovadas, entre brasileiros ultraliberais, que lideraram a mobilização pró-impeachment de Dilma – jovens e não tão jovens –, com a Atlas Network e outras organizações norte-americanas.”, que “mantêm programas internacionais de bolsas de estudo e treinamento de lideranças jovens” em parceria com outras instituições⁸³. Há no site da Atlas uma reportagem exclusiva sobre o impeachment, já citada no começo da introdução do presente livro (mas que por sua relevância cabe reiterar aqui), da autoria de Eric D. Dixon, datada de agosto de 2016. Nela fica patente o otimismo e o protagonismo creditado aos parceiros nacionais da organização. O artigo cita a afirmação de Milton Friedman de que “mudanças reais geralmente acontecem apenas após uma crise” e dependem das ideias que circulam no momento, e na sequência afirma que: “Os parceiros da Atlas Network no Brasil dedicaram anos preparando o terreno para as ideias de liberdade estarem presentes nesse momento, para constituírem um farol de razão e esperança em meio à tempestade política e econômica.”. A notícia cita Diogo Costa, presidente do Instituto Ordem Livre, que afirma ter ocorrido uma “mudança significativa” na opinião pública brasileira nos últimos anos, devido à atuação de “think tanks, movimentos e mídias sociais e novas lideranças políticas”, com as ideias liberais entrando no debate público e políticos de partidos tradicionais respondendo a elas. Se para Costa “ainda é cedo para ver os frutos práticos da batalha de ideias, está cada vez mais claro que os campeões da liberdade estão ganhando terreno.”. Em sua perspectiva, “é imperativo acabar com o intervencionismo estatal por meio de bancos públicos”, cabendo a um “governo de transição” reduzir o tamanho do Estado, simplificar o sistema tributário, abrir a economia brasileira e reformar a previdência. Dixon afirma, equivocadamente, que o processo contra Dilma se fundamenta na acusação de corrupção e menciona outro parceiro da Atlas, o presidente do Instituto Liberal, Rodrigo Constantino, para quem deveriam

⁸² AMARAL, 2015.

⁸³ BAGGIO, 2016; AMARAL, 2015.

ser abertas as fronteiras comerciais, privatizadas as estatais e restringido o Estado ao financiamento da educação e justiça, lutando contra “nossa cultura e todas as pessoas que tiram vantagem do *status quo*, especialmente os sindicatos.”.

Eis, exatamente, a linha econômica do governo Temer, reivindicada também por Bolsonaro, que se viabilizou politicamente em torno de um discurso conspiratório fascista contra as esquerdas, também presente nas falas de lideranças ultraliberais ligadas à Atlas. Mais adiante, Dixon volta a citar Constantino, com este afirmando que “Nossos professores são quase todos de esquerda, e eles doutrinam as mentes jovens com o socialismo. Nossos jornalistas são esquerdistas também. Nossa mídia é tendenciosa, e nós não temos o outro lado como nos EUA, com a Fox News.”, sendo essa ideologia, o estatismo e o populismo, supostamente dominantes entre a população, sendo necessárias algumas gerações para superar isso. Outro *think tank* mencionado é o Instituto Mercado Popular, representado pelo pesquisador Carlos Góes, que afirma ser necessário traduzir o difundido sentimento antigoverno em um “amplo sentimento pró-liberdade” que possa fundamentar duradouras reformas: “Nós devemos ser pragmáticos e influenciar a política pelas margens”, assegurando o contínuo crescimento do movimento brasileiro pró-liberdade. Para Góes, estaria em curso no Brasil uma explosão de canais liberais nas mídias sociais, grupos ativistas e *think tanks*, com institutos recrutando e treinando vários indivíduos, que após algum tempo iniciam seus próprios projetos, envolvendo-se em movimentos sociais, partidos, academia e instituições de pesquisa, criando seus próprios blogs ou escrevendo na grande mídia, dando “verdadeiramente uma estrutura espontânea e de baixo para cima ao movimento, com uma pletera de diferentes estratégias [...] esse portfólio diversificado de instituições, certamente, tem mais chances de se sair melhor do que uma organização centralizada.”. Che Guevara estaria “démodé”, pois, parodiando o refrão de uma música popular no Brasil, “a moda agora é” o libertarianismo.

Além do Brasil, a Venezuela é outro caso paradigmático (evidenciado tanto em documentos das próprias ONGs quanto em “telegramas do Departamento de Estado dos EUA vazados”) de uma “complexa tentativa do governo americano de usar os *think tanks* da Atlas em uma campanha para desestabilizar o governo de Hugo Chávez.”. A principal organização filiada à Atlas em Caracas, em 1998, já

recebia apoio financeiro, inclusive uma carta de financiamento do “Fundo Nacional para a Democracia” falando em “ajuda para a ‘mudança de governo’”⁸⁴. Bernie Sanders, enquanto concorria às prévias do partido democrata nos EUA, chegou a afirmar que “[...] a política intervencionista de seu país na América Latina deve terminar para iniciar um novo período baseado no 'respeito mútuo'.”, pois o país não poderia continuar “intervindo e derrubando governos ou tentando desestabilizá-los por razões econômicas”⁸⁵. Há uma descrição interessante na *Le Monde Diplomatique* das situações possivelmente sugeridas por Sanders, valendo uma citação mais longa:

Com certeza, vai longe o tempo em que, na América Latina, os militares, com a ajuda de Washington, varriam governos constitucionais e oriundos de eleições democráticas. Todavia, durante a onda de dirigentes carismáticos, de esquerda ou de centro-esquerda, que chegaram ao poder desde 1999, golpes e outras tentativas de desestabilização, ora abortadas, ora levadas a termo, ocorreram na Venezuela (2002, 2003, 2014), no Haiti (2004), na Bolívia (2008), em Honduras (2009), no Equador (2010) e no Paraguai (2012). No entanto, as forças conservadoras aprenderam que, na opinião internacional, os métodos sangrentos revelam-se contraprodutivos e que, na América Latina pelo menos, um golpe clássico não tem mais lugar. Então, as técnicas evoluíram [...] utilizada durante guerras, a ação psicológica desempenha igualmente um grande papel em tempos de paz. [...] Tal panorama autoriza a aplicação, mesmo que nem todos seus atores estejam conscientes de sua participação, de “*psy-ops*” (operações psicológicas) sutis destinadas a manipular ou a desestabilizar internamente os governos-alvos e a fornecer uma imagem negativa deles no exterior. Nós nos situamos então além da necessária crítica das políticas levadas a efeito [...] Na Venezuela, no início dos anos 2000, na perspectiva da tentativa de golpe de Estado contra Chávez, a opinião pública sofreu um bombardeio de manchetes turbulentas do *El Nacional*, do *El Universal* – “Talibãs na Assembleia Nacional”, “Outubro negro”, “Terroristas no governo” –, e apelos à derrubada do presidente: uma etapa comparável à preparação da artilharia que precede o assalto em uma campanha militar. Primeiro elemento da propaganda destinada à imprensa e aos diplomatas estran-

⁸⁴ FANG, 2017.

⁸⁵ UOL, 2016.

geiros: a “sociedade civil” manifesta seu descontentamento [...] Para reforçar a imagem de uma multidão pacífica enfrentando a ditadura, convém ser capaz de exibir vítimas inocentes [...] Apenas no período de 2013-2014, US\$ 14 milhões irrigaram por diversos canais a oposição venezuelana, tanto para as campanhas eleitorais como para os ‘protestos pacíficos’ de 2014 que exibem todas as características de uma rebelião antidemocrática. A Plataforma de Unidade Democrática (MUD) recebeu US\$ 100 mil para um projeto de trocas com organizações bolivianas, nicaraguenses e argentinas a fim de ‘compartilhar as lições aprendidas na Venezuela e permitir adaptá-las à experiência desses países [...] em geral só se lembra da tentativa de golpe de Estado de abril de 2002. Na realidade, antes e depois, a ofensiva nunca cessou [...] aqui, confia-nos o ministro venezuelano do interior, Miguel Rodríguez Torrez, “eles aplicam o que a esquerda chamava de combinação de todas as formas de luta. E se você fizer a lista dos atores implicados, serão os mesmos desde o início; as mesmas estruturas, com algumas variações. O que muda, a cada vez, é o método” [...] apresentando a vantagem de não poderem ser identificados, os famosos franco-atiradores também foram utilizados, indiretamente dessa vez, para provocar a queda de Fernando Lugo no Paraguai. Enquanto, desde a chegada dele ao poder, seus opositores evocavam regularmente, sob os pretextos mais diversos, a “destituição” do presidente, um conflito camponês forneceu a ocasião de pôr em prática a operação [...] Em 28 de junho de 2009, foi Honduras, membro da Alba, que serviu de laboratório para esse tipo de “golpe de Estado constitucional” [...] Em resumo, enquanto no passado os militares, depois de ter agido em favor desta ou daquela ação, permaneciam no poder, hoje eles voltam para os quartéis. Civil, a ditadura se torna transparente, sem que ninguém possa denunciar um novo Augusto Pinochet. [...] Nesse início do século XXI, Washington só concebe a democracia como uma ferramenta que permite o bom funcionamento do mercado [...] Na Bolívia, país governado pelo indígena Evo Morales - onde “não há mais donos, e sim parceiros” -, o embaixador norteamericano, Philip Goldberg, que ali chegou em outubro de 2006, estabeleceu uma relação com a oposição da Media Luna (“Meia Lua”), os departamentos ricos em hidrocarbonetos e em gás de Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando. De 2004 a 2006, ele tinha dirigido a missão norteamericana em Pristina, em Kosovo. Como por acaso, com a luta contra o projeto “esta-

tizante, autoritário e indigenista” (“indigenista” aqui no lugar de “populista”) de Morales, a Bolívia, “satélite do chavismo”, entrou por sua vez num processo de balcanização⁸⁶.

1.2 - Ainda a Atlas na América Latina: Students for Liberty, Estudiantes por la Libertad, Estudantes pela Liberdade e MBL

Os esforços da Atlas para vencer a “batalha ideológica” em favor dos ideais liberais, fatalmente, levaram-na a se dedicar também à formação de um movimento estudantil organizado. Já nos primeiros anuários disponibilizados pela organização consta essa preocupação de garantir a adesão de jovens a uma visão de mundo ultraliberal, o que foi feito por meio de parcerias com universidades e professores, que ministraram cursos, ou iniciativas específicas de entidades parceiras, como, dentre outras, o Instituto Cívico na República Tcheca, Instituto Bruno Leoni (Itália), *Free Minds Association* (Azerbaijão) e o Centro para a Sociedade Civil, na Índia. Este foi condecorado pelo *John Templeton Institute* (que tem uma premiação específica para atividades junto a jovens e atua no ramo, em parceria com a Atlas, desde 1999) e convidado a palestrar no “Atlas Liberty Forum” sobre o desenvolvimento bem-sucedido de programas estudantis, em 2004. No anuário de 2005, a organização reconheceu nos “estudantes de todos os níveis uma fonte potencial de capital humano” para seus projetos, sendo o investimento neles o “investimento no futuro da liberdade”, e apontou iniciativas realizadas de prospecção, financiamento, parceria e treinamentos para fortalecer a difusão do ideário liberal nas universidades. Consta ainda o programa “Na Estrada”, com uma equipe de liberais circulando em universidades para palestrar sobre o liberalismo. Vimos que essa iniciativa foi realizada inclusive no Brasil, com o nome de “Liberdade na Estrada”, organizada pela parceira da Atlas, “Ordem Livre”, que até 2011 já havia envolvido “diretamente mais de dois mil estudantes em vinte universidades desde que foi lançado, em 2009.”. O mesmo programa foi realizado na Turquia, Nigéria, Norte da África, Europa e Ásia Central, com a Atlas “equipando, treinando e finan-

⁸⁶ LEMOINE, 2016.

ciando”⁸⁷. Em seu balanço anual de 2007, a Atlas aponta para um programa específico, “*Teach Freedom Initiative*”, que continuou a apoiar “estudantes e instituições que queiram criar centros acadêmicos como canais alternativos para difundir os princípios de liberdade e sociedade livre.”, sendo a iniciativa fundamental para se contrapor ao “ensino tendencioso da maioria das instituições educacionais”, alcançando assim os estudantes⁸⁸.

Mas, uma atuação mais eficaz nessa frente, ao menos na América Latina, parece só ter ocorrido a partir de 2008, conforme verificamos no anuário da organização, que afirma seu entusiasmo com o crescimento das universidades privadas na região e que “aumentou significativamente seu envolvimento” com organizações universitárias, como no Chile, Peru e Guatemala, colaborando com a organização de vários eventos e traduções de livros, o que permitiu “introduzir nossa rede a muitos estudantes”. Diz a Atlas que, “Incluir mais centros sediados em universidades em nosso programa para a América Latina, e encorajá-los a trabalhar próximos de *think tanks*, pode ajudar a expandir nossa eficácia na região.”. Enquanto a universidade oferece credibilidade, recursos e conexões, os *think tanks* retornam com um “estilo mais dinâmico de trabalho” e contatos com políticos, cobertura midiática e exposição internacional – dá-se assim a configuração da rede Atlas. Ainda no anuário de 2008, a Atlas especifica sua “*Teach Freedom Initiative*”, basicamente voltada a cooptar e ampliar a rede estudantil, difundindo as ideias de governo limitado e a liberdade econômica, além de enfatizar o sucesso da parceira CEDICE, em seu trabalho de organização de um movimento estudantil na Venezuela⁸⁹. Cabe questionar: Isso não se enquadra perfeitamente na definição hipócrita de ideologia, brandida pelo Movimento Escola Sem Partido?

O crescimento efetivo e articulação de uma rede estudantil se deu, de fato, com a criação de uma organização parceira específica, a *Students for Liberty* (SFL), que fez o movimento deslanchar, sendo o nome derivado do principal programa da CEDICE, que “galvanizou jovens venezuelanos e ajudou a tecer uma rede através dos campus da América Latina com o objetivo de introduzir as ideias clássicas liberais

⁸⁷ ATLAS NETWORK, 2011, p. 23-24.

⁸⁸ ATLAS NETWORK, 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007.

⁸⁹ ATLAS NETWORK, 2008, p. 12; 32; 37.

e demonstrar os benefícios de uma sociedade livre.”⁹⁰. Inclusive, o CEDICE voltou a ser citado no anuário seguinte (2009), por sua campanha nacional “No a la ley cubana” (contra a lei de função social da propriedade), que teria sido tão bem sucedida que Hugo Chavez ordenou uma investigação criminal e a proibiu - a mesma ofensiva consta no programa oficial de governo de Bolsonaro. Voltando à relevância do fronte estudantil para a Atlas, ela fica patente ainda em outros documentos, dentre eles seu anuário de 2012, que tem uma seção denominada “Ampliando a rede de estudantes”. Nela a organização menciona parceiros que receberam auxílio para ampliar a abrangência dos ideais ultraliberais no meio estudantil, figurando grupos do Brasil (justamente o ano de fundação de sua sucursal da SFL, constando inclusive uma foto de estudantes locais com o responsável da Atlas pelos programas estudantis), México, Paraguai, Peru e Venezuela. Cabe analisar com mais profundidade na sequência o SFL, que está na origem do MBL⁹¹.

1.2.1 - *O Students For Liberty*

Especificamente sobre o SFL, ele ganha ênfase na documentação da Atlas a partir de seu anuário de 2010, que aponta o treinamento de seu presidente em seus programas e descreve a organização como em “rápido crescimento”, “determinada a plantar e alimentar organizações pró-liberdade nos campus dos EUA e mundo afora, e auxiliá-las a levantar recursos para terem impacto.”⁹². Tal anuário, além do SFL, também aponta entidades latino-americanas atuantes junto a estudantes, como o *Instituto de Pensamiento Estratégico* (México), *Democracia y Mercado* (Chile) e *Fundación Ecuador Libre* (esta que teria se apropriado de métodos de outra organização latino-americana, o que aponta a circulação dos modelos e referências). O anuário de 2011 menciona novamente o SFL, destacando, além de traduções, distribuição de livros e das ramificações da organização, que ela foi agraciada com o “*Templeton Freedom Award*” por sua conferência internacional, que atraiu jovens de vinte países. No documento de 2013, o SFL volta a ser citado, assim como o Brasil, cons-

⁹⁰ ATLAS NETWORK, 2008, p. 37.

⁹¹ ATLAS NETWORK, 2012.

⁹² ATLAS NETWORK, 2010, p. 8.

tando que a Atlas apoiou a segunda conferência nacional anual do Estudantes pela Liberdade, que reuniu quase 300 estudantes de todo o país, bem como o treinamento de Fabio Ostermann, liderança do Ordem Livre, em seus cursos avançados. Os documentos seguintes revelam a dimensão internacional que ganhou o movimento estudantil ligado à Atlas, com filiais em todos os continentes e atuando em rede⁹³.

No site da própria SFL, consta que ela foi fundada em 2008 e é a “maior organização libertarianista estudantil do mundo”, com a missão de “reduzir o poder estatal e promover a liberdade”, além de “educar, desenvolver e empoderar a próxima geração de líderes pela liberdade”. Seu método de atuação remete ao da Atlas: identificação das principais lideranças estudantis e seu treinamento para que se tornem “agentes de mudança em suas comunidades” e replicadores. Seus principais meios de comunicação seriam um jornal, o website e *Instituto de Pensamiento Estratégico* Facebook. Antes de fundar o SFL, seu então presidente, Alexander McCobin, teria trabalhado para o *Koch Institute* e *Cato Institute* (ambos, assim como o *John Templeton Institute*, também parceiros da Atlas). O primeiro anuário disponível no site da organização, referente aos anos de 2010 e 2011, menciona que seus diretores são, em sua maioria, jovens recém-formados, que fundaram grupos libertarianistas até se unificarem no SFL. No Conselho Consultivo são mencionadas várias pessoas ligadas a diferentes organizações, como o *Prometheus Institute*, *Institute for Humane Studies* e, claro, *Atlas Network*, que também constam na lista de apoiadores, figurando a segunda na categoria dourada e a Atlas na prateada. Inclusive, nos anuários de 2013/2014 e 2014/2015, Dan Grossman, então presidente da Atlas, aparece na lista seleta dos diretores do SFL e o Google figura entre os apoiadores.

O anuário de 2014 especifica melhor o objetivo e os métodos do SFL. Para “criar um mundo mais livre” a estratégia adotada é “crescer o movimento estudantil pela liberdade o máximo possível”, levando o maior número “de pessoas a abraçar posições pró-liberdade, tanto identificando libertarianistas, quando eles são jovens para mantê-los envolvidos, quanto introduzindo as ideias de liberdade naqueles que são inicialmente apáticos ou hostis a elas”. As táticas se resumem a treinar líderes, promover eventos, financiar grupos, capacitar em habilidades de comunicação e em como conseguir espaço midiático e

⁹³ ATLAS NETWORK, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

apoiar ex-alunos, mantendo-os conectados e atuantes. Quanto aos eventos, que se dividem em conferências regionais, internacionais, fóruns de liderança e pela liberdade, são encarados como meio de formação, cooptação e manutenção dos jovens no movimento, sendo as conferências o momento de expor “as ideias de liberdade” a novas pessoas, dar aos mais novos a oportunidade de praticarem sua liderança e reforçar os vínculos da comunidade com o movimento, sendo um misto de “sala de leitura, fórum de debates, planejamento estratégico e fator motivacional”. O SFL estaria em constante expansão e busca de segmentos, como pode ser observado no anuário que cobre o período acadêmico que vai de junho de 2012 a julho de 2013, e menciona a criação do programa “*Women for Liberty*” (para suprir a desproporcionalidade da representação de gênero no movimento libertarianista) e de outra iniciativa para egressos (“*Alumni for Liberty*”), além do lançamento de um “novo braço da organização”, chamado “Vozes jovens”, visando garantir releases e aprimorar o contato com a imprensa.

Quanto aos “*Alumni for Liberty*” é descrito como “braço de suporte para egressos dos programas do SFL”, que são reunidos em “seções” e “associações”, que para serem reconhecidas devem manter atividades regulares a fim de mantê-los conectados com a rede e atuantes. Em 2012/2013, já estavam formadas “*Alumni for Liberty*” nos EUA, Canadá, Europa e América Latina. Inclusive, o anuário de 2013/2014 enfatiza o sucesso profissional de alguns “alumnis” como evidência de que, “o que o SFL faz de mais importante é mudar a vida das pessoas.”, capacitando-as para se tornarem líderes e terem sucesso, evidenciando um discurso motivacional meritocrático e o retorno pessoal positivo da adesão à “causa da liberdade”⁹⁴. Portanto, nota-se nos anuários que, além dos treinamentos gratuitos, viagens e redes de contato, a atuação junto ao SFL é vinculada à oportunidade de sucesso profissional, adequando-se à ideologia capitalista defendida, além de garantir uma organização de ativismo ultraliberal, concentrando os esforços hegemônistas de propagação ideológica. São constantes nos documentos relatos de jovens bem-sucedidos tanto no ativismo quanto em suas carreiras profissionais, apontando a inter-relação dessas atividades.

Aprofundando-nos sobre a entidade, em um documento disponibilizado em seu site, “A Theory of Empowerment”, de autoria de

⁹⁴ STUDENTS FOR LIBERTY, 2013; 2014.

Alexander McCobin, o SFL afirma a capacidade da juventude promover mudanças, a despeito das abordagens que a trata como “incompetente” ou de forma “paternalista”, destacando três mecanismos da organização utilizados para apoiar “estudantes pró-liberdade”: “treinamento” (livros, seminários presenciais ou via web e programas de lideranças e auxílio para organizar protestos), financiamento e criação de redes. O SFL afirma não financiar movimentos para controlá-los de forma vertical. Não seria uma organização hierarquizada, mas “funciona como uma rede de estudantes pró-liberdade” – o que nos remete, imediatamente, à metodologia e retórica da Atlas, mas, na prática, os anuários do SFL revelam uma cadeia verticalizada de organização. Outra semelhança operacional do SFL com a Atlas é quanto aos meritocráticos programas e prêmios de reconhecimento pelo desempenho na causa da liberdade.

Quanto à formação ultraliberal garantida pelo SFL, vale destacar alguns pontos, como os programas para treinamento de coordenadores de campo, que têm uma nomenclatura distinta a depender da região (como coordenadores regionais, de estado). Ele visa formar multiplicadores, capazes de criar seus próprios grupos e gerir diferentes campus (cerca de dez em seu entorno, onde irão “identificar estudantes pró-liberdade, apoiar a fundação de novos grupos estudantis pró-liberdade” e ajudar a espalhar a doutrina), funcionando por meio de um “rigoroso currículo de treinamento com leituras mensais e *webinars* semanais.”, abordando tópicos desde a história do movimento até como promover conferências e eventos, culminando em uma semana de encontro presencial onde as lideranças se encontram fisicamente pela primeira vez e “completam seu treinamento”. No anuário de 2012/2013, a organização foi mais específica: “SFL provê a eles treinamento, recursos e supervisão para se tornarem líderes da liberdade, iniciarem novos grupos de estudantes, realizarem eventos pró-liberdade e identificarem outros libertarianos na área.”, visando formar os líderes da próxima geração e ser o “principal veículo para o crescimento do movimento de estudantes pela liberdade.”.

Quanto ao currículo desses cursos, iniciar-se-iam com a história do SFL, passando por “excertos do ‘SFL Leadership Handbook’”, que por sua vez contempla a missão da organização, teoria da mudança social, estratégia geral para se aproximar de lideranças, textos clássicos sobre socialismo escritos por liberais como Hayek e formas de ini-

ciar, viabilizar e expandir grupos, ter sucesso em falar em público, organizar protestos, eventos e fóruns, criar infraestrutura para movimentos libertarianistas, otimizar recursos da SFL e perspectivas da organização e transição de lideranças. A culminação do treinamento é um final de semana de curso intensivo em Washington, para aqueles que mais se destacarem - o que, seguramente, garante prestígio ou capital simbólico no interior do movimento. A formação é gradativa: primeiro o jovem adquire experiência gerindo seu próprio grupo, então se habilita para participar do programa de “coordenação de campus”, onde aprende técnicas gerenciais e organizativas efetivas para se responsabilizar por até dez grupos em sua região, com os coordenadores melhor sucedidos se tornando “coordenadores sênior”, envolvendo-se em novos projetos ou aderindo ao conselho executivo nacional ou regional para se tornarem lideranças após formados (“alumni”). Comentando os programas realizados para lideranças estadunidenses, o SFL afirma que, antes de começarem seus trabalhos como revolucionários dos campus, os coordenadores de campus são submetidos a um rigoroso programa de treinamento de verão que consiste em várias leituras, palestras virtuais, trabalhos escritos e o retiro em Washington, sendo tanto teórico quanto prático, voltado a expandir o movimento e “mudar o clima intelectual do campus”, baseando-se em princípios como “livre mercado, liberdade pessoal e paz”.

Parte dessa formação dos “líderes” também ocorre via os “fóruns de lideranças”, que reúnem por um dia de quinze a trinta estudantes “líderes ou futuro líderes” para trocarem experiências e as melhores formas de organizar estudantes e atividades nos campus, ocorrendo ainda simpósios para pequenos grupos. Quanto ao retiro anual em Washington, subvencionado pela organização, reúne as lideranças globais mais promissoras da organização. Paralelamente a essa formação da “elite” ultraliberal, ou “coordenadores de campo”, ocorrem os “fóruns pela liberdade”, que reúnem estudantes de uma mesma região em um ambiente informal para trocarem experiências, formas de melhorar a gestão, geralmente, duas vezes por semestre. Ademais, a formação também é garantida por meio de “grupos de leitura virtuais” acompanhados por especialistas, de um projeto de acesso livre de grupos a livros dos “mais eloquentes advogados da liberdade” (Frederic Bastiat, Hayek, Henry Hazlitt, Ludwig von Mises), da distribuição de kits de ativismo, centenas de milhares de livros e jornais e por seminá-

rios via web (“*webinars*”, que são descritos no anuário de 2012/2013 como um “programa educacional interativo garantindo a estudantes de toda a parte do mundo acesso virtual ao vivo a leituras acadêmicas relacionadas a temas como liberdade, ativismo e carreira.”). No anuário de 2014/2015, o SFL afirma que sua formação sobre o liberalismo é apenas um primeiro contato, uma “educação introdutória”, complementada com o envio de seus estudantes para outras organizações, como o *Institute for Humane Studies* e a *Foundation for Economic Education*, além, obviamente, da Atlas. Também nesse documento, afora os “instrumentos” já citados de formação, a entidade menciona a impressão e distribuição de 50.000 brochuras de vinte páginas como primeiro contato com o significado do libertarianismo. Conforme o documento seguinte, Ayn Rand não seria mais a “principal introdução ao libertarianismo”, estando à disposição e sendo utilizados nem tanto catálogos de vídeos e livros, mas vídeos do Youtube, cursos online e blogs.

O otimismo do discurso institucional do SFL fica patente em seus anuários, sendo justificado por dados apresentados na sequência. Em 2012-2013, a afirmativa foi de que, se há cinco anos “quase não havia ativismo libertarianista nos campus”, agora o SFL conecta mais de 900 grupos ao redor do globo (24 deles na América Latina), “treina centenas de líderes a cada ano, organiza dezenas de conferências para milhares de estudantes, e garante mais recursos que qualquer outro anteriormente.”. Nas palavras do cofundador e presidente, Alexander McCobin, “Ao dar aos estudantes a oportunidade de aprender como organizar grupos, promover eventos, escrever artigos e se tornarem oradores efetivos [...]”, além de se envolver em “marketing”, o SFL prepararia uma nova geração que “irá mudar o mundo” contra o “estatismo”. Na “carta do presidente” do período seguinte, foi destacado o sucesso do SFL em “construir uma organização verdadeiramente internacional apoiando um movimento estudantil global pela liberdade”. Seria o período da história em que as ideias libertarianistas se tornaram mais populares, sendo os “coordenadores de campus” os responsáveis, inclusive, por combater a “ameaça do estatismo”. Nos anuários de 2012/2013 e 2013/2014, o SFL enalteceu ainda mais seus avanços, “expandindo para novas partes do mundo”, com um número de membros sem precedentes, a multiplicação de seu orçamento e do público de sua conferência internacional.

Cabe apresentar alguns dados relativos a esse crescimento e internacionalização do SFL. Se a organização começou em 2008 com 42 grupos, o ano letivo que terminou em meados de 2009 se encerrou com 109, no período seguinte subiu para 290 e, respectivamente, 511 em 2010/2011, 780 em 2011-2012, 930 em 2012/2013, 1369 em 2013/2014, 1.773 em 2014/2015 e 1.916 em 2015/2016. Quanto ao número de “líderes ativos do SFL” (que em 2014/2015 foram classificados como “treinados”), pulou de 182 em 2012/2013 para 468 entre 2013 e 2014, 686 entre 2014 e 2015 e 1.574 entre 2015 e 2016 (sendo o salto devido, justamente, à atuação da sucursal brasileira)⁹⁵. Outro dado que nos ajuda a compreender o otimismo institucional se refere à impressão e distribuição de livros em escala global para serem redistribuídos pelos “grupos” do SFL. Já o anuário de 2010/2011 menciona uma parceria do SFL com a Atlas, reeditada nos anos subsequentes, imprimindo cerca de 30.000 volumes sobre o liberal Frederic Bastiat, que foram distribuídos para 116 grupos em distintas partes do globo, que por sua vez disseminaram as obras. Se entre 2011 e 2012, 226 grupos receberam e redistribuíram 100.000 cópias do livro “*The Morality of Capitalism*” (traduzido para seis idiomas), no período seguinte foram 175.000 cópias da obra “*After the Welfare State*” e, entre 2013 e 2014, 350.000 cópias de “*Why Liberty*”. Entre 2014 e 2015 foi a vez da obra “*Peace, Love & Liberty*”, com 300.000 cópias distribuídas. Ainda em seus anuários o SFL traz dados sobre protestos estudantis que apoiou, geralmente contra políticas de redução da liberdade e focados em liberdades e direitos individuais.

O mesmo otimismo se sustenta se considerarmos o crescimento financeiro da organização a partir dos dados fornecidos em seus anuários. Destaca-se o acelerado crescimento das arrecadações e despesas. Se, respectivamente, em 2008, o SFL arrecadou 50.000 dólares

⁹⁵ Se em 2008 foram três conferências regionais nos EUA, reunindo cerca de 120 estudantes, em 2009 foram sete com 700; em 2010 nove com 1133 presentes e, entre 2010 e 2011, foram reunidas 1.509 pessoas. Se entre 2012/2013 vinte conferências estadunidenses reuniram 2.642 pessoas, no período seguinte (2013/2014) o público subiu para 3.955. No total, o SFL organizou 51 conferências regionais entre 2014 e 2015, reunindo 9.000 pessoas, e no período letivo seguinte 98, contando com um público total de 19.834, estando a organização presente em cerca de 100 países. Quanto às “conferências internacionais” da SFL, quando subiu de 100 participantes em 2008 para 529 em 2011, seu diretor executivo já definiu o SFL como o maior grupo libertarianista da história. Nos anos seguintes, o público desses encontros globais se multiplicou: mais de 1.400 conforme o anuário de 2012/2013, 1.719 segundo o documento de 2014/2015 (que contou com a participação de Edward Snowden e de um ex-presidente do México).

e gastou 30.000, em 2009/2010 foram 200.000 e 150.000; 529.120 e 423.931 em 2011; 1.098.853 e 659.705 em 2012; beirando três milhões de dólares e dois milhões e seiscentos mil em 2013/2014, com tais marcas superadas no anuário seguinte e, entre 2015 e 2016, com a receita chegando a 3.761,438 milhões de dólares. Os recursos são oriundos tanto de indivíduos, quanto de fundações, corporações e atividades do SFL⁹⁶. Outros dados significativos trazidos nos anuários são as pessoas expostas às postagens do SFL no Facebook⁹⁷.

A internacionalização da entidade merece um acompanhamento mais detalhado. Já no primeiro anuário (2010/2011), o SFL destaca a lista de participantes dos seminários via web (webinars), contando com jovens de todos os continentes (sobressaindo-se egípcios, argelinos, ganeses, tanzanenses, nigerianos, israelenses, colombianos, mexicanos, panamenhos, venezuelanos, ingleses, italianos, tchecos, belgas, austríacos, australianos, malásios, indonésios, indianos, turcos, ucranianos, georgianos e chineses). Em 2010, o SFL se expandiu para a Europa, com a matriz financiando, parcialmente, tal movimento, que se enraizou no “Velho Mundo” nos próximos anos. Se o anuário de 2011/2012 salienta a realização de um “fórum pela liberdade” em Moscou (que constatou a necessidade de um esforço combinado para criar um “fronte unido - um centro para o liberalismo”), o documento de 2012/2013 enaltece a participação, no conselho executivo, de um venezuelano, Luis Silva-Ball, e a realização da segunda conferência europeia (365 presentes) e da primeira no Equador, Venezuela e Brasil (com, respectivamente, 374, 70 e 110 presentes). Já entre 2013/2014, além das demais, também foi realizada uma conferência reunindo jovens da Austrália e Nova Zelândia, com jovens da Coreia e Japão aderindo ao grupo e à “campanha de conscientização para os perigos da Venezuela e Ucrânia.”. Na África, o avanço do SFL também é notável⁹⁸.

⁹⁶ STUDENTS FOR LIBERTY, 2011; 2012; 2014.

⁹⁷ O documento de 2013-2014 aponta que, no período, a página da organização recebeu 783.138 visualizações e 443.038 visitantes, contra 651.869 e 353.440 entre maio de 2012 e abril de 2013. Em 2015 os números cresceram ainda mais: 1.885.460 visualizações na página e 706.377 visitantes.

⁹⁸ 354 pessoas participaram da Conferência da África Ocidental (realizada na Nigéria, sendo para muitos um primeiro contato com as ideias ultraliberais) e 476 da Oriental, havendo 35 grupos, 30 coordenadores locais e 9 membros do conselho executivo continental (Nigéria, Gâmbia, Tanzânia, Quênia e Malawi). Conforme o anuário de 2014/2015, foram organizadas três conferências, com um público total de 1.276, havendo 50 grupos, 80 coordenadores lo-

Para fomentar a internacionalização do movimento, o SFL adotou uma nova estrutura de liderança entre 2012 e 2013, hierarquizada pelo conselho executivo internacional, seguido dos conselhos regionais (EUA, Europa, América Latina, Brasil) e outro de prospecção, sucedido, por sua vez, no Brasil por coordenadores de estados, e nos demais com coordenadores locais que gerenciam os grupos. Entre 2013/2014, foram criados mais dois conselhos executivos regionais, na África e sul da Ásia, fruto do programa de prospecção (“*Charter Team Program*”), visando construir o movimento em áreas do globo ainda sem presença do SFL “identificando, treinando e apoiando os líderes estudantis libertarianistas mais representativos”, submetendo-os a dois meses de treinamento online, abrangendo desde a filosofia liberal até habilidades de gerenciamento, comunicação e organização estudantil. Entre 2012 e 2013, tal mecanismo teria levado ao estabelecimento de 42 organizações, traduções de manuais para o espanhol, português e armênio e realização de conferências e fóruns de lideranças em novos países. Um representante africano afirma ter conhecido o SFL em um jantar promovido pela Atlas Network. Se da conferência internacional de 2012/2013 participaram pessoas de 33 países (várias da América Latina), consta no site da entidade que, na de 2017, 40 países tiveram representação. Ainda quanto ao anuário de 2012, destaca-se a nomeação para o “Conselho Executivo Internacional” de um jovem da África, dois da Europa e quatro da América do Sul, sendo eles Julio Clavijo (Equador), Carlos Rocha e Juliano Torres (Brasil) e Luis Silva-Ball (Venezuela). Já no documento de 2012-2013 foi destacada a elevação de Juliano Torres ao “staff” do SFL (continuando em 2014/2015), como “gerenciador dos programas brasileiros”, e dos brasileiros Guilherme Benezra, Carlos Rocha e Pedro Menezes para o conselho executivo internacional da entidade (com os dois primeiros continuando entre 2014 e 2015). Em 2014/2015, houve uma reconfiguração da estrutura de liderança, que foi ainda mais verticalizada, estando os diretores no topo e, depois, os conselhos. O anuário relativo a esse período ainda evidencia a interferência do SFL em questões políticas locais. Além de iniciar com uma análise de conjuntura destacan-

cais, fora os nove do conselho executivo. No sul da Ásia, se entre 2013 e 2014 o SFL já havia organizado 20 coordenadores locais e 8 grupos e membros do conselho executivo (restritos à Índia e ao Nepal), entre 2014 e 2015 já eram 20 grupos e 80 coordenadores locais. A presidenta regional afirma ter conhecido o SFL por meio de seu envolvimento anterior com uma organização parceira e financiadora, o *Institute for Human Studies*. Em

do os principais governos que desafiam a “liberdade”, na seção dedicada à atuação e avanços do grupo na Europa a organização comenta uma conferência realizada na Ucrânia, que teria a participação do ex-ministro da economia da Geórgia e da Ucrânia, mas que faleceu pouco antes do evento, onde estudantes russos e ucranianos foram expostos a temas como a ascensão do “regime Putin” e a “propaganda russa”. Em Honduras, “a filial hondurenha do SFL” teria impedido um boicote de aulas promovido pela Federação Marxista das Associações Estudantis.

1.2.2 Estudantes por la Libertad, Estudantes pela Liberdade e MBL

Na América Latina como um todo, cabe destacar as atividades desempenhadas pela vertente regional do SFL, a “Estudiantes por la Libertad”, e, ao final, os Estudantes pela Liberdade e o MBL. Como vimos, provavelmente, a atuação do SFL no subcontinente está relacionada com uma diretriz anterior a sua fundação, estabelecida por sua parceira e financiadora, a *Atlas Network*, que há tempos atua na região, inclusive como laboratório, cujos experimentos são descritos como passíveis de reprodução em outras localidades. O anuário de 2002 dessa organização menciona um objetivo, delineado ainda em 2000, de auxiliar na fundação de ao menos dez novos institutos entre 2001 e 2002, e em novembro de 2001 realizou um workshop na Flórida com “muitos líderes de *think tanks* da América Latina”. A organização ainda mencionou estar desenvolvendo o “*Latin American Policy Experts Guide*”, com o objetivo de “identificar e classificar ao menos mil experts em políticas liberais trabalhando em universidades, *think tanks*, ONGs, empresas privadas e agências governamentais na região, partilhando tais informações com “aliados políticos e educacionais” e “Uma vez que este projeto esteja completo, visamos utilizá-lo como modelo para esforços similares em outras partes do mundo.”. O documento fala ainda na manutenção de uma rede com mais de 200 instituições parceiras, dentre as quais pode ajudar 98 situadas em 33 países graças a seus “generosos doadores”, seja fornecendo auxílio financeiro direto, viagens para programas de treinamento ou financiando projetos especiais. Dentre os visitantes que recebeu em 2002 pedindo auxílio, nomeou pessoas do Brasil e América Latina e a fundação do

“Centro Interdisciplinar para Ética e Personalismo Econômico”. Conforme um membro do *Instituto Libertad y Desarrollo*, do Chile, “*Think Tanks* na América Latina têm um papel imensamente importante em mudar o clima das ideias, especialmente em sociedades com fraqueza institucional”. No anuário seguinte, ao passo que são nomeados como parceiros da Atlas no Brasil, além do Centro Interdisciplinar, o Instituto Liberal (RS) e o Instituto de Estudos Empresariais, a organização menciona um evento realizado na Espanha para reunir muitos de “nossos principais *think tanks* latino-americanos com suas contrapartes espanholas.”, sendo um dos temas “América Latina: entre modernidade e neo-populismo”. Um dos resultados foi a criação da *Fundación Internacional para la Libertad*, sendo o subcontinente novamente discutido em duas conferências organizadas pelo *Hudson Institute* para debater “os desafios na Argentina e Venezuela” e em um evento realizado na Colômbia, que reuniu membros de doze países latino-americanos.

Além da expansão do SFL na Europa, seu anuário de 2012/2013 destaca seu “tremendo crescimento” na América Latina, com o conselho executivo integrando jovens de El Salvador, Guatemala, Venezuela, Equador, Argentina, México, Peru, Costa Rica e Paraguai (pluralidade repetida nos anos subsequentes). Ainda sobre o subcontinente, o documento de 2012/2013 afirma que o SFL está construindo uma “estrutura de apoio” para seu membro do comitê executivo venezuelano, “que se tornou um exilado político” e se inscreveu no programa de coordenador de campus há dois anos e organizou setenta estudantes libertarianistas na conferência venezuelana em janeiro e “está encabeçando a formação do *Estudiantes por la Libertad* pela América de língua espanhola”. O crescimento do SFL no subcontinente fica ainda mais patente no próximo anuário (2013/2014), que menciona a integração no conselho executivo de representantes do Chile e Bolívia (saíndo o representante mexicano), a realização da conferência anual da *Estudiantes por la Libertad* em Santiago, no Chile, e a existência de 27 grupos e de 103 coordenadores locais (além dos 10 membros executivos regionais). Vale mencionar os tópicos discutidos em seminários organizados no Equador entre 2012 e 2013 (onde o SFL foi criado como parte do “*Charter Team Program*”): “Dolarização e política monetária”, “Economia e o papel do Estado”, “Impostos e instituições”, “O novo acordo do comércio global” e

“Princípios básicos de uma sociedade livre”. Um seminário organizado em Guayaquil reuniu 374 pessoas, além de “fóruns cinema”. Conforme o anuário de 2014/2015, o “Estudiantes por la Libertad” já contavam com 80 grupos, 183 coordenadores locais e uma comissão executiva com 12 membros, sendo realizadas duas conferências com 838 participantes no total. No período seguinte, foram organizadas conferências regionais na Guatemala, México, Peru, Equador, Venezuela, Bolívia e Paraguai, reunindo mais de 1.400 estudantes.

O link do SFL para a filial brasileira abre uma página com quatro campanhas, voltadas a liberar o UBER e o armamento (sendo este ponto parte de uma campanha internacional), instituir um “Estado nanico” e fomentar a participação em grupos de estudo e organização. Quanto ao último ponto, o “Programa de Grupos”, visa “ajudar, desenvolver e capacitar grupos liberais espalhados pelo Brasil, a fim de que alcancem cada vez mais pessoas e espalhem as ideias da liberdade em sua comunidade”, sendo oportunizada a participação em eventos, conferências e treinamentos no Brasil e exterior com as despesas pagas, inclusive nos programas da “Atlas Network”, Universidade de Georgetown e Fundação Friedrich Naumann, além de organizações nacionais parceiras, como o “Instituto de Formação de Líderes” e os “Líderes do Amanhã”. Consta ainda no site brasileiro que nos treinamentos online os jovens aprendem a gerir grupos e organizar eventos e que, até então (2017) já haviam passado por seu “programa de coordenadores mais de 1.000 estudantes”, que integram tanto a entidade quanto outras - Instituto Mises Brasil, Mercado Popular, Instituto Atlantos e Instituto Carl Menger - ou foram eleitos (caso de Felipe Camozzato, em Porto Alegre, pelo “NOVO, um partido libertarianista”).

Ainda na seção “Programa de Coordenadores” da filial brasileira são mencionadas as possibilidades de cursos gratuitos, acesso a materiais bibliográficos, gráficos e impressos e a um banco de dados com “palestrantes nacionais e internacionais”, premiações conforme desempenho e três níveis de formação: “coordenador regional, estadual e local”, sendo o treinamento gradativo do local para o regional, oferecendo “possibilidades de carreira” nos institutos afins. “Estes são os estudantes que nós treinamos e empoderamos para fazer parte ativamente do movimento estudantil pela liberdade”. Tamanho é o destaque da atuação do grupo brasileiro que, no site da matriz foi publica-

da uma nota enaltecendo seus avanços, descrevendo a filial como “um dos mais reluzentes faróis de esperança”, “a força principal de um movimento juvenil que quer se libertar de décadas de cronismo e estatismo no Brasil”. É ainda divulgado um vídeo sobre como esses ativistas “responsabilizaram o governo e levaram ao impeachment da presidenta” e convidando jovens a virem para o país, participarem da conferência nacional do movimento.

É interessante observar a narração dos acontecimentos no Brasil sob o prisma do SFL. Acompanhando cronologicamente as informações sobre o país tal qual aparecem nos anuários da SFL internacional, o documento de 2012/2013 destaca a formação do “Estudantes pela Liberdade”, no começo de 2012, “para replicar o sucesso do *Students for Liberty* nos EUA e Europa”, com a versão local e internacional “trabalhando próximas” para integrar as organizações em “treinamentos de lideranças, planejamentos estratégicos mútuos e garantir recursos para estudantes ao redor do Brasil.”. Se o anuário fala em descentralização, também deixa transparecer um dirigismo verticalizado: “Para o ano acadêmico de 2013-2014, a Estudantes pela Liberdade servirá como o braço brasileiro de divulgação da *Students for Liberty* internacional.”. Conforme o anuário de 2012-2013, na conferência nacional brasileira de 2012 foram mais de 150 participantes, sendo o evento inaugural do “movimento estudantil brasileiro pela liberdade”, além de três conferências regionais, reunindo 80 pessoas em Brasília, 70 no Rio de Janeiro e 150 em Porto Alegre. Em 2013, foram 280 participantes na cidade de Belo Horizonte (afora 346 nas três conferências regionais – sul, sudeste e centro-oeste), contando os “Estudantes pela Liberdade” então com 147 coordenadores locais, oito membros no conselho executivo e cinco “diretores regionais”, além de nove “coordenadores de estado”. O anuário de 2014/2015 aponta a realização de cinco conferências, reunindo 708 pessoas e a existência de 57 grupos, de 291 “coordenadores locais” e um conselho executivo com nove membros de diferentes estados. No site do EPL consta que, até fevereiro de 2017, já haviam treinado 3.463 pessoas e criado 235 grupos, com 27 projetos financiados.

Em um boletim quadrimestral de 2015, o SFL menciona os sucessos dos Estudantes pela Liberdade (EPL) em capitalizar a crise política e econômica do país, liderando os movimentos de impeachment e disseminando o libertarianismo. “Nos últimos meses, o EPL

atraiu mais de 3.000 estudantes para seus eventos, treinou 600 coordenadores, cresceu para quase cem grupos ligados à organização, e promoveu seus ideais por meio da mídia tradicional.”, afora a campanha para legalização do Uber, o que demonstra o serviço prestado pela organização ao imperialismo, ou corporações multinacionais estadunidenses, abrindo novos mercados, o que fica ainda mais explícito na defesa da privatização da Petrobras. Mais adiante, o documento menciona a participação de representantes da Goldman Sachs, Google, Microsoft e de muitas outras organizações como o Uber em atividades ligadas ao SFL e traz um depoimento do deputado estadual gaúcho pelo Partido Progressista e “SFL alumni”, Marcel Van Hattem, sobre seu envolvimento com o SFL na Europa e a ajuda do EPL à sua eleição e ainda menciona nominalmente Kim Kataguiri como um “EPL alum” e uma das lideranças do “*Free Brazil Moviment*”. Contraditoriamente afirma: “Se o EPL não está envolvido em nenhuma atividade política, estamos orgulhosos de ver um EPL *alum* se tornar ativo no cenário político nacional e demonstrar a diferença que jovens podem fazer se trabalharem por isso.”. Em 2013, Hattem teria sido convencido a retornar ao Brasil e se envolver na política “com as ideias que estavam sendo disseminadas nas escolas e universidades graças ao EPL e inspirando manifestações contra o governo.”. Em sua campanha, em 2014, foi convidado pelos grupos do SFL, espalhados pelo estado, para fazer falas em suas universidades. Sua nota no anuário termina assim: “Obrigado, SFL. Sem você, eu não teria acreditado. Sem você, não estaria de volta ao Brasil, tentando colocar meu estado e país de volta nos trilhos da liberdade!”. Dados apresentados no anuário de 2015/2016 mostram que os treinados no Brasil pelo EPL constituem mais da metade de todos os líderes formados pelo SFL ao redor do mundo, sendo os líderes treinados pela organização descritos como “os responsáveis” pelos protestos contra Dilma, e não a organização em si - note-se a quase ausência de menção ao MBL, sendo seus membros incluídos no SFL indiretamente.

O SFL é muito enfático ao destacar o peso de sua atuação no Brasil e no afastamento de Dilma Rousseff. Já seu anuário de 2014/2015 comenta os protestos em todo o país contra as “falidas políticas do atual governo brasileiro” e pedindo a renúncia da presidenta. “Esses protestos estão sendo liderados por estudantes libertarianistas.”. Inclusive, em 2015, o SFL publicou outro documento, no qual

narra mais demoradamente a situação brasileira. Já na capa se vê uma foto da Avenida Paulista tomada por milhares de pessoas trajando verde e amarelo, com o seguinte título em primeiro plano “Libertarian Students Lead Millions in Brazil”. Na carta da presidência, apresentada na segunda página, é descrita uma passagem dos protestos, possivelmente alusiva à intervenção de Kim Kataguiiri, na qual ele questiona a multidão se a Petrobras já havia ajudado alguém e o que eles deveriam fazer com ela, obtendo como resposta uníssona, “- Privatizá-la!”. Na sequência, a organização descreve “a revolução estudantil libertarianista em curso no Brasil”, com seu trabalho no país “demonstrando o quão bem sucedida nossa estratégia de mudança social pode se tornar, à medida que o EPL já influenciou [*incubated*] os principais jornalistas, políticos, empreendedores, acadêmicos e líderes da sociedade civil.”. Ainda é mencionada uma nova estratégia para que os libertarianistas cheguem antes nos seus colegas do que “professores e administradores estatistas”. No caso, a doação de cem dólares de “ajuda ativista” para “estudantes querendo participar”, financiando dezenas de eventos e outras atividades nos campus. No anuário de 2015/2016, o caso brasileiro é retomado e descrito nas seguintes palavras pelo presidente do SFL: “Entretanto, o trabalho mais impressionante no ano passado foi no Brasil, onde estudantes e *alumnis* do EPL lançaram um movimento que já mudou o governo e, sozinhos, treinaram quase mil lideranças estudantis voluntárias nesse ano.”, e tal sucesso angariou ao EPL a atenção dos principais meios de comunicação (note-se aqui a indiferenciação entre EPL e MBL).

Em um artigo disponível em seu site, a Atlas comenta um treinamento dado no país em outubro de 2015 “dando instruções passo a passo sobre como estabelecer *think tanks* no Brasil, ensinando estratégias efetivas de arrecadação e financiamento e auxiliando os participantes a adquirirem habilidades pertinentes em um contexto regional.”, destacando-se a presença de Rafael Dal Molin, presidente do conselho nacional do EPL, e de Felipe França, diretor executivo do Instituto Mercado Popular, ressaltando a importância do treinamento da Atlas em conectar as diferentes organizações, facilitando ações conjuntas e a divisão de trabalho⁹⁹. Em outro artigo a Atlas comenta especificamente o processo de impeachment de Dilma, mencionando Dal Molin e destacando a crescente popularidade do libertarianismo entre

⁹⁹ ATLAS NETWORK, 2015c.

os jovens, malgrado o profundo enraizamento das ideias socialistas e estatistas. “EPL está passando por um período de incrível crescimento nos últimos dois anos. Nós fomos de 100 coordenadores locais para mais de 600.”¹⁰⁰. Tal qual o SFL, o anuário de 2016 da Atlas enaltece a atuação dos Estudantes Pela Liberdade no impeachment de Dilma, considerando seu curso de treinamento dado no Brasil central para o crescimento do movimento estudantil ultraliberal no país. Um dos fundadores da versão brasileira do SFL, que inclusive é membro de seu conselho internacional, conta que recebia remuneração por seu cargo, realizava duas reuniões online por semana com a sede americana e, junto a outros brasileiros, participava anualmente de uma conferência internacional com as despesas pagas e de encontros com lideranças em Washington¹⁰¹. As pessoas “que trabalham em posições de mais responsabilidade” seriam encaminhadas para o treinamento da Atlas.

Verificando os anuários da Atlas e dois artigos de autoras brasileiras, vemos o funcionamento efetivo da rede de *think tank’s*. O EPL teria sido fundado no Brasil em 2012, a partir de um encaminhamento surgido em um seminário organizado por parceiras da Atlas em Petrópolis, e já esteve ativo nas jornadas de junho de 2013 – quando seus membros optaram por criar o MBL como seu rosto público, embora suas pautas só ganhassem as ruas de 2015 em diante, quando a organização já estava difundida pelo território nacional. Lembremos do anuário de 2013 da Atlas, que traz uma foto da segunda conferência anual do EPL, dizendo que foi apoiada pela rede, que também promoveu novamente o “Freedom Schools” no país¹⁰². Kim Kataguiiri teria aderido ao MBL e se tornado membro do EPL, recebendo seu treinamento e passando a atuar inclusive junto à matriz estadunidense, que seria “uma organização-chave na articulação entre os *think tanks* conservadores americanos [...] e a juventude ‘antipopulista’ da América Latina.”. Kataguiiri, inclusive, é mencionado em artigos do site da Atlas como “estrela libertária emergente que trabalha com os Estudantes pela Liberdade” ou “membro do EPL” (figurando em uma foto ao lado de outro formado pela Atlas, Fabio Ostermann, em Nova

¹⁰⁰ DIXON, 2016.

¹⁰¹ AMARAL, 2015.

¹⁰² ATLAS NETWORK, 2010, p. 18-19; 2011, p. 23-24; 2012, p. 14; 2013, p. 10; 22.

York)¹⁰³, e esses documentos também comentam como líderes do MBL passaram pelo principal programa de treinamentos da Atlas para saber “como alcançar seu público e a importância de impactar”¹⁰⁴. O orçamento da EPL teria passado de cerca de oito mil reais no primeiro ano para mais de 300 mil em 2015, destacando-se como principais financiadoras a Atlas, outras organizações liberais (nacionais e internacionais) e empresas com sede nos EUA¹⁰⁵.

Especificamente sobre o MBL, para Kim Kataguiri o movimento surgiu de “uma ânsia em criar uma linguagem simples para espalhar e transformar o liberalismo econômico e político em uma força relevante no Brasil.”. Formado na academia da Atlas e pelo *Institute for Humane Studies*, membro do Instituto Ordem, Fabio Ostermann teria saído do movimento dado discordar do apoio ao governo Temer¹⁰⁶. No site do MBL há um link intitulado “parlamentares”, no qual encontramos vários nomes de vereadores, majoritariamente ligados ao PSDB (mas também ao DEM, PRB e PV). Uma notícia do portal ARede informa que até um vereador do PDT, da cidade de Ponta Grossa (Paraná), participou do congresso nacional do movimento, em 2017. Os parlamentares nominados no site em 2017 são, sobretudo, de cidades de São Paulo, mas também Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Se não consta nada sobre Marcel Van Hattem, Paulo Eduardo Martins, deputado federal pelo PSDB-PR, figura como membro do movimento.

Um documento disponível no site do grupo apresenta as propostas aprovadas em seu primeiro congresso nacional, ocorrido em novembro de 2015. No campo da educação consta uma orientação privatizadora, meritocrática e autoritária, como a “apresentação do projeto de lei ‘Escola sem Partido’ em legislativos estaduais e municipais”; a “militarização das escolas em áreas de risco”, que seria onde a iniciativa privada não pode atuar; implantar um “sistema de vouchers” do básico ao superior, “com valor igual para todos os alunos de cada nível”, diferenciando-se apenas os “alunos com deficiência”; a “gestão privada de escolas públicas” através de organizações sociais e parcerias público-privadas; promover competições entre escolas; e o incentivo à

¹⁰³ ATLAS NETWORK, 2015a.

¹⁰⁴ ATLAS NETWORK, 2015b.

¹⁰⁵ AMARAL, 2015; BAGGIO, 2016.

¹⁰⁶ PHILLIPS, 2017; ATLAS, 2015a.

pesquisa científica em empresas privadas. No campo da saúde, a postura também é, obviamente, privatizante, acoplada a uma integração no mercado internacional e imitação de modelos (na melhor tradição da colonialidade), como “Desburocratização da importação e extinção de todos os tributos que incidam sobre medicamentos, aparelhos e materiais médicos.”, propondo-se também a adoção de um “sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde”, sendo o plano gratuito ofertado para quem não puder pagar. A Alemanha volta a ser citada no tópico “Reforma política”, sendo seu sistema parlamentar defendido como modelo. Na área da “economia” a agenda ultraliberal também é associada a uma representação colonizada de mundo, caracterizada pela privatização de todos os bancos, com uma proposta muito parecida com a PEC do teto dos gastos públicos (“introdução de um limite para a dívida bruta do governo federal como proporção do PIB”); refinanciamento das dívidas de empresas e “inserção plena da economia brasileira no comércio internacional” buscando “acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes” (EUA, União Europeia e Ásia). Na área trabalhista, a defesa da reforma, privilegiando os “acordos bilaterais”, sobrepostos aos “direitos atuais”. Chama atenção a escrita do texto: “Ou seja, trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados.”. Na linguagem ultraliberal do movimento, direitos trabalhistas são “benefícios” que o trabalhador “passa a ter o direito de renunciar”. No campo sindical, a defesa do fim do imposto sindical compulsório e a liberação para a “criação de novos sindicatos e associações, a fim de “estimular a concorrência e a diversidade de opiniões.”. Na questão previdenciária, há a defesa da idade mínima (65 anos), mas, ao menos, aparece um modelo latino-americano a ser seguido, ainda que nada exemplar: o chileno. Destaca-se ainda a mesma campanha promovida pelo também parceiro da Atlas, o CEDICE, na Venezuela: o fim da função social da propriedade, pois esta “não pode ser relativizada”¹⁰⁷. Quase todas essas propostas estão, explicitamente, presentes no plano de governo de Bolsonaro.

Quanto à questão educacional, cabe reiterar, ao lado da proposta do MBL de apresentação do ‘Escola sem Partido’ (ESP) em le-

¹⁰⁷ MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2017.

gislativos estaduais e municipais, as críticas presentes no artigo da Atlas quanto à educação no Brasil ser, supostamente, alinhada com projetos populistas, socialistas ou nacionalistas, cabendo alguma medida para reverter tal quadro. A história recente de tramitação do ESP em diferentes municípios vem mostrando que o movimento e outros grupos afins têm conseguido acumular vitórias, não obstante contratempos. O impressionante é a ausência de qualquer reflexão quanto ao papel igualmente ideológico do ultraliberalismo, como se somente a crítica, e não a defesa, do capitalismo fosse doutrinação.

Na sequência de nossa exposição, cabe destacar as atividades desenvolvidas pelo Instituto Albert Einstein (IAE) na América Latina e em outros continentes, especialmente no Oriente Médio. Nosso interesse decorre do fato das atividades do IAE estarem muito próximos do que parece ser o novo padrão de desestabilização de governos progressistas descrito em diferentes artigos midiáticos, como naqueles concernentes ao caso brasileiro, e que receberam atenção especial dos governos da Rússia e China, como veremos adiante. Cabe adiantar que, se há possíveis financiadores em comum, e uma visão de liberdade que culmina em ações para derrubar os mesmos governos, como o venezuelano, não encontramos indícios de conexões diretas entre a atuação do IAE e da Atlas. Enquanto as organizações ligadas à Atlas estão mais relacionadas à disputa hegemônica pela opinião pública, embora passem para a ação direta de derrubada de governos, o IAE atua na instrumentalização de oposições para a conquista do poder.

II

O INSTITUTO ALBERT EINSTEIN E OS MOVIMENTOS DE PROTESTO NA AMÉRICA LATINA E ORIENTE MÉDIO

O Instituto Albert Einstein (IAE) se apresenta em seu site como uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1983, por Gene Sharp. Objetivando “avançar no estudo e uso de estratégias não violentas em conflitos ao redor do mundo”, assim como na defesa da “liberdade, democracia e redução da violência política”, o IAE busca compreender o funcionamento dessas alternativas à violência, explorando seu potencial e as difundindo como opção. As obras publicadas pelo grupo estão traduzidas para diferentes idiomas e disseminadas, sendo muito influentes entre movimentos de resistência mundo afora¹⁰⁸. A seguir são narradas as principais atividades do IAE, com base em documentos produzidos por ele próprio para, na sequência, enfatizarmos o caso da Primavera Árabe e a perspectiva governamental sino-russa.

Analisando a documentação oficial do instituto acerca de suas atividades, observamos que, em seu primeiro relatório publicado, cobrindo os anos de 1983 a 1988, sua preocupação central é com a viabilização da organização e de suas linhas de pesquisa, fazendo um levantamento das diferentes experiências não violentas, desde estudos de indivíduos e grupos acadêmicos até ações de governos ou movimentos de resistência, inclusive as manifestações no Leste Europeu contra a URSS e a Primeira Intifada. Conforme o documento, no período recortado, foram realizadas várias apresentações, tanto nos EUA quanto em outros países, como Jordânia, Israel, Panamá, etc. Já consta a relevância de garantir a presença de assessores do IAE nas diversas regiões de conflito, a fim de compreender suas especificidades e instrumentalizar melhor os agentes dispostos a praticar os métodos não violentos¹⁰⁹.

¹⁰⁸ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, S/D.

¹⁰⁹ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 1988.

O anuário relativo aos anos de 1988 a 1990 caracteriza o IAE como a vanguarda dos estudos sobre ações não violentas, alegando estar “livre de imperativos religiosos, ideológicos e éticos” e pretender se tornar “o centro de uma rede internacional” interessada em meios políticos alternativos à violência, financiando ou conduzindo estudos e treinamentos. O documento caracteriza os movimentos anticoloniais e contra governos “autoritários” e ditaduras por meio de “sanções não violentas” como “formas de luta que visam desestabilizar o poder social, econômico, político e militar dos oponentes ao segurar ou retirar suas fontes de apoio.”. A projeção do IAE foi, até 1995, promover as tais “sanções não violentas”, encorajando pesquisas, disseminando seus resultados e interagindo “com protagonistas de conflitos existentes de forma a partilhar com eles reflexões práticas sobre a aplicabilidade das sanções não violentas a suas situações específicas.”. Vislumbrou-se a consulta de ambas as partes ou a aproximação somente daquela com maior probabilidade de evitar a violência e “apoiar a liberdade, justiça e paz”. Em um discurso anexado ao relatório, Gene Sharp destaca a profusão das lutas não violentas, mencionando casos da América Latina até a China e a URSS, como meio de “resistir a ditaduras e opressão e trazer a libertação, sem recorrer à violência e guerra.”. O Instituto financiou pesquisas sobre a resistência dinamarquesa à ocupação nazista, a finlandesa “contra a ameaça de ‘russificação’”, a campanha de “boicote da Nestlé”, o movimento independentista indiano, alemães que se recusaram a executar judeus durante o III Reich, a teoria e prática das sanções econômicas contra o Apartheid na África do Sul, os movimentos por direitos civis nos EUA, a Intifada, movimentos anticomunistas no Leste Europeu e a frente mexicana contra possíveis fraudes nas eleições presidenciais de 1988.

O anuário de 1988 a 1990 menciona ainda a continuidade do programa de estudos não violentos na universidade de Harvard, financiado pelo instituto, com pesquisadores abordando vários temas, desde teorias até estudos de caso ou comparativos. Destaca-se ainda um projeto de documentação no México, mapeando indivíduos e organizações envolvidas em ações não violentas e uma análise dos casos históricos, bem como os encontros de membros do instituto com lideranças internacionalmente reconhecidas para discutir e trocar informações acerca das ações não violentas em seus países, instrumentalizar para medidas urgentes e elementares ou aprimorar conhecimentos.

Dentre as áreas de atuação, o relatório destaca Birmânia, Taiwan, Noruega, Tunísia, Palestina/Israel, China, México, URSS, Oriente Médio, entre outras. Começam a aparecer nessa época os cursos internacionais de formação não violenta e as reuniões nos EUA com líderes de oposição de diferentes países, como o movimento pela independência de Taiwan e do Tibete e contra o governo autoritário da Birmânia e o apartheid sul-africano. Foi realizada, em fevereiro de 1990, a primeira conferência de sanções não violentas, reunindo pessoas de dezesseis países, e traduzidas obras de Gene Sharp para diferentes línguas, inclusive uma obra em árabe para circulação nos “Territórios Palestinos Ocupados”¹¹⁰. Percebemos assim que, sua atuação inicial também envolve a oposição a regimes apoiados pelos EUA, como os apartheids na África do Sul e Palestina.

No anuário bianual seguinte, cobrindo os anos de 1990 a 1992, Sharp menciona que, se a Guerra Fria e a bipolaridade deixaram de dominar a perspectiva do instituto, muitos desafios continuam na “nova ordem mundial”, como os perigos da violência política e o fato de “Um quinto da humanidade ainda viver sob uma autocracia comunista brutal”, com conflitos militares e políticos impedindo um alívio para fome, doenças e desastres, podendo ser longo o caminho entre “o declínio do comunismo e o advento de um sistema global capitalista com uma face humana.”. Observe-se aqui a visão reformista defendida, assim como a ingenuidade na interpretação dos “conflitos” e da fome, como se não fossem contradições inerentes ao sistema capitalista, como sustenta de forma bem fundamentada David Harvey¹¹¹ e outros. O documento do IEA menciona também cursos dados nos EUA para mudar realidades locais a partir de meios não violentos, como na África do Sul e Tibet, contando com a participação de lideranças dos respectivos países, e viagens a áreas de conflito com o estabelecimento de contatos com possíveis ativistas, como na Rússia. São chamados de “esforços educacionais e de consultoria” do instituto, que incluem o programa de “sanções não violentas” da Harvard, incentivos a pesquisas acadêmicas sobre diversas ocorrências e a tradução, subvencionada, de obras para diferentes línguas e sua publicação em vários países (Birmânia, China, Taiwan, Rússia, Sri Lanka, Tailândia). Na Holanda, um curso reuniu pessoas de vinte e cinco países

¹¹⁰ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 1990, p. 2.

¹¹¹ HARVEY, 2004; 2016.

para um intensivo de uma semana. Nos EUA, o Instituto proferiu várias palestras e participou de programas televisivos e radiofônicos, além de palestras no exterior sobre a não violência como método de defesa nacional. Consta ainda uma lista de auxílio financeiro para indivíduos e grupos publicarem trabalhos relacionados. Destaca-se um salto significativo das contribuições destinadas à entidade, subindo de quase 496 mil dólares em 1991 para 826 em 1992¹¹².

O anuário concernente aos anos de 1993 a 1999 é mais direto na definição da missão do Instituto: “Defender liberdades e instituições democráticas; opor-se à opressão, ditadura e genocídio; reduzir a confiança na violência como instrumento político.”, buscando executar tais objetivos por meio do encorajamento de pesquisas e estudos, partilha dos resultados e consultoria com grupos em áreas de conflito. Já no início, o documento destaca uma fala do coronel Kyaw Thein, de 1996, denunciando que “estrangeiros e mercenários” tentariam desestabilizar a paz e tranquilidade na Birmânia, referindo-se às atividades do instituto e de outras ONGs, integradas em rede. Para o IAE, seria um fenômeno global a “assistência transnacional direta e cooperação entre ONGs e grupos pró-democracia ao redor do mundo e, nesse caso, na Birmânia.”. O relatório enfatiza alguns países onde atuou no período. Na Birmânia interveio em parceria com um coronel do exército estadunidense, Robert Helvey (que se tornou presidente do IAE anos mais tarde), treinando lideranças de oposição ao “governo ditatorial”, o que culminou na formação da organização guarda-chuva “Conselho Nacional da União da Birmânia” e do “Comitê de Defesa Política” (ou para a luta não violenta), além da impressão e distribuição de dezenas de milhares de cópias de obras de Gene Sharp traduzidas para línguas locais. “No total, mais de 700 líderes e ativistas birmaneses receberam formação direta e apoio educacional do Instituto Albert Einstein”, tornando-se capazes de organizar-se por conta própria utilizando os materiais do IAE e promovendo cursos. Em resposta, o governo denunciou o “terrorismo” do instituto e de seus representantes, publicando notas para receber informações acerca.

Ainda no anuário concernente aos anos de 1993 a 1999, também constam informações acerca da atuação do IAE junto aos países do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia), cujos movimentos de inde-

¹¹² ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 1992.

pendência e oposição à URSS são enaltecidos nos seguintes termos: “De fato, em março de 1990, os lituanos declararam sua independência, dezoito meses antes da dissolução da União Soviética. Materiais e contribuições do Instituto Albert Einstein ajudaram os líderes do Báltico em sua luta histórica.”. Os primórdios da relação do Instituto com grupos locais remontam ao ano de 1989, quando um acadêmico lituano travou contato durante uma conferência realizada em Moscou, recebendo vários materiais, traduzindo-os, publicando-os de forma não autorizada e fazendo-os circular entre líderes pró-independência. Conforme autoridades locais, os ensinamentos do IAE teriam influenciado a resistência local à tentativa soviética de, em janeiro de 1991, dar um golpe. Circularam materiais de Sharp na União Soviética, Letônia e Estônia, onde, posteriormente, foram dados cursos de defesa nacional baseada na não violência, sendo o princípio incorporado em planos governamentais de defesa. O Instituto também atuou no Tibete, cujo povo estaria “sujeito à brutal repressão e negação de direitos civis e políticos básicos desde a invasão e ocupação pela República Popular da China, em 1950-1951”. Em 1996, o presidente do parlamento no exílio procurou o IAE para conduzir um curso intensivo com líderes e ativistas, o que foi feito na Índia pelo mesmo coronel envolvido na Birmânia e repetido nos anos seguintes junto a lideranças de diferentes organizações de oposição à China. Na Tailândia, a atuação do Instituto enfatizou meios de resistir às tentativas de golpes de Estado, frequentes no país. O anuário menciona ainda consultorias e atividades desenvolvidas em outros países e nos EUA, como um seminário (patrocinado pela Arca Foundation) com líderes de diferentes movimentos de resistência (do Tibete à África do Sul e Cisjordânia). Destacam-se pedidos, desde 1996, de “grupos cubanos democráticos não violentos” para obterem consultoria visando estabelecer um “sistema democrático em Cuba”, sendo realizado um curso em Miami por Sharp e pelo coronel Helvey. Desde então, iniciou-se o envolvimento com as oposições cubanas, inclusive com a transmissão para Cuba de entrevistas com Sharp sobre “luta cívica” e a tradução de livros para circularem na ilha e entre os exilados. Destaca-se ainda no relatório o “interesse” expressado por iranianos em receber a assistência do instituto, realizando-se uma reunião com lideranças “democráticas” do país, em 1997, assim como a aproximação com estudantes do Kosovo, contrários à presença sérvia. Além da parceria com intelectuais e do

estudo acerca das diferentes circunstâncias envolvendo lutas não violentas (inclusive no Brasil), o instituto deu palestras e treinamentos para lideranças da Macedônia, Nigéria e Taiwan. Ainda, o anuário dá amplo destaque para o contexto sul-africano, para o programa de Harvard e as publicações. Observa-se a presença em seu conselho consultivo de dois militares retirados¹¹³. O próximo anuário cobre os anos de 2000 a 2004, sobressaindo-se a expansão das atividades desenvolvidas na área da pesquisa, circulação das informações (incluindo traduções, como em chinês e curdo) e consultorias. O instituto menciona ter respondido a pedidos de treinamento feitos por “organizações pró-democracia” de vários países, como Azerbaijão, Haiti, Ucrânia, Venezuela, Zimbábwe, Sérvia, Bielorrússia e Tibete. “Onde as situações de conflito se tornaram críticas, os consultores do IAE ajudaram a treinar membros de movimentos de luta não-violentos”, sendo a preparação do grupo sérvio Otpor e o final da ditadura de Milosevic destacados como “caso de sucesso maior”. No documento, o Instituto faz uma interessante e muito otimista autoavaliação de seus avanços, salientando que, no passado, as lutas não violentas foram improvisadas, sem planejamento estratégico e logístico aprofundado, e travadas, frequentemente, em circunstâncias muito desfavoráveis. No entanto, tais circunstâncias não teriam mais razão de ser. “Com cuidadosa análise e planejamento, essa opção pode ser escolhida e ter maior eficácia no futuro do que teve mesmo nas impressionantes vitórias do passado”. É destacada a vasta experiência do agora presidente da instituição, coronel Helvey. Até então o militar e o IAE já haviam dado consultoria e treinamento para grupos de mais de vinte países, incluindo a “oposição democrática” na Venezuela contra Chavez, Bielorrússia (onde o governo denunciou o curso), Zimbábwe, África do Sul e Botswana (estes patrocinados pelo Instituto Internacional Republicano), Tibete (desde 1996), Birmânia (desde o final dos anos 1980), Irã (curso dado a exilados nos Estados Unidos e Canadá em março de 2003), Iraque, entre outros.

Especificamente quanto à Venezuela, o mesmo anuário (2000 a 2004) descreve o governo de Chávez como “cada vez mais autoritá-

¹¹³ No balanço financeiro, destacam-se os anos de 1994 e 1995, quando o Instituto declarou “passivos e receita líquida” de, respectivamente, 1.467 milhões e 791 mil dólares, em comparação com 1.000 em 1998. Se em 1997 o total de gastos foi de 538 mil dólares, em 1999 subiu para 904 mil, sendo o ápice 1993, com 1,4 milhões de dólares (ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2000, p. 7; 10).

rio, apesar de ter sido democraticamente eleito”, inclusive tendo elaborado uma nova Constituição que aumentou significativamente os poderes presidenciais. O estopim seria um pacote de medidas “afetando setores como o bancário, agrícola e petrolífero”, o que teria despertado a “oposição”. “As pessoas reagiram tomando as ruas em um dia de greve civil nacional”, sendo duramente reprimidas. “Nesse clima, a oposição tem tido dificuldade em se mobilizar.”, estando a sociedade venezuelana “extremamente polarizada como resultado”. O anuário menciona o encontro de opositores de Chávez com Sharp e outros membros do Instituto, no qual discutiram “opções para grupos de oposição” avançarem em suas causas sem violência, o que resultou em um treinamento de “membros da oposição democrática” (membros de partidos, associações, ONGs, ativistas independentes), organizado pela “Ofensiva Ciudadana” em abril de 2003, com o coronel Helvey, resultando em contato continuado. “O objetivo da consultoria foi provê-los com a capacidade de desenvolver uma estratégia não violenta para restaurar a democracia na Venezuela.”¹¹⁴. No boletim de notícias da entidade, publicado em 2006, é mencionada a oferta de um “workshop estratégico” para ativistas venezuelanos em Boston, financiado pelo “*International Center on Nonviolent Conflict*”, do qual participaram inclusive dois ex-líderes do Otpor, grupo responsável pela derrubada de Milosevic na Sérvia¹¹⁵. Como contraponto ao discurso supostamente democrático do IAE, que estaria “ajudando” os venezuelanos a se libertarem de um governo “cada vez mais autoritário”, cabe citar como a situação nesse país latino-americano é descrita por um especialista crítico ao Império e a seus agentes:

[...] os EUA falharam quatro vezes em sua tentativa de derrotar o governo de Chávez de seu “interior” - através de um golpe militar, um *lockout* (*cierre empresarial*), um referendo e mediante a infiltração de numerosos terroristas paramilitares colombianos [...] Um exército inteiro de especialistas imperiais, ideólogos neoconservadores e imperialistas e liberais humanitários dão cobertura ideológica aos separatistas patrocinados pelo Império. Repetem os mesmos lemas libertários, zombam quando são denunciados pelos autênticos movimentos nacionais de libertação. Seu objetivo é desacreditar os regimes contrários ao imperialismo que defendem a coesão de suas nações [...] O

¹¹⁴ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2004, p. 18-22.

¹¹⁵ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2006.

ponto teórico é que as táticas de construção imperial combinam guerras diretas de ocupação colonial pelo petróleo e pelo controle político de regiões estratégicas, com a conquista indireta através de separatistas sub-rogados e líderes clientes que desintegram e enfraquecem a coesão nacional dos estados-nação anti-imperialistas¹¹⁶.

Fazendo um balanço crítico rápido dos últimos dois anuários, que cobrem o período de 1993 a 2004, se de fato há coincidência entre boa parte das ações do IAE com a política externa estadunidense no período (atuando nos Balcãs, Cuba, Venezuela, Iraque, Irã e nas zonas de influência sino-russa), também há alguma coerência entre os princípios afirmados nos anuários e o apoio a parte dessas oposições. Embora com tão poucas fontes de pesquisa seja difícil concluir algo mais definitivo sobre os termos exatos dessa relação, é necessário destacar a ausência nos documentos do IAE de reflexões mais críticas e aprofundadas sobre a natureza de algumas oposições apoiadas por ele e o papel imperial dos EUA. Ou seja, em que medida essas oposições, ou ao menos parte delas, não foram elas próprias antidemocráticas ao negar resultados eleitorais, que contaram com a presença e legitimação de monitores internacionais, e, dessa forma, a atuação do IAE contribuiu para o enfraquecimento de instituições democráticas? Voltaremos a esse ponto ao tratar de sua atuação no Brasil.

Retornando às considerações gerais do IAE, em seu site há uma lacuna nos anuários, entre os anos de 2005 a 2012, restando acompanhar suas atividades por meio de alguns boletins de notícia disponíveis, que tampouco cobrem esse intervalo temporal de forma satisfatória. Embora a seção do site esteja intitulada como “Arquivo anual de notícias”, há pouquíssimos documentos e somente atinentes apenas a 2006, 2010, 2011 e 2012, havendo no de 2006 uma menção a um documento anterior, que tampouco consta no site. Cabe questionar desde já, qual o intuito dessa possível seleção e silenciamento, ainda mais em se tratando de um período crítico, de levantes no Oriente Médio e preparo das oposições aos governos populistas e nacionalistas na América Latina?

Sobre 2006, foi realizada uma reunião com palestinos e israelenses, retomando os contatos de Gene Sharp feitos anos antes. Há menções também a “planejamentos estratégicos”, que mostraram sua

¹¹⁶ PETRAS, 2007, p. 32-33.

eficácia na Sérvia, Geórgia e Ucrânia, e que se, financeiramente, a Instituição está em seu “mais baixo nível” desde sua fundação, em termos de impacto internacional não haveria precedentes. Cabe levantar mais uma questão para a qual não temos respostas: Há conexões entre a crise financeira e a ausência de anuários, devido a fontes pouco louváveis de arrecadação que podem ter ajudado a sanar o problema? Sobre os contatos com israelenses e palestinos, quanto aos grupos dos primeiros que foram abordados, figuram tanto agentes públicos envolvidos na “evacuação” de Gaza quanto colonos e ativistas contrários à ocupação e colonização, com os últimos cumprindo uma função progressista na região, conflitante com a política externa dos EUA no período. É interessante notar a menção a um grupo da Eritréia que teria se auto-organizado com base nos escritos de Sharp e produzido panfletos¹¹⁷.

O boletim de notícias de 2011 informa o lançamento do documentário “Como começar uma revolução”, que foi traduzido para o português e transmitido pelo canal GNT, vinculado à Rede Globo, e disponibilizado no Youtube, em 18 de junho de 2013, tendo, até 27 de outubro de 2017, 58.877 visualizações. Contudo, nem o boletim de 2011 nem o de 2012 trazem informações relevantes acerca das atividades do instituto, mantendo a lacuna verificada com a falta dos anuários, justamente no período no qual eclodiram as “revoluções” no mundo árabe e podem ter se difundido os treinamentos na América Latina, que testemunhou, de 2010 a 2016, uma avalanche de protestos contra os governos populistas¹¹⁸. Já em 2013, o Instituto voltou a publicar um suposto anuário, que se resume a uma lauda, retomando a “missão da instituição” e trazendo dados quantitativos genéricos, como consultoria com “dezenove indivíduos e grupos para explorar o potencial da ação não violenta para suas lutas por direitos e liberdades.”, além de traduções, publicações, informações financeiras e de ter “garantido recursos para a luta não violenta de quase 1.700 grupos e indivíduos”. No boletim de notícias do mesmo ano, o IAE traz mais informações, como “pedidos por nossos recursos” oriundos de indivíduos e grupos da Venezuela, México, Bangladesh, Taiwan, Hong Kong, Tibete, Birmânia (Myanmar), Turquia, Japão, entre outros. Nas publicações e traduções se destaca uma para o farsi (um ano antes dos levan-

¹¹⁷ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2006.

¹¹⁸ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2011; 2012.

tes no Irã) e português, além do árabe e outras línguas. Na sessão chamada “Alguns usos recentes de ação não violenta no mundo”, o boletim destaca ações na Índia, Turquia, Brasil, Camboja, Egito, Colômbia, Sudão, Ucrânia, Canadá, Bulgária, Tailândia, Bahrain, Arábia Saudita e Venezuela. Em um texto, Gene Sharp comenta a “libertação” dos povos da Europa Central e do Leste dos regimes comunistas e a “Primavera Árabe” no Egito e Tunísia¹¹⁹.

Se a falta de informações concretas se repete no anuário de 2014, ao menos se destaca em sua capa referências a alguns países, como Tailândia, Ucrânia, Nigéria, Venezuela, EUA, México e Brasil. Da mesma forma, o boletim de notícias traz poucos elementos, saudando movimentos ocorridos, mas omitindo seu envolvimento e treinamentos, para além de informações sobre atuações junto a pessoas da Austrália, EUA, Israel (para uma ONG feminista árabe-israelense) e Noruega. Taiwan é exceção, onde estiveram Jamila Raqib e o velho Helvey em “várias cidades para apresentações sobre ações não violentas”. Interessante observar que, ao comentar as traduções realizadas, consta o envio promocional de cópias da obra “Cómo funciona la lucha nonviolenta” para “várias organizações que visam promover os direitos humanos e a democracia na América Latina.”. É um indício dos vínculos anteriormente criados, como o caso venezuelano, que consta no primeiro anuário do milênio, antes da interrupção da série. Traduções também foram feitas para o coreano e catalão, além de outras línguas como o português (“para Brasil”) e uzbek, com o concomitante envio de cópias promocionais. Na seção “ações não violentas nas notícias” o boletim destaca manifestações ocorridas na Tailândia, Taiwan, Turquia, Líbano, Arábia Saudita, Ucrânia, Burkina Faso, Venezuela e, novamente, Brasil¹²⁰.

O boletim de notícias de 2015 tem o dobro de tamanho de seus precedentes, trazendo mais informações. Além das traduções (português, coreano, armênio, francês e chinês), volta-se a mencionar as “consultorias avançadas” e cursos em cerca de treze países, incluindo “Turquia, Vietnã, Burundi, Venezuela, Eritreia e Etiópia”. Na seção “Rússia e Ásia ocidental”, o documento destaca um curso dado na Turquia, distribuição de obras no Afeganistão, movimentos contra corrupção no Líbano onde os métodos do instituto foram empregados

¹¹⁹ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2013; 2013a.

¹²⁰ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2014.

e ele citado por manifestantes, além de movimentos na Armênia. Sobre a Rússia, o noticiário destaca tanto a política do governo russo de estudar e implementar uma política de supressão de movimentos não violentos, inclusive propondo exercícios conjuntos na Bielorrússia e Sérvia, quanto o uso de ações não violentas na Ucrânia, particularmente Criméia, para aparentar amplo apoio local à anexação russa, com o instituto destacando o uso desses métodos por governos como parte de suas “estratégias militares”. Tal apropriação não teria impedido o senado russo de classificar o IAE entre as vinte “mais perigosas organizações do mundo”, ao lado do “Fundo Nacional para Democracia” e a “Fundação Soros”, sendo os internautas russos os segundos a mais visitarem o website do instituto, havendo um aumento de “15% no número de protestos políticos”, “apesar da repressão contra grupos da sociedade civil”.

Se considerarmos que o instituto localiza parceiros pra traduzir obras e as enviar, chama a atenção as traduções voltadas ao Brasil, mencionadas nos anuários de 2014 e 2015. No último, a organização destaca uma viagem à Suécia, onde se reuniu com membros do governo para expor sua visão das ações não violentas como “poderosa ferramenta para avançar na política externa de governos e em esforços de desenvolvimento internacional”. O boletim menciona ainda que, líderes lituanos, em 1991, creditaram um livro do instituto como responsável pelo sucesso de sua resistência não violenta à URSS, e que anos depois Lituânia, Letônia e Estônia adotaram a resistência civil como parte de sua política de segurança nacional. A organização destaca ainda: um movimento iniciado na Romênia que levou à renúncia do primeiro-ministro, contatos feitos com grupos romenos; contatos com um ativista e jornalista vietnamita interessado em promover cursos junto a cidadãos e exilados; uma viagem de Jamila Raqib para o Japão, para discutir a eficácia das ações não violentas, em um momento de difundidos protestos pacifistas contra a remilitarização do país; contatos com ativistas de Taiwan “preocupados com a expansão da influência chinesa no sistema político e econômico”, que traduziram uma obra para o mandarim; encontro com um ativista da Birmânia para “organizar mais efetivamente e defender os direitos dos grupos minoritários birmaneses”, que informou que um grupo “pró-democracia” (*Generation Wave*) estaria usando os trabalhos do Instituto. Na China, um grupo foi preso, “acusado de incitar subversão”, constando nas

evidências a distribuição de cinco livros (incluindo clássicos de Sharp), definidos pelo governo como contendo “graves erros políticos”, além de centenas de defensores dos direitos humanos. Quanto à África, o boletim destaca atividades ou contatos oriundos do Congo, Etiópia, Eritréia (“sobre como distribuir nossas publicações com maior eficácia para cidadãos ao longo do país”), Angola (prisão de dezesseis jovens de um clube que estava debatendo Gene Sharp, acusados de “atos preparatórios para rebelião” e “conspiração contra a presidência e outras instituições”), Burundi e Uganda. Sobre a América Latina, o boletim ressalta protestos no Equador (onde ativistas estudando as obras do Instituto o contataram), Guatemala (onde visitas ao site da organização aumentaram muito em meio aos bem-sucedidos protestos pedindo a abdicação do presidente devido a escândalos de corrupção), Honduras (também protestos contra a corrupção) e Brasil. Neste, são mencionadas consultorias com o Instituto Atuação, de Curitiba, e a tradução de duas obras, com impressão de duas mil cópias “que serão distribuídas entre indivíduos e grupos chave. Download gratuito logo estará disponível em nosso site.” e “Enquanto estive no Brasil, ela [Jamila] fez algumas breves apresentações para grupos interessados em recrudescer o clima político do país por meio de ações não violentas”. Inclusive, o boletim informa a entrada no instituto de “Chris D’Urso”, que foi professor de ciências políticas nos EUA e Brasil, falando fluentemente o português¹²¹.

Em suma, fazendo um balanço da documentação do próprio Instituto, ponderações sobre o caso brasileiro feitas a seguir servem para questionarmos sua atuação como um todo. Há evidências da atuação do IAE também no Brasil, e elas se deram justamente no contexto do golpe parlamentar, ainda que a relatoria do próprio instituto não detalhe. O perfil das manifestações contra Dilma, de fato, reproduzem várias de suas técnicas, enquadrando-se no padrão das “revoluções coloridas”, como veremos adiante. A questão é, como o governo Dilma não era autoritário, não se justifica a intervenção do instituto treinando opositores a ele, se considerarmos os critérios da própria instituição, como a defesa da democracia. Seguramente, sua desestabilização e queda corroboraram não para o fortalecimento das instituições democráticas, mas para seu ocaso. O governo que o sucedeu esteve ainda mais comprometido com a abertura de mercado, coincidindo com as

¹²¹ ALBERT EINSTEIN INSTITUTE, 2015.

análises teóricas iniciais sobre imperialismo e oposições. Desse modo, há evidências, embora não suficientes para permitir uma asserção definitiva, para sustentar que o IAE tenha ou se alinhado com os interesses das megacorporações e governos dos EUA ou se tornado uma organização mercenária, treinando grupos sem qualquer critério moral quanto à legitimidade de suas bandeiras. Se o primeiro registro mais detalhado de consultoria e intervenção direta remonta à Birmânia e ao Leste Europeu, na América Latina o Instituto se aproxima da oposição a governos socialistas e nacionalistas a partir de 1996, iniciando com cubanos (sem contar a participação de latino-americanos em seus seminários, especialmente chilenos, desde os anos 1980). Coincidência ou não, esses questionamentos convergem, ainda que parcialmente, com a argumentação russa quanto às “revoluções coloridas” como ações deliberadas, pois em muitos dos países mencionados nos anuários em que grupos opositores receberam treinamentos, deflagraram-se movimentos de contestação, geralmente contra governos com políticas externas conflitantes com os EUA. Por outro lado, o IAE também atuou em situações nas quais as circunstâncias não coincidiram com prováveis interesses estadunidenses. De todo modo, faltam elementos conclusivos, exceto para apontar o descrédito da retórica do instituto quanto a suas motivações estritamente democráticas.

2.1 - A Primavera Árabe e o imperialismo

Antes de abordar os acontecimentos médio-orientais, cabe um breve esclarecimento teórico. Para compreender a “Primavera Árabe”, tal qual fizemos com a atuação das ONGs na América Latina, também adotaremos como chave teórica o imperialismo, que deve ser pensado na perspectiva da longa duração (no caso, a conflituosa integração do Oriente Médio no sistema capitalista mundial). Embora partamos aqui desse referencial crítico, de maneira alguma subscrevemos as teses que tentam reduzir a “Primavera” tão somente aos interesses e à atuação de agentes externos, tratando-a como mero reflexo da inserção regional nas disputas geopolíticas globais. Aceitamos a premissa óbvia de que, cada caso tem suas especificidades e se insere em uma longa temporalidade de acontecimentos locais, cuja correta compreensão requer uma análise muito mais aprofundada das demandas e características idiossincráticas. Mas, é por não ser essa a natureza do

objeto que nos propomos aqui a analisar que justificamos a abordagem teórica generalizante. Não nos interessa aqui a ocorrência individualizada de levantes em cada país, mas sua deflagração quase simultânea na região. Eis porque prescindimos de um olhar mais minucioso e partimos do referencial teórico mais amplo do imperialismo, afinal, a nosso ver, é um recurso ainda útil para compreender um dos elementos gerais do levante, no caso, a duradoura ingerência dos interesses econômicos e políticos das potências globais no Oriente Médio. Consideramos que, se por um lado, é reducionismo teórico pretender esgotar o assunto limitando a investigação a essa dimensão mais abrangente, por outro, é, no melhor dos casos, ingenuidade, e, no pior, má fé ou ideologização, ignorar os interesses e possíveis ações dos principais agentes globais. Afinal, agendas econômicas e políticas hegemônicas continuam tendo muito peso na região, bastando considerar que vivemos em um mundo ainda mais globalizado e integrado do que no século XIX e XX, período para o qual quase não há dissenso quanto à influência global do imperialismo.

Muito antes da eclosão da “Primavera Árabe”, em sua obra dedicada à “Era dos Impérios”, o consagrado historiador britânico Eric Hobsbawm afirmou que, “[...] nem a política atual no Oriente Médio, que está longe de ser explicável apenas em termos econômicos, pode ser discutida realisticamente sem levar em conta o petróleo.”¹²². Contudo, os fatos não trariam tal dimensão em sua superfície visível e com toda a publicidade. O recurso legitimador de intervenções diretas ou indiretas continua a ser um discurso universalista seletivo. Estamos a falar do “universalismo europeu”, ou “ocidental”, que tagarela a promoção dos direitos humanos e da democracia¹²³ ou daquela “Europa” como unidade abstrata correlata à ideia de “Ocidente” que, conforme Frantz Fanon¹²⁴, continua a falar tanto do “homem” em seu sentido universal ao mesmo tempo em que prossegue provocando sua morte. De forma semelhante, em sua crítica às ações unilaterais estadunidenses pós-11 de setembro, Noam Chomsky¹²⁵ destaca os interesses econômicos envolvidos nas intervenções “preventivas”, através das quais, o Estado e as indústrias armamentistas arrecadaram mais, com o primei-

¹²² HOBBSAWM, 1998, p. 95.

¹²³ WALLERSTEIN, 2007.

¹²⁴ FANON, 1963.

¹²⁵ CHOMSKY, 2006, p. 14-15.

ro investindo no setor militar. Oras, basta tomar como exemplo as intervenções reacionárias dos EUA na região desde a Revolução Iraniana, que tornou esse país um inimigo regional, e o palavrório incitador de Donald Trump e da embaixadora estadunidense na ONU acerca dos protestos no Irã, no final de 2017, buscando justificar sanções a partir da afirmativa de que estariam ao lado daqueles que defendem a liberdade e a democracia. Enquanto proferem belas palavras, colaboram com o apartheid israelense e com governos autoritários da região e ignoram resoluções da ONU.

Feita essa breve ressalva teórica, passemos aos fatos que nos interessam e justificam a chave interpretativa aqui adotada. Convencionou-se chamar de Primavera Árabe o conjunto de revoltas deflagrado a partir da autoimolação do ambulante tunisiano Mohammed Bouazizi, ocorrida em dezembro de 2010, em protesto contra o confisco de suas mercadorias. Diante da massificação das manifestações, o presidente Zine El Abidine Ben Ali fugiu para a Arábia Saudita, em 14 de janeiro de 2011, gerando um efeito dominó pelo Oriente Médio, que atingiu primeiramente o Egito, onde protestos iniciados em 25 de janeiro culminaram com a queda de Mubarak, e o Iêmen. Em março, foi a vez da Arábia Saudita e Síria, que sufocaram as mobilizações com “repressão particularmente brutal”, o que não adiantou no segundo caso. Especialistas destacam, nas explicações dos eventos, a proeminência, ao menos inicial, de jovens manifestando-se nas redes sociais e ruas de forma não violenta e bem organizada contra dificuldades econômicas, miséria, desemprego, repressão policial, autoritarismo e corrupção, com slogans genéricos, como liberdade, justiça e igualdade, sem um caráter antiocidental marcado. O inesperado estaria em se tratar de regimes aparentemente sólidos e imutáveis há quase trinta anos, que buscavam se legitimar como garantidores da estabilidade e segurança contra “radicais islâmicos”. Se há fatores comuns nos protestos ocorridos nos diferentes países, para cada caso há um conjunto específico de motivações, variando também as interpretações.

Se alguns autores se entusiasmarão com o que para eles foram revoluções estritamente populares ou uma expressão tardia da organização das sociedades civis, outros, muito mais céticos e críticos, denunciaram um “novo imperialismo”. Oficialmente, as manifestações foram descritas pelos governos visados por elas como tentativas de desestabilização promovidas por grupos islamistas. Uma terceira vertente

interpretativa considera os protestos como nem totalmente espontâneos nem totalmente controlados. É o caso do professor turco, Tariq Ramadan. Para quem não foram nem “revoluções” nem “manipulações”, mas “levantes” iniciados por jovens blogueiros, youtubers e mulheres e não por islamistas, que aderiram posteriormente, quando as manifestações já cortavam todas as classes sociais, extratos políticos e grupos religiosos e não religiosos. “Da Tunísia à Síria, passando pelo Egito, Bahrein e Iêmen, os aliados ocidentais claramente tiveram um papel e tentaram controlar ou dirigir o curso dos eventos, mas é impossível que eles tenham planejado as revoltas do começo ao fim.”, afirma Ramadan. Desde 2003, muito antes de Barack Obama, George W. Bush já falava em “democratizar” o Oriente Médio para assegurar seus interesses por meio de regimes mais estáveis, sendo inocência acreditar que as potências globais e os novos atores seriam apenas “observadores casuais” dos tremores. “Seus relacionamentos com governos nacionais, seus vínculos com os setores militares regionais, sua abordagem, cuidadosamente, equilibrada com cada país ou regime, apontam claramente para o envolvimento dessas potências antes e durante os levantes”, encorajando, treinando ativistas, pressionando, dando apoio logístico ou intervindo militarmente. “Contudo, não podemos concluir que os levantes foram direcionados por forças externas, e que a opinião pública foi manipulada.”. De todo modo, além dessa ingerência externa, para Ramadan, os levantes também expressariam uma sociedade civil organizada, o que corrobora para fragilizar a imagem orientalista¹²⁶ dos árabes e muçulmanos como incapazes de auto-organização e fadados a viver sob ditaduras. Mais ainda, os levantes também seriam a expressão da capacidade dos povos do “Sul Global”¹²⁷ produzirem novos modelos a partir de seus referenciais e de va-

¹²⁶ Orientalista no sentido atribuído ao termo por Edward Said (2007), para quem o Oriente é uma criação do “Ocidente” que serve inclusive para dar credibilidade a sua suposta existência. Os “orientalistas” generalizaram toda uma extensa área do planeta, habitada por culturas completamente distintas, vendo sua população como irracional, lasciva, passional, imatura, em oposição a um “Ocidente” científico, racional e calculista, o que serviu para justificar o imperialismo com o suposto “fardo do homem branco” em disseminar as luzes e o progresso.

¹²⁷ A categoria de “Sul global”, utilizada por Boaventura de Sousa Santos e Marina Paula Meneses na obra “Epistemologias do Sul”, em grande medida, assemelha-se à suposta divisão global entre um Ocidente civilizado e um Oriente bárbaro denunciada por Edward Said. Enquanto o Norte Global alude aos países do centro capitalista e antigas potências coloniais, o Sul Global compreende as antigas colônias e países ditos “subdesenvolvidos” ou “periféricos”, expropriados de seus recursos e saberes.

lores compartilhados com o “Ocidente”, sem simplesmente se adaptarem a um padrão hegemônico¹²⁸.

Uma passagem do caso líbio expressa bem a lógica imperialista, muito mais do que a dimensão progressista do levante nesse país. Durante a “Primavera”, quando as forças kadafistas estavam prestes a tomar um ponto central dos dissidentes, Bengasi, e com isto suprimir a revolta, EUA, França e Inglaterra emplacaram a resolução 1973 no Conselho de Segurança da ONU, autorizando “ataques seletivos contra objetivos militares para proteger a população civil”, que foram promovidos pela OTAN. Inclusive, circularam críticas de próprias lideranças locais da “revolução líbia” de que os bombardeios foram conduzidos de forma a arrancar do Conselho Nacional de Transição “o maior número de concessões – em exploração de recursos energéticos, política exterior, instalação de bases militares [...]”¹²⁹. Mais tarde, China e Rússia, que na ocasião se abstiveram, vetaram uma proposta de resolução semelhante concernente à Síria, argumentando dentre outras coisas a manipulação que fora a resolução 1973. Tariq Ramadan¹³⁰ oferece maiores detalhes ao mesmo tempo em que diferencia o caso líbio dos demais, valendo repetir aqui a mesma citação sua que consta na introdução.

O levante na Líbia, então, revelou as escusas considerações econômicas subjacentes aos tratamentos distintos dados aos países árabes. O desejo de manter controle econômico e geopolítico na Tunísia e Egito – sob pretexto de democratização política – é radicalmente diferente da intenção de exercer pleno controle sobre o alinhamento político líbio enquanto garante-se acesso direto às reservas de petróleo do país [...] Em primeiro de setembro de 2011, o mesmo dia em que a França promoveu uma conferência internacional em Paris para discutir o desembolso de ativos e a era pós-Kadafi (ele havia sido derrotado, mas não ainda localizado e morto), o diário parisiense *Libération* revelou um acordo – remontando a 19 de março de 2011 – entre o Conselho Nacional de Transição e a França garantindo ao último 35% das exportações de petróleo líbio após a prevista derubada de Kadafi (Qatar, o primeiro país a apoiar a França em sua campanha anti-Kadafi, sabia e aprovou o acordo). Mesmo

¹²⁸ RAMADAN, 2012, p. 1-6; 15-20.

¹²⁹ GÓMEZ-BENITA, 2011, p. 176.

¹³⁰ RAMADAN, 2012, p. 38.

antes da localização de Kadafi, e enquanto os enfrentamentos continuavam, firmas francesas, americanas, chinesas e turcas começaram a caça de contratos. O ministro francês de comércio exterior viajou à Líbia com uma delegação de negócios para assegurar contratos (em petróleo, telecomunicações, transporte, etc.). Sob as belas palavras de preocupações humanitárias esconderam-se cálculos cínicos. A essas preocupações econômicas e políticas deve ser acrescentado o fator geoestratégico.

Reitere-se que, tal padrão de intervenção não é recente, remontando à própria expansão do sistema capitalista mundial. Especificamente, quanto aos EUA, habitam no imaginário de sua sociedade e governos mitos ancestrais de excepcionalidade, autonomia, inocência, virtude e democracia, que são mobilizados com fervor para legitimar incursões e guerras. Ainda antes da invasão do Iraque no novo milênio, o governo e corporações estadunidenses haviam confabulado acerca de contratos de obras para a reconstrução do país, circulando notícias sobre a “conexão entre alguns membros da administração e certas corporações interessadas”. “A reconstrução estava sendo ao mesmo tempo privatizada e americanizada”¹³¹.

Desde as primeiras aventuras no México antes da Guerra Civil (às quais Lincoln se opôs quando parlamentar, e que muitos republicanos consideravam como uma artimanha dos democratas sulistas para espriar a escravatura) até a guerra no Vietnã, os Estados Unidos sempre conseguiram encontrar motivos idealistas para justificar intervenções que não podiam ser explicadas pela necessidade de autodefesa, e que os realistas consideravam como o produto de interesses egoístas ou ambições. Isso foi o que aconteceu no caso de Cuba e na campanha para ‘libertar’ as Filipinas da Espanha (1898), assim como nos casos do México (1914), Haiti (1915), República Dominicana (1916 e, de novo, 1965) e Granada (1983). As razões alegadas resultavam das virtudes excepcionalistas da América do Norte – sua vontade de ampliar o âmbito da liberdade, introduzir a prática do livre mercado aos seus parceiros comerciais, levar a democracia ao mundo inteiro¹³².

Ainda sobre a atuação, desde o final de 2010, das potências ocidentais, da Rússia e da China diante das revoltas que varreram o

¹³¹ BARBER, 2005, p. 184.

¹³² BARBER, 2005, p. 76.

O Oriente Médio, Ramadan destaca que, muito distante de uma “celebração de valores democráticos”, estaria em curso uma “genuína guerra econômica e ideológica” envolvendo não só o mundo árabe, mas o restante da Ásia e a África. Os interesses estadunidenses, expressos por meio de uma “política mais agressiva de penetração econômica e política”, estariam regionalmente contrabalanceados não só pela presença chinesa (mais bem quista pela opinião pública), mas também russa e de novos atores, como Brasil, África do Sul, Turquia e Índia. “O surgimento de uma concorrência mais forte, multifacetada, colocou os mercados das multinacionais ocidentais em perigo. O *status quo* se tornou insustentável: sem reformas profundas os rumos ameaçariam se voltar contra os EUA e Europa.”, sendo as apostas altas e críticas, com o Oriente Médio tendendo a continuar como uma área geopolítica chave na competição entre as potências e destas com novos atores. Assim, ainda seguindo Ramadan,

O despertar árabe deve ser visto e interpretado à luz das últimas informações econômicas e estratégicas disponíveis [...] A presença de poderosas corporações multinacionais em cada estágio do processo que desaguou nos levantes massivos aponta para a necessidade de extrema vigilância e atenção redobrada antes de se tirar conclusões¹³³.

Além da Líbia, o caso sírio e iemenita também evidenciam as disputas entre as potências globais e os agentes regionais, que contribuíram para levar a suposta “Primavera árabe” a desfechos catastróficos. No Iêmen, as manifestações foram iniciadas em janeiro de 2011 por jovens reivindicando direitos face a uma crise institucional, política e econômica, tal como no restante do mundo árabe, embora tivessem agendas específicas (como a não elegibilidade do filho do presidente e o final de seu frágil e desgastado, porém duradouro, governo de união nacional, fundado na cooptação das oposições). As manifestações, que já vinham ganhando corpo, massificaram-se de vez após a repressão violenta da polícia em 18 de março, que vitimou fatalmente mais de cinquenta pessoas. A partir daí, paralelamente ao crescente número de desertores das forças de segurança, a oposição partidária e ex-membros do governo, inicialmente apostando na via das negociações, declararam apoio aos manifestantes e à necessidade de mudança de go-

¹³³ RAMADAN, 2012, p. 61-62.

verno, tentando hegemonizar o movimento. A frágil situação interna do Iêmen, marcada por divisões tribais e pela presença tanto de milícias xiitas quanto salafistas próximas da Arábia Saudita (inclusive veteranos que participaram da resistência islâmica no Afeganistão contra a presença soviética), atraiu ao governo o apoio dos EUA e Arábia Saudita (que, inclusive, interviram militarmente no país entre 2009 e 2010 contra rebeldes xiitas, com os primeiros bombardeando também supostos membros da al-Qaeda). Tal cenário, ao menos inicialmente, minimizou a pressão internacional diante da dura repressão dos protestos, diferentemente da Líbia e Síria¹³⁴. Contudo, face à intensificação da violência, o Conselho de Segurança da ONU condenou a situação e apontou para a necessidade de uma mudança de regime. Ali Abdullah Saleh, após três décadas como presidente, fugiu para a Arábia Saudita e, no início de 2012, ocorreram eleições que garantiram a vitória de seu vice, apoiado pelos sauditas. Contudo, o governo não conseguiu se firmar, diante da instabilidade e de enfrentamentos semelhantes aos da Líbia pós-Kadafi. Em 2015, os *houthis* - grupo político armado composto predominantemente por xiitas que desde 2004 luta contra o governo e, inclusive, participou do levante de 2011 - conseguiram tomar o poder. Contudo, tal desfecho possível da “Primavera” não foi aceito pela Arábia Saudita, monarquias sunitas do Golfo e, indiretamente, EUA, culminando em uma guerra civil e intervenção militar, que destituiu o novo governo, acusado de ser pró-Irã e de romper a ordem estabelecida, obrigando os *houthis* a combater militantes identificados com o Estado islâmico e al-Qaeda e forças da coalizão lideradas pela Arábia Saudita e apoiadas pelos EUA. Conforme o *The Guardian*, em julho de 2015, milhões de pessoas necessitavam de ajuda humanitária, mais de um milhão foi desalojada desde março, centenas ou milhares de crianças-soldado foram recrutadas e o número de civis mortos foi então estimado entre 1.500 e 3.000.

Na lógica do efeito dominó, a “Primavera” na monarquia sunita do Bahrein foi influenciada pelos acontecimentos em Cairo e Túnis. Mas, os levantes no país se inserem em uma longa trajetória de manifestações, que remonta aos anos 1950 e 1960 (logo, antes de sua independência, em 1971), tendo como base a formação de sindicatos e organizações de esquerda ou nacionalistas anticoloniais, contrárias à presença britânica e à monarquia, sendo as demandas de então em

¹³⁴ HAMAD, 2011.

grande medida represadas. A Revolução Iraniana teria fortalecido esses grupos e suas atividades, a exemplo de uma tentativa de revolução em 1981, encabeçada pela Frente Islâmica de Libertação do Bahrein, e daquela que ficou conhecida como a “Intifada bahrenita”, entre 1994 e 1998, sendo uma etapa de intensa mobilização social em prol de direitos sociais, civis e políticos, que foi duramente reprimida, inclusive com o auxílio do diretor da agência britânica de inteligência e segurança. Com a legalização de partidos em 2005, embora sem muito poder concreto, as legendas islamistas (xiitas e sunitas) saíram-se vitoriosas, tanto em 2006 quanto em 2010. A fase da “Primavera” teve início em fevereiro de 2011, a partir de reivindicações políticas e econômicas oriundas principalmente, mas não exclusivamente, da maioria xiita do país (cerca de 70% da população), também lutando contra discriminação, marginalização, precarização e a atuação da polícia política. Os insurgentes reclamavam reformas democráticas, mas diante da adesão de organizações legais e ilegais houve uma pluralização e radicalização de agendas, com alguns defendendo o final da monarquia. A repressão foi a resposta oficial, justificada como necessária para suprimir o que seria uma tentativa de golpe influenciado pelo Irã. Com o recrudescimento dos protestos e da violência, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita, via Conselho de Cooperação do Golfo, enviaram contingentes militares ao país e foi decretado o estado de emergência. Sucederam-se prisões arbitrárias (inclusive de médicos que atenderam feridos), denúncias de tortura, a dispersão violenta dos manifestantes concentrados na Praça da Pérola, a destruição de mesquitas e o assédio a bairros xiitas, o que sufocou a revolta, atendendo aos interesses estratégicos estadunidenses e sauditas, com sua dupla medida em relação às revoltas¹³⁵.

A “Primavera” síria apresenta importantes paralelos. Se os protestos começaram limitados, logo se expandiram com a dura repressão das marchas pacíficas, com parte da população reivindicando reformas ou a queda do governo, sobretudo, jovens desempregados ou precarizados. Mas, os manifestantes estiveram longe de conseguir o consenso, devido ao mosaico etnoconfessional que constitui a sociedade (apesar de 74% ser sunita), com os grupos mantendo diferentes relações com o governo laico ba’athista e pelo fato de Bashar alAssad ser mais novo que Mubarak e Ben Ali e gozar de certa popularidade.

¹³⁵ MESA, 2011.

Contudo, a política de punho de ferro (justificada por ser contra “violentos elementos islâmicos radicais” e a suposta conspiração para depor o último bastião do arabismo contra Israel) intensificou os levantes, dando início a uma guerra civil ainda em curso, responsável por milhões de refugiados, centenas de milhares de mortos e ampla destruição. A oposição síria é constituída de diferentes grupos, com enormes diferenças entre si, mas que compuseram a partir de julho de 2011 o “Exército Livre da Síria”, seguido do Conselho Nacional Sírio, criado em outubro a partir da junção de diferentes forças. Diferentemente da abstenção diante da Líbia, a manutenção do governo sírio esteve no cerne da tensão diplomática entre EUA, Rússia e China, com o primeiro dando suporte logístico aos rebeldes e os últimos amparando o governo. Se a ascensão do Estado Islâmico suscitou uma agenda comum, ela não foi suficiente para estabilizar a situação. O conflito tanto se globalizou quanto se regionalizou, provocando a intervenção direta ou indireta de Irã, Israel, Turquia, grupos libaneses, Qatar e Arábia Saudita, destacando-se o interesse dos dois últimos em isolar ainda mais o Irã com a possível derrocada de seu aliado. Com a deflagração da guerra, as intervenções estrangeiras e o avanço dos setores fundamentalistas, muitos manifestantes recuaram de suas posições, ou mesmo passaram para o lado do governo¹³⁶.

Diante do que foi até aqui exposto, podemos sustentar duas conclusões prévias. É necessário descartar a denominação de “Primavera Árabe”, sendo preferível “Inverno árabe” (sobretudo se enfatizamos os acontecimentos na Síria, Líbia e Iêmen) e, ao menos, reconhecer a legitimidade de se analisar os interesses imperialistas por trás dos levantes, tal qual na América Latina. Para fins comparativos, tendo em vista o contexto que se seguiu de desmonte do Estado brasileiro e a continuidade dos escândalos de corrupção, com o envolvimento e a cooptação do Congresso garantindo a impunidade, poderíamos chamar as manifestações pró-impeachment de 2016 como “Primavera brasileira”? Da mesma forma, questionamos a validade de tal premissa para o Oriente Médio.

Os paralelos com a América Latina e o papel das potências ficam ainda mais evidentes a partir da atuação de algumas ONGs, que inclusive também estão presentes em nosso subcontinente. Quanto ao Oriente Médio, EUA e os países da Europa Ocidental estariam, desde

¹³⁶ ÁLVAREZ-OSSORIO; ELVIRA, 2011.

2003, reconfigurando suas estratégias para a região por motivos econômicos e políticos, sob o slogan de democratização e, em alguns casos, tentaram prever e conduzir os rumos dos acontecimentos conforme seus interesses. Em processo semelhante ao caso sérvio contra Slobodan Milosevic, em 1998 (onde foi fundada e fortalecida a *Otpor* com a ajuda do IAE), e posteriormente venezuelano contra Chávez, importantes lideranças jovens dos protestos médio-orientais também receberam treinamento anos antes, como o uso de novas tecnologias de comunicação. Conforme Ramadan, passaram por processo análogo jovens vinculados às manifestações na Geórgia e Ucrânia e outros de, pelo menos, trinta e sete países, incluindo do Norte da África e Oriente Médio, estes vinculados à agitação da “Primavera árabe”. Além da ONG fundada na Sérvia, Ramadan menciona outras organizações não governamentais (mas parcialmente financiadas pelo governo estadunidense em cooperação com as principais corporações, como Google, Yahoo, Twitter e Facebook), que ofereceram esses treinamentos com “princípios e métodos idênticos”, especialmente entre 2006 e 2008. Trata-se do Instituto Albert Einstein, da Freedom House e do Instituto Republicano Internacional. Conforme o professor turco, as megacorporações estadunidenses auxiliaram os ativistas a manter sinal de internet, a despeito dos esforços das autoridades de interrompê-los, ou não o fizeram (caso, respectivamente, do Egito e Síria), mantendo posições “praticamente idênticas” as do governo estadunidense (inclusive, o diretor de marketing do Google para o Oriente Médio teria sido uma importante liderança dos movimentos no Egito, valendo lembrar que o Google figura nos anuários da Atlas Network como um de seus financiadores)¹³⁷.

Conforme Ramadan, os programas de treinamento seriam conhecidos (quando não envolveram participação indireta) não só dos governos das principais potências, mas também dos governantes tunisianos, egípcios, sírios e libaneses, que inclusive prenderam alguns ativistas quando estes retornaram de viagens ou durante suas atividades “subversivas”. Sobre isso, a al-Jazeera veiculou dois documentários comentando a formação do movimento egípcio Seis de Abril, ainda em 2007, e as viagens de treinamento de jovens para a Sérvia e Cáucaso (mas, não teriam mencionado os EUA também como destino). Algumas outras lideranças jovens dos protestos, inclusive, questionaram a

¹³⁷ RAMADAN, 2012, p. 5 et seq; 22.

legitimidade de receber financiamento dos EUA, ou frequentar treinamentos de organizações ocidentais, em nome da autonomia. Os primeiros movimentos da “Primavera” não teriam ocorrido nem na Tunísia nem no Egito, mas no Irã, após as eleições presidenciais de junho de 2009, ficando conhecidos já como “Twitter Revolution” - de fato, os anuários do IAE mencionam os eventos e seus contatos e formação de lideranças. Se Ramadan não arrisca mesurar a dimensão exata dessas influências, afirma que,

Seria ingênuo imaginar que as grandes potências, os EUA, França, Alemanha, Rússia ou mesmo China foram nada mais do que observadores casuais das crescentes turbulências. Seus relacionamentos com governos nacionais, seus vínculos com os estabelecimentos militares da região, seus acordos cuidadosamente calculados com cada país ou regime, apontam claramente para o envolvimento dessas potências antes e durante os levantes. Movimentos de resistência foram encorajados, apoio logístico fluiu para grupos rebeldes (como no Irã, Tunísia e Egito), treinamento foi dado e pressão significativa exercida sobre várias ditaduras. Não obstante, não podemos concluir que os levantes foram direcionados por forças externas, e que a opinião pública foi manipulada [...] deve-se levar em conta a existência de fatores imponderáveis. Embora eles não tenham sido nem totalmente imprevisíveis nem totalmente autônomos, os levantes árabes não foram um caso de manipulação controlada pelo Ocidente, como os mais pessimistas consideraram [...] Fato é que, para o bem da história e do futuro desses movimentos, seria tanto inconsistente quanto prematuro não olhar atentamente para as conexões e o trabalho de preparo do terreno, que precederam os levantes no Oriente Médio e Norte da África. Sami Ben Gharbia [blogueiro tunisiano que vive na Holanda] em seu artigo, assim como outros, cita o envolvimento direto de poderosas corporações estadunidenses. A propósito, Google, Twitter e Yahoo estiveram diretamente envolvidas em treinar quadros e disseminar informações promovendo ativismo pró-democracia nas redes [...] O movimento, portanto, não pode ser descrito como espontâneo. Não surgiu repentinamente do nada, pegando a todos de surpresa. O sucesso da ciber-dissidência na Sérvia (onde americanos e europeus já estiveram envolvidos) entre 1998 e 2000 deu claramente aos governos ocidentais algumas ideias. Tão cedo quanto em 2003, o Oriente Médio e a África apareceram em seu campo de visão. Sessões de treinamento fo-

ram organizadas e redes criadas, tornando-se mais estruturadas e difundidas em 2007. Blogueiros e ciber-dissidentes estiveram trabalhando por anos. Tudo que faltava era a fagulha que acenderia o barril¹³⁸.

Ramadan destaca o tratamento diferenciado dos EUA em relação a cada país. Na Tunísia, ao passo que mantinha colaboração próxima com o governo em assuntos militares e de segurança, convidou em 2006 figuras da oposição para dialogar em Washington, com sua embaixada auxiliando nos contatos e conversas conjuntas sobre a melhor estratégia para a era pós-Ben Ali, cuja consolidação foi apoiada oficialmente por Obama e Hillary Clinton ainda durante as manifestações. No Egito, a estratégia do movimento chamado pelo grupo Seis de Abril (alguns de seus membros foram convidados aos EUA em 2008, onde encontraram o crítico de Mubarak, Mohamed el-Baradei) seguiu o padrão dos treinamentos de mobilização não violenta dado a parte deles, durando de um a cinco anos. Tal como na Tunísia, também no Egito a administração americana esteve em contato direto com o alto comando do exército local. Em ambos, conforme Ramadan, uma análise mais detida revela um contexto e implicações muito mais complexas que apenas movimentos internos de jovens querendo mudanças. “Foram necessários vários anos – remontando a 2004 – para treinar e deixar preparado um grupo central de ciber-ativistas.”, com as administrações dos EUA e de países europeus não somente conscientes, mas financiando treinamentos e auxiliando na organização de redes de ativistas na região. “É impossível negar os incômodos fatos sobre financiamento, treinamento e interferência política e militar; e o papel de corporações privadas [...]”, assim como a dimensão econômica das mudanças¹³⁹.

Cruzando as reflexões de Ramadan e outros com os dados apresentados nos anuários do IAE, estes corroboram a questão dos treinamentos, mas não permitem uma associação imediata e inequívoca entre institutos e governos, tal qual faz o professor turco ao enfatizar a intervenção das potências. Ainda que Ramadan afirme buscar uma posição intermediária e comedida, não difere a atuação dos institutos dos governos. Pesa a seu favor o fato de que, se os dados oficiais do IAE que levantamos não apontam qualquer vinculação com gover-

¹³⁸ RAMADAN, 2012, p. 5-6; 8; 22.

¹³⁹ RAMADAN, 2012, p. 23 et seq.

nos (o que é um tanto óbvio se pensarmos na natureza das fontes, relatórios oficiais de uma ONG, e como isso arriscaria sua legitimidade), a forma como eles se referem aos governos da América Latina de esquerda reproduzem o discurso oficial dos EUA. Ademais, concretamente, é inegável que, no rastro do instituto, onde foram dados os cursos eclodiram revoltas. Infelizmente, se o treinamento de grupos médio-orientais é mencionado em ao menos dois anuários do IAE, o tema recebe muito pouco detalhamento na documentação, recaindo justamente na lacuna que há no site da organização quanto a suas atividades entre 2005 e 2012. Portanto, os dados não nos permitem afirmar de forma conclusiva se as atividades do Instituto constituem uma ação coordenada com agências estatais dos EUA, nem descartar a hipótese de se tratar de uma agenda econômica e política liberal comum, portanto, mera coincidência de interesses. No discurso oficial do instituto, o ponto em comum dos governos contra os quais treinou grupos seria o autoritarismo e não sua oposição aos EUA – o que explicaria a proximidade de palestinos, desde a Primeira Intifada. Mas, seguramente, esses são a exceção, que pode confirmar a regra, haja vista que o amplo espectro dos grupos treinados pelo instituto atingiu governos não alinhados com os EUA. De todo modo, é necessário aprofundar a pesquisa para obter respostas mais conclusivas.

Tampouco a documentação produzida pela Atlas, que no concernente ao Oriente Médio é muito pobre, permite tirarmos conclusões assertivas acerca dos vínculos entre o governo e as ações de ONG. Especificamente sobre a região, comparada com a América Latina, sua atuação é pífia, o que aparece, sucessivamente, em seus próprios anuários, como no de 2004, no qual lamenta a falta de avanços significativos na causa da liberdade, o que é reiterado no documento seguinte, que reproduz as lamúrias quanto às dificuldades em se expandir na região. Em 2005, ao menos, a organização afirma ter feito incursões no Oriente Médio e em países muçulmanos, tendo identificado “empreendedores intelectuais” na Jordânia, Iraque e Irã. A partir de então, constam os esforços, não muito bem-sucedidos, envidados pela organização para suprir tal lacuna¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Em 2006 a Atlas destaca que “equipes e recursos adicionais ajudaram a Atlas a expandir seu portfólio no Oriente Médio e incluir novos esforços no Egito, Jordânia, Marrocos e Emirados Árabes Unidos”. O anuário de 2008 mostra um avanço considerável da entidade na África, incluindo o Egito, e uma nova tentativa de penetrar nos países árabes e islâmicos, como por meio do prêmio Ibn Khaldun, que visaria identificar “empreendedores intelectu-

Concluindo, as ingerências “ocidentais” constituem a história do Oriente Médio e também da América Latina na longa duração, bastando lembrar de como o “Levante Árabe” contra o Império Otomano, durante a Primeira Guerra Mundial, foi planejado e coordenado com as forças britânicas, ou das várias intervenções estadunidenses nos assuntos internos de países latino-americanos, desde a Doutrina Monroe. A Guerra Fria nessas regiões oferece outros tantos exemplos das intervenções das potências nos acontecimentos locais, apoiando um ou outro grupo ou governo conforme seus interesses. Logo, não devemos ignorar essa dimensão dos levantes, mas tampouco reduzi-los a ela.

2.2 - Seriam as manifestações na América Latina e no Oriente Médio “revoluções coloridas”?

Os estudos de, dentre outros, Katia Gerab Baggio e Tariq Ramadan, acerca, respectivamente, das conexões entre ONGs internacionais e os movimentos ultraliberais na América Latina e a “Primavera Árabe”, não foram os primeiros a apontar essa nova forma de intervenção. Se Ramadan remonta as primeiras manifestações da “Primavera Árabe” aos protestos no Irã contra Ahmedinejad, em 2009, e o relaciona ao caso sérvio do final dos anos 1990, o conceito de “revolução colorida” empregado por outros autores e pelo governo russo também para interpretar os eventos médio-orientais da “Primavera” vai ainda mais longe no tempo, sendo utilizado para descrever tam-

ais” locais. Teriam sido realizados quatro encontros oficiais regionais de 2006 a 2008, atingindo e treinando jovens de quinze países diferentes – o anuário destaca, inclusive, um *think tank* de Gaza. O documento anual de 2009 da Atlas menciona a premiação dada pelo “Templeton Freedom Award” a “Egyptian Union of Liberal Youth”, um ano antes da “Primavera árabe”. Ainda sobre o Oriente Médio, a Atlas manteria plataformas virtuais em quatro línguas regionais (árabe, persa, curdo e azerbaijani), cada qual publicando livros e artigos para distribuição local. A plataforma mais ativa seria aquela em língua árabe, que publica artigos na imprensa do Marrocos à Arábia Saudita e Iraque. O texto menciona ainda a luta nos campus para restituir os estudos da “civilização ocidental”, que teriam sido substituídos pelos programas de “estudos culturais”, que mal conseguem disfarçar uma suposta “agenda esquerdista”. Sobre o tema vale conferir a “Atlas’s Teach Freedom Initiative”, que pode ter vínculos com os esforços de grupos brasileiros para fazer avançar o projeto escola sem partido. Se o anuário de 2011 menciona o discurso do diretor da plataforma em árabe da Atlas na Praça Tahrir, o de 2012 menciona a fundação de uma filial no Marrocos, o “*Arab Center for Scientific Research and Humane Studies*”. O anuário de 2014 apresenta as organizações parceiras, destacando-se no Oriente Médio uma instituição afegã, egípcia, iraniana, iraquiana, palestina, tunisiana, regional, duas organizações marroquinas e três israelenses e turcas.

bém manifestações ocorridas no Oriente Médio, como no Líbano, Iraque e Kuwait entre 2004 e 2006. Para alguns, o termo é válido até para classificar a Revolução Portuguesa nos anos 1970 e as manifestações por abertura política no Leste Europeu, como antecedentes dessa tipologia de movimentos não violentos e muito bem organizados. Outros rastreiam seus primórdios no final dos anos 1990, sendo o marco inicial a Sérvia de Milosevic. Citando dois desses autores, para Jose Ignacio Torreblanca, nas últimas décadas, tal qual no caso sérvio, diferentes “organizações governamentais não governamentais” com agendas liberais e financiamento internacional foram fundadas nos países “em desenvolvimento”, e “revoluções coloridas” utilizadas como estratégia pelas administrações Clinton, Bush e Obama, remontando à “Revolução de Veludo”, na Checoslováquia, em 1989, e alcançando até o Sri Lanka¹⁴¹. Stephen Gowans, pouco antes da deflagração do “Inverno árabe”, definiu as “revoluções coloridas” como “insurreições maquinadas pelo Ocidente que trouxeram ao poder governos neoliberais” (Sérvia, Geórgia, Ucrânia, e tentadas no Zimbábwe e Bielorrússia), sendo bem sucedidas por contar com “financiamento de governos imperialistas, fundações da classe dominante e ricos investidores”, além de conselhos estratégicos, recrutamento, treinamento, apoio legal, infraestrutura midiática e apoio de relações públicas. Se falam em democracia, os manifestantes não estão preocupados com o governo que surgirá na sequência, geralmente associado ao Ocidente e aos interesses das elites¹⁴². Não se enquadra bem nesse perfil a ascensão e gestão de Michel Temer?

Rebatendo os críticos da teoria das “revoluções coloridas”, ainda antes de Stephen Gowan e, portanto, de Tariq Ramadan, Michael Barker¹⁴³ mencionou os vínculos do IAE de Gene Sharp com o “National Endowment for Democracy” (fundo ligado ao Congresso dos EUA) e o “International Republican Institute”, bem como a rede de *think thanks* e organizações integradas com objetivos afins, algumas supostamente vinculadas à CIA. Para Barker, se a literatura de esquerda enfatiza os “aspectos agressivos do imperialismo”, minimiza ou ignora sua “face amigável”, igualmente importante, que seriam os grupos que supostamente buscam democratizar, como fundações liberais.

¹⁴¹ TORREBLANCA, 2010.

¹⁴² GOWANS, 2009.

¹⁴³ BARKER, 2008.

Para fundamentar suas constatações, além de se respaldar em autores como Petras e Joan Roelof, Barker menciona dados publicados pelo próprio IAE, apontando seu vínculo com o Fundo Nacional para a Democracia e com o treinamento de grupos opositores no exterior, a exemplo do “Relatório das atividades, 2000-2004”. Como vimos, na Venezuela de Chávez, Sharp e outros membros de seu instituto se aproximaram de opositores, organizando uma consultoria de nove dias para “restaurar a democracia”, inclusive com o fundo do Congresso estadunidense auxiliando a principal organização local, que teria coordenado o abortado golpe de 2002. Com a difusão das informações acerca dos métodos das “revoluções coloridas”, em alguns casos, como no Egito e na Armênia, em 2016, manifestantes buscaram se desvincular desse modelo¹⁴⁴.

Nessa perspectiva, incluem-se as movimentações ocorridas no Líbano, em 2005, que apresentariam o mesmo padrão de movimentos não violentos, bem organizados e articulados pelas redes para exercer pressão em nome da democracia, insurgindo-se contra governos desfavoráveis ao “Ocidente”. Na ocasião, o assassinato do então primeiro-ministro, Rafik Hariri, desencadeou um movimento de massas, a “Revolução dos Cedros” que reivindicou com sucesso a retirada das tropas sírias do país, que lá estavam desde 1976, e eleições livres de sua influência. A “Revolução dos Cedros” foi assim batizada pela Subsecretária de Estado dos EUA para Assuntos Globais, Paula Dobriansky, que classificou o movimento como parte da “causa pela verdadeira democracia e liberdade de influência externa”, enfatizando que “Sinais esperançosos se espalham pelo globo e não deve haver dúvidas de que os próximos anos serão excelentes para a causa da liberdade.”¹⁴⁵. Pronunciando-se em 28 de fevereiro de 2005, Dobriansky¹⁴⁶ destacou a atuação global dos EUA para promover a democracia, lutando “ombro a ombro com aqueles que vivem sob tirania e desespero, mas lutam por uma vida melhor”, e definiu aquela conjuntura como “uma era de avanço monumental dos direitos humanos e democracia”, mencionando a “Revolução dos Cedros” paralelamente à “Revolução Rosa” na Geórgia, “Revolução Laranja” na Ucrânia e “Revolução Púrpura” no Iraque (denominação adotada por George Bush

¹⁴⁴ SHAHNAZARIAN, 2016.

¹⁴⁵ MORLEY, 2005.

¹⁴⁶ DOBRIANSKY, 2005.

para se referir às eleições ocorridas no país, a despeito de supostos “terroristas” que as tentaram impedir¹⁴⁷). A subsecretária ainda observou sobre o Oriente Médio que, em países como Irã, Líbia, Síria e Arábia Saudita, “[...] as pessoas estão cada vez mais conscientes do déficit de liberdade na região e ansiosas para provar a liberdade e as liberdades que estão sendo desfrutadas em outros lugares.”, como Indonésia, Turquia, Afeganistão e Iraque. Na mesma ocasião, o secretário adjunto para democracia, direitos humanos e trabalho, Michael Kozak, destacou eleições recentes no Iraque e na Autoridade Palestina como modelos, com “mais agitação popular em outros países querendo ter esses mesmos benefícios.”, mencionando as manifestações em Beirute contra o “domínio” sírio. Em suas palavras, “Há muito trabalho para fazer. O que não significa que o problema está resolvido, mas que foi reconhecido e diagnosticado. E nós, como mencionado antes, tentamos estar do lado certo das pessoas nesses países onde lutam por sua própria liberdade e democracia.”. Já para a resistência libanesa, como o Hezbollah, a “Revolução dos Cedros” foi um movimento apoiado pelos EUA.

Portanto, a expressão “revoluções coloridas” é utilizada tanto para definir a Primavera Árabe quanto as manifestações supracitadas. Tais protestos revelariam a influência do IAE (acusado de vínculos com a CIA), que teorizou, sistematizou e disseminou técnicas não violentas de enfrentamento de “ditaduras”, influenciando jovens de diferentes continentes, inclusive médio-orientais, a partir do sucesso do caso sérvio. Inclusive, no contexto da Primavera Árabe, egípcios admitiram que treinaram junto à ONG sérvia CANVAS ou se apropriaram dos métodos de Sharp, que a embasa, e estariam sob detenção durante os protestos, pois foram rastreados pelo governo de Mubarak¹⁴⁸. Inclusive, a expressão passou para a arena diplomática, sendo utilizada sobretudo pela administração russa para descrever fatos contemporâneos envolvendo protestos não violentos que levaram a mudanças de regime. Comentando aquilo que chama de “putismo”, Brian Taylor¹⁴⁹ menciona como uma de suas características o “anti-ocidentalismo”, especificamente o “antiamericanismo”, que teria se tornado evidente desde, pelo menos, 2004, com líderes russos acusando os EUA de

¹⁴⁷ THE WHITE HOUSE, 2005.

¹⁴⁸ ARROW, 2011.

¹⁴⁹ TAYLOR, 2015.

“ter desenvolvido a tecnologia das ‘revoluções coloridas’ como uma forma de guerrilha política contra a Rússia”, mais evidentemente durante a Revolução Laranja (2004) e também na crise separatista pró-Rússia em 2014, ambas na Ucrânia. A expressão também é utilizada para os casos egípcio, líbio e sírio e, embora a estratégia possa ter sido adotada pela própria Rússia na Ucrânia, seu ministro da defesa, classificou as “revoluções coloridas” espreiadas pelos EUA como as “maiores ameaças atuais à paz”, tornando problemas socioeconômicos “[...] um pretexto para substituir governos nacionalistas por regimes controlados de fora.”. Contudo, não estaria claro se o pronunciamento seria propaganda para consumo doméstico ou se as autoridades realmente acreditariam¹⁵⁰. O pesquisador Andrey Makaryche¹⁵¹ defende a segunda opção, e menciona uma fala do presidente do Comitê de Assuntos Internacionais do Parlamento Russo, Alexey Pushkov, principal propagandista do Kremlin, admitindo publicamente “ao menos três cenários para uma ‘revolução colorida’ na Rússia.”. O fato do tema ter sido debatido em conferências nacionais e internacionais financiadas pelo governo russo seria outro indício da importância atribuída a ele.

Conforme altos oficiais militares e diplomáticos russos presentes na Conferência de Moscou para Segurança Internacional, realizada em 2014, incluindo o ministro da defesa e de relações internacionais (respectivamente, Sergei Shoigu e Sergei Lavrov), tratar-se-ia de “uma nova forma de guerrilha inventada por governos ocidentais”, ou “nova técnica de agressão orientada para destruir um Estado a partir de dentro dividindo sua população”, com o fim de “remover governos nacionais independentes em favor de outros controlados pelo Ocidente.”, com um custo menor do que intervenções militares. Seria parte de uma “[...] estratégia global para forçar valores externos em um conjunto de nações ao redor do mundo que se negam a aceitar a hegemonia dos EUA”, sendo a Rússia o principal alvo e a força militar uma “parte integrante de todos os aspectos”. “Os governos ocidentais começam por usar táticas não militares para trocar governantes adversos através de revoluções coloridas, que utilizam do potencial de protesto da população para engendrar uma mudança pacífica de regime.”, ficando a força militar como última opção acaso os protestos sejam insuficientes. As formas mais usuais dessa são o uso de pressão externa para evitar

¹⁵⁰ FLINTOFF, 2014.

¹⁵¹ MAKARYCHEV, 2015.

que o regime alvo use a força para restaurar a ordem, seguido de garantia de assistência econômica e militar aos rebeldes, que se ainda assim não forem suficientes, podem levar à organização de operação militar por parte das potências ocidentais para garantir a vitória da oposição. Conforme Shoigu, tal metodologia teria sido usada em vários casos, incluindo a Sérvia, Líbia e Síria – todos envolvendo a interferência política ocidental, transformada em ação militar – e, mais recentemente, Ucrânia (onde protestos antirregime escalaram para uma guerra civil) e Venezuela (“onde a tal oposição democrática é supostamente organizada pelos Estados Unidos”). No discurso ocidental, as “revoluções coloridas” seriam “expressões pacíficas da vontade popular contra regimes autoritários repressivos”. Nesse sentido, conforme Dmitry Gorenburg, os “leitores ocidentais” podem achar o agrupamento de levantes tão díspares “algo difícil de engolir”¹⁵². Mas, na visão do governo russo, “[...] todos eles compartilham a característica de ocorrerem em países com governos que se opõem aos Estados Unidos.”, portanto, são antidemocráticos, “mudanças de poder não constitucionais”, desrespeitando as instituições e rompendo as fundações legais da vida política¹⁵³. Contudo, essa lógica oficial russa não explica a deflagração de levantes em países com governos próximos dos EUA, como Quirguistão (2010), Egito e Bahrein.

Pensando no caso do Sri Lanka, Nalin Swaris¹⁵⁴ faz apontamentos relevantes. Ela cita o contestável e panfletário Samuel Huntington para caracterizar o diferencial dessa “terceira ‘onda democratizadora’” como sendo as mudanças na política externa das potências, especialmente os EUA, recorrendo a ONGs “estadunidenses internacionais” como “mecanismos proeminentes” de ligação entre “os interesses internacionais da superpotência” e “mudanças de regime”, paralelamente à guerra econômica e pressão diplomática contra países alvo, enfraquecendo as reivindicações de “[...] mobilizações puras, espontâneas, organizadas a partir da base e não maquinadas, alimentadas e facilitadas de fora.”. A peculiaridade desse tipo de mobilização seria o “financiamento” e a congruência de objetivos entre manifestantes e seus financiadores. “[...] As organizações que generosamente fi-

¹⁵² GORENBURG, 2014.

¹⁵³ NIKITINA, 2014.

¹⁵⁴ SWARIS, 2010. Swaris fundamenta parte de suas considerações no artigo de Stephen Gowans citado mais acima.

nanciam facilitam enormemente, não podendo ser subestimado seu poder de promover mobilizações de massa disciplinadas, guiadas por objetivos claros e específicos” e “Organizadores servem aos interesses daqueles que provêm o financiamento.” (no caso das revoluções coloridas, “os interesses militares e das corporações ocidentais”).

De um ponto de vista crítico à suposta agenda imperialista por trás das revoluções coloridas, a perspectiva das “revoluções coloridas” também estaria no cerne de uma nova estratégia de segurança nacional desenvolvida pela Rússia, combinando ações militares e políticas voltadas a fragilizar a unidade das alianças ocidentais enquanto busca a aproximação com partidos da extrema-direita e conservadores da Europa e EUA e com “outros regimes autoritários”, igualmente preocupados com levantes populares, caso do Irã, Egito, Vietnã, Síria, Emirados Árabes Unidos, China e Myanmar – este acusado em 2017 de promover uma limpeza étnica contra muçulmanos –, muitos dos quais enviaram representantes para o congresso russo de segurança. Quanto às iniciativas militares, centrar-se-iam no final da cooperação com membros da OTAN, firme apoio militar, diplomático e econômico a “governos autoritários” (descrevendo seus opositores como radicais), e expansão da atuação para além da Eurásia pós-soviética. Em áreas cruciais onde o suporte não é suficiente o governo vai além, garantindo apoio direto às forças opostas àquelas apoiadas pelo Ocidente, seja incentivando e dando suporte a levantes ou insurgências, seja promovendo campanhas midiáticas ou ainda ameaçando e usando força militar ou operando ações secretas. Um pretexto é o direito de proteger russos vivendo no exterior – o que garante a intervenção na ampla área da ex-URSS. “As ações russas na Ucrânia parecem refletir as ações que os líderes russos acreditam que os Estados Unidos estão tomando em seus esforços para eliminar governos hostis ao redor do mundo.”, com tal crença podendo refletir os próprios procedimentos adotados pela Rússia no exterior ou interior (esforço de política doméstica para gerar adesão patriótica em torno do governo ou instilar medo quanto às consequências de levantes populares)¹⁵⁵.

Hilary Appel e Vladimir Gelman¹⁵⁶ mencionam, em tom cético, que, após as sanções impostas à Rússia devido à anexação da Crimeia, o secretário do Conselho Federal de Segurança da Rússia “afir-

¹⁵⁵ GORENBURG, 2014.

¹⁵⁶ APPEL; GELMAN, 2015.

mou em tom conspiratório” que os EUA buscam se apropriar dos recursos naturais do país e que as sanções internacionais foram planejadas para “encorajar a derrubada do regime político russo via uma revolução colorida”. Protestos recentes na Armênia também foram descritos por políticos russos de direita como “outra revolução colorida instigada pelos EUA”¹⁵⁷, que é o mesmo termo utilizado para pensar uma hipotética mudança de regime no Kazaquistão¹⁵⁸. Para Torreblanca¹⁵⁹, as “revoluções coloridas” “[...] inauguraram a esperança de uma imediata democratização na esfera pós-soviética. Mas, em poucos anos, as ilusões parecem ter se esvaído e a frustração aumentado.”. Durante a repressão de protestos antigovernamentais com o mesmo perfil, o presidente da Bielorrússia afirmou que não haveria “nenhuma revolução colorida” em seu país¹⁶⁰.

Em suma, polêmicas à parte, tanto as mobilizações contra Dilma, e outras na América Latina, quanto aquelas conhecidas como “Primavera Árabe” guardam semelhanças inequívocas com o padrão das “revoluções coloridas”, como “nova forma de guerrilha inventada por governos ocidentais”, ou “nova técnica de agressão orientada para destruir um Estado a partir de dentro dividindo sua população”, com o fim de “remover governos nacionais independentes em favor de outros controlados pelo Ocidente.”. Se o governo russo tiver razão em suas acusações, foi, mais uma vez, seu país aquele que denunciou as tramas no Oriente Médio, tanto no começo da Revolução de 1917, quando divulgou o Sykes-Picot, quanto recentemente, ao debater e criticar as “revoluções coloridas”. Contudo, se as semelhanças são inequívocas, cabe problematizar tal conceituação, afinal já advertia Mefistófeles que, enquanto são cinzentas as teorias, colorida é a realidade. “Revolução colorida” é uma definição que apresenta características muito genéricas, o que torna possível sua utilização para uma ampla gama de casos, gerando um forte apelo político e de mobilização, ao passo que deslegitima movimentos de protesto e diferentes reivindicações, reduzindo a contraditória arena do político a falsas dualidades (exatamente do tipo “mortadelas” e “coxinhas”).

¹⁵⁷ DERLUGUIAN, 2015.

¹⁵⁸ MOROZOV, 2015.

¹⁵⁹ TORREBLANCA, 2010.

¹⁶⁰ CNN, 2011.

Tomemos como exemplo as mais recentes manifestações ocorridas no Irã, entre o final de 2017, começo de 2018. A própria documentação produzida pelo IAE aponta que seus membros mantêm contatos e treinam opositores no país desde os primeiros anos do novo milênio. Assim, é lógico considerar que há sim uma ingerência ocidental em seus assuntos internos, o que constitui uma (mas não necessariamente a principal) das facetas das mobilizações ocorridas desde então. Por outro lado, ainda que treinadas pelas ONGs internacionais alinhadas com a política externa estadunidense, as lideranças dos protestos integram a sociedade civil desses países, nos quais mobilizam as reivindicações que lhes parecem, e também a amplos estratos de seus conterrâneos, mais salutares. É o caso da agenda do MBL, que por mais “entreguista” que seja (para recuperar aqui uma terminologia comum à definição das propostas liberais durante os anos 1945-1964 no Brasil) e por mais vínculos que mantenha com a Atlas Network, esgrime uma perspectiva ultraliberal legítima dentro do concerto político, embora sua propaganda maniqueísta e sensacionalista contribua em muito para aprofundar o ódio político no país, e defender pautas autoritárias, como a “Escola sem partido”.

Em outras palavras, se há indícios suficientes dos vínculos internacionais das manifestações, e podemos presumir quem são os beneficiários finais de governantes ultraliberais, não cabe privar o discurso e as reivindicações dos manifestantes de toda sua legitimidade, reduzindo-os à condição de outro, traidor, inimigo por si só, que por isso precisa ser eliminado do corpo da nação. O fascismo precisa ser, definitivamente, expurgado, e se tem voltado à baila com certo apelo nos mais variados países é também devido à demonização da política e sua não percepção como campo contraditório, o que também decorre da natureza ideologizante e alienante de classes do sistema capitalista global. Afinal, faz sentido elevar os governos do PT no Brasil acima do bem e do mal, tratando todas as críticas a ele como golpismo, logo esvaziando-as de sua legitimidade? É possível negar que a corrupção continuou como um problema crônico no país após 14 anos de gestão petista, inclusive cooptando parte de seus membros? Faz sentido ignorar a carência de direitos civis e políticos básicos nos vários países do Oriente Médio, que constituem uma das causas por trás das manifestações, bem como a enorme parcela de culpa de suas elites civis e militares corruptas e autoritárias? Do mesmo modo, não podemos ignorar

as maquinações do imperialismo, que se aproveita desses fatos para apoiar a derrubada de governos quando convém. De forma alguma, politizar o discurso do outro, ou seja, reconhecer que integra o campo das propostas políticas válidas, significa compactuar com ele e com as redes internacionais que integram e silenciar diante da instrumentalização hipócrita que fazem de pautas gerais para alcançar fins pontuais, caso do golpe levado a cabo no Brasil, em 2016. Tais vínculos e a consequência nefasta para as massas dos programas ultraliberais precisam ser apontados, sendo essa crítica um dispositivo que goza e ao mesmo tempo fortalece o fundamental direito ao livre pensamento, expressão e organização.

CONCLUSÃO

Determinar a capacidade exata das organizações ultraliberais de interferirem nos rumos dos diferentes países da América Latina ou do Oriente Médio é uma tarefa tão difícil quanto compreender as complexas conexões entre essas instituições e os governos e corporações hegemônicas. São questões que urgem por estudos complementares, para as quais apenas podemos apresentar hipóteses parciais a serem averiguadas. É justamente o que faremos a seguir, sendo nosso objetivo muito mais despertar a atenção para um problema teórico e político do que apresentar qualquer resposta sólida.

Fato inquestionável é que, os anuários da Atlas, do *Students for Liberty* e do IAE revelam a existência de uma articulada rede de instituições, que estão em operação desde os anos 1980, abrangendo vários países. Obviamente, que a influência exercida em cada tempo e realidade nacional é diferenciada, colocando-nos o risco de hiper ou subdimensionar tal atuação se optarmos por generalizações. Pensando na rede Atlas e em suas associadas, o sucesso obtido pelo ultraliberalismo no Brasil difere em grau de suas aquisições na Venezuela, Bolívia e Equador. De modo semelhante, é difícil determinar a influência exata dos treinamentos de lideranças locais em “métodos não violentos” em suas atuações contra cada “governo autoritário”. Mas, fato é que, como também testemunham os anuários, tais esforços vêm sendo envidados sistematicamente e há anos na América Latina e no Oriente Médio, onde ocorreram manifestações semelhantes, embora com resultados distintos. Os protestos da direita no Brasil contra Dilma podem, perfeitamente, ser definidos na terminologia russa como uma revolução colorida, mais especificamente “verde e amarela”. Contudo, qual o peso exato da atuação das ONGs internacionais nesse caso? Se a Atlas e seus parceiros superestimam seu papel, a historiadora Katia Gerab Baggio¹⁶¹ é mais cautelosa, embora destaque o crescimento e a penetração cada vez maior das organizações ultraliberais e de seu ideário junto à opinião pública da América Latina, assim como seus vínculos com as principais corporações de mídia.

De minha parte, ao menos para a questão específica do Brasil, sobretudo as organizações locais vinculadas à Atlas tiveram um prota-

¹⁶¹ BAGGIO, 2016.

gonismo muito evidente liderando os protestos, que culminaram em mais um golpe em nossa frágil democracia, desfazendo as ilusões de que estávamos institucionalmente mais sólidos após o final da ditadura e a Constituição de 1988. Abandonados a suas próprias forças, provavelmente, grupos como MBL, Vem pra Rua, Movimento Endireita Brasil, entre outros, não teriam tido forças para garantir a frágil “legitimidade social” do golpe, amparada no pastiche do “povo nas ruas”. Digo pastiche, pois se tratou de uma paródia sem conexão com o objeto representado (o povo nas ruas), haja vista boa parte dos segmentos que se mobilizaram nutrirem atávicos sentimentos elitistas “antipovo”, buscando distinguir-se dele por todos os meios, como reivindicando ancestralidades outras que não a nacional. Tratou-se muito mais de um uso indevido da categoria “povo”, e por tempo determinado - não que isso deslegitime por si só os protestos, alimentados também pelas concretas contradições das gestões petistas.

Ainda sobre o peso dos grupos ultraliberais brasileiros, acho pertinente pensar neles como uma vanguarda idealista e ideológica do capital, que foi muito bem treinada e assistida pela Rede Atlas para poder aproveitar as oportunidades oferecidas por uma crise. Esta, independentemente da polêmica acerca de sua causalidade - se reflexo de um cenário econômico internacional (tese da defesa) ou fruto da incompetência da presidência (tese da acusação) - foi muito bem manipulada e construída em seu sentido hegemônico junto à opinião pública. Dessa forma, os grupos que foram preparados para travar a “batalha ideológica” e política no Brasil em prol da “liberdade”, quando surgiu (ou foi criada) a oportunidade soube aproveitá-la, o que no léxico maquiavélico pode ser traduzido como teve a virtude de aproveitar a fortuna. Mas, nesse caso, trata-se de uma fortuna que pode não ter sido tão fortuita assim, e de uma virtude que, seguramente, teve seu desenvolvimento planejado por agentes internacionais e nacionais. Um trecho da reportagem da Atlas sobre o impeachment é muito significativo nesse particular:

Milton Friedman observou que mudanças reais geralmente ocorrem apenas após uma crise, e “as ações que são tomadas dependem das ideias que estão por aí”. Os parceiros da Rede Atlas no Brasil passaram anos assentando as bases para que as ideias de liberdade estivessem presentes neste momento, para

fornecer um farol de razão e esperança em meio a uma turbulenta tempestade política e econômica¹⁶².

A instrumentalização da crise passou pela mobilização de novos e velhos jargões, indo desde a suposta incompetência do Estado e necessidade de privatização, liberdade e desregulamentação, passando por uma nova versão da hipócrita cruzada “lacerdista” contra a corrupção do trabalhismo e chegando até o resgate do imaginário anticomunista mais tosco da Guerra Fria, que estava em estado latente até pouco tempo (e dois anos depois estruturou a vitoriosa campanha do PSL). Foi costurada uma rede de apoio às mobilizações, enquadrando desde organizações patronais como a FIESP até partidos de oposição ou aliados frágeis e fisiológicos do governo petista e, claro, o PIG “Partido da Imprensa Golpista”, área específica que provavelmente o Instituto Millenium (também ligado à Atlas) teve atuação privilegiada. Assim, quando surgiu ou foi forjada a oportunidade, havia dirigentes preparados para conduzir o processo, que levou à retomada do Estado pelas forças mais retrógradas de nosso espectro político.

Em suma, considero que os anuários, embora enalteçam suas forças até como fator motivador, revelam uma muito bem estruturada e forte rede de organizações, que encabeçadas pela Atlas partilham de financiamento, formação teórica, prática em mobilizações e influência junto à opinião pública, inclusive, conseguindo penetrar e organizar um movimento estudantil ultraliberal intercontinental. As salas de aula, tanto do ensino médio quanto superior, público ou privado, já revelam a presença da ideologia “libertarianista”, inclusive com tal nomenclatura sendo utilizada junto a outros jargões, como “esquerdista”, este último com sentido pejorativo. É impossível ignorar o papel de vanguarda muito bem desempenhado pelo MBL, MEB, entre outros, na mobilização massiva das classes médias e altas brasileiras no apoio civil ao golpe, que inclusive protagonizaram manifestações massivas. Os treinamentos em agitação e propaganda têm surtido efeito, e de fato como quer a Atlas, a batalha de ideias vem tendo um desfecho pouco alvissareiro para as forças progressistas. 2018 é a prova.

Em outras palavras, os dados apresentados ao longo da obra nos garantem certa segurança para afirmar que, há indícios suficientes para sustentar que as ONGs ultraliberais, como “aparelhos privados de hegemonia”, exerceram um papel determinante nos eventos que

¹⁶² DIXON, 2016.

culminaram no golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Roussef, e nas vitórias eleitorais da direita, em 2018. Contudo, equivocadamente, havíamos pensado que encontraríamos evidências ligando os esforços da Atlas com o IAE no Brasil, o que daria uma visão mais precisa dos acontecimentos recentes. De todo modo, se há indícios de que os procedimentos desenvolvidos ou aprimorados por Gene Sharp e os seus foram implementados nos protestos entre 2014 e 2016 para desestabilizar e golpear o governo brasileiro, há uma lacuna de informações, seja ela intencional ou não (inclusive, escrevemos à organização pedindo os anuários não disponíveis em seu site, mas nunca obtivemos resposta). O que há são breves passagens nos anuários relativas à tradução para o português e distribuição de livros do instituto no Brasil, o que pressupõe uma rede previamente estabelecida de contatos, bem como a transmissão pelo GNT - associado à rede Globo, que por sua vez é descrita pela Atlas como parceira de ações de entidades locais a ela ligadas -, ainda em 2013, do documentário “Como iniciar uma revolução”. Contrapondo o que foram as manifestações com as diretrizes formuladas pelo IAE, há muitos pontos em comum para considerarmos que se tratam somente de coincidências fortuitas. Até porque, a organização afirma que distribuiu milhares de livros no país.

Meu intuito foi tão somente coligir diversas evidências fortes o suficiente para demonstrar a ocorrência de um fenômeno comum, um novo padrão de intervenção internacional em assuntos alheios, cujas particularidades locais devem ser sempre melhor determinadas. Busquei chamar a atenção para o problema e não apresentar respostas conclusivas. Ao final, contento-me por sentir ter exorcizado um fantasma que me assombrou desde o começo dessa pesquisa (a possibilidade de estar diante de uma teoria da conspiração) e por ter começado a delinear, ainda que de forma muito incipiente, os contornos de um fator conjuntural relevante em qualquer análise que se pretenda crítica e progressista. Defendo que esse padrão de atuação global está sim relacionado com o significativo crescimento das direitas na contemporaneidade. Reconheço a eficácia dos ultraliberais. Portanto, nessas alturas, desejaria que tudo isso fosse mero devaneio conspiratório, pois não nos demandaria encarar a realidade de que, para novos tempos há novas formas de desestabilização e golpes, a serviço de velhos interesses elitistas e imperialistas. Mas, assim como uma revolução, destrinchar as nuances dessa atuação é tarefa coletiva. Cabe, ainda, pes-

quisar melhor as minúcias dessa articulação entre diferentes setores e a questão das crises e de suas representações. Na mesma linha, tratando-se do caso venezuelano ou das ditas “primaveras árabes”, igualmente, é necessário pesquisar as especificidades de cada caso, considerando a presença comum das ONGs internacionais com suas agendas e as relações estabelecidas com os grupos locais. Inclusive, a atuação das ONGs varia. Se no Brasil a Rede Atlas foi mais decisiva, o Instituto Albert Einstein parece ter tido uma atuação secundária, sendo esta mais decisiva nos casos médio-orientais, além da Venezuela.

Que sejam desenvolvidos estudos que possam apresentar melhor as minúcias da situação brasileira, assim como o real peso dos agentes treinados por ONGs internacionais nos demais países da América Latina e Oriente Médio - este que abordamos muito superficialmente, mas que ao menos mostrou inequívocos paralelos com a situação latino-americana, atingindo nosso objetivo de enfatizar o problema e não dar respostas conclusivas, que sequer temos. Que venham estudos que também possam esclarecer os vínculos entre as esferas estatais, as megacorporações globais e esses esforços da Atlas, do IAE e de grupos locais. Ao menos não precisamos partir do zero em tais esforços intelectuais e políticos. Embora escritas há várias décadas, as reflexões teóricas de Antônio Gramsci acerca do “Estado ampliado” e dos “aparelhos privados de hegemonia” ainda garantem um bom enquadramento teórico¹⁶³.

Reiteremos aqui também outro possível ponto de partida para essas pesquisas, que são três pontos destacados por Maurice Lemoine para caracterizar os “golpes lights” e as “desestabilizações modernas” na América Latina, que se após “o inverno das ditaduras” se tornou um “laboratório de experimentação de políticas à esquerda”, agora, “cada vez mais os Estados Unidos e seus aliados aprendem a derrubar - ou tentar derrubar - sem muito derramamento de sangue os governos que os perturbam.”. Primeiro, “[...] as forças conservadoras aprenderam que, na opinião internacional, os métodos sangrentos revelam-se contraprodutivos e que, na América Latina pelo menos, um golpe clássico não tem mais lugar. Então, as técnicas evoluíram.” (é o que também indica James Petras, apontando a prioridade dos meios não violentos para garantir regimes favoráveis aos interesses do capital, e a característica de “fachada democrática” da etnocracia israelense, que

¹⁶³ LIGUORI; VOZA, 2017.

busca turvar a realidade do apartheid que impõe aos palestinos¹⁶⁴). Segundo, diretamente relacionada a essa primazia da aparência de legalidade, está a definição de “golpe de Estado constitucional”, que Lemoine utiliza para englobar desde o caso de Manuel Zelaya, em Honduras (2009) até Fernando Lugo, no Paraguai (2012). Tal modelo se aproxima tanto da definição das “revoluções coloridas” quanto do caso de Dilma descrito por Baggio como “a concretização de uma espécie de novo ‘modelo’ de golpe de Estado”¹⁶⁵. Terceiro, para Lemoine, “Nesse início do século XXI, Washington só concebe a democracia como uma ferramenta que permite o bom funcionamento do mercado.”, o que converge com a definição de Petras da democracia como tendo um caráter meramente instrumental para os EUA, e com as reflexões de Casara acerca da pós-democracia e da perda de sua dimensão material.

Acrescentamos ainda uma quarta característica, que é a inviabilidade de se pensar a atuação dessas ONGs, especialmente a Atlas, em termos de uma verticalizada “internacional capitalista”, pois não possui caráter coordenador ou se guia por uma centralização e controle rigoroso das atuações locais, o que deslegitimaria os agentes locais, que são reconhecidos pela própria Rede como fundamentais e centrais nos processos por estarem inseridos nas realidades locais. São relações mais fluídas, como a própria pós-modernidade, ainda que haja certa dose e muito mais sutil de dirigismo, que pode ser percebida na distribuição de prêmios, garantia de treinamentos e reconhecimento internacional pela rede das “melhores iniciativas”, o que garante uma pressão de acomodamento ou adequação às linhas gerais¹⁶⁶. Se as agendas do MBL, ou EPL, são locais, convergem para os interesses das megacorporações internacionais, como no caso da defesa da privatização da Petrobras. Se não podemos considerar suas agendas como completamente controladas, tampouco podemos julgá-las como absolutamente autônomas. Até as críticas que o SFL e o MBL dirigem ao suposto predomínio do pensamento “estatista” e “socialista” nas escolas e universidades brasileiras, desenvolvendo estratégias para dissemi-

¹⁶⁴ PETRAS, 2007; YIFTACHEL, 2006.

¹⁶⁵ LEMOINE, 2016; BAGGIO, 2016.

¹⁶⁶ Lucas Patschiki é quem destaca essa especificidade da atuação da Atlas. PATSCHIKI, 2017, p. 146.

nar a doutrina ultraliberal na educação, é uma preocupação que figura na documentação da Atlas.

Reivindicando a atualidade do conceito de imperialismo, James Petras também aborda considerações relevantes para pensarmos esse novo padrão de desestabilizações e “golpes light”. “O ponto teórico é que o imperialismo governa através de hegemonia indireta”, preferindo governos eleitos a golpes e ditadores, mas recorrendo aos últimos acaso a orientação dos primeiros seja desfavorável a seus interesses e os sustentando até que uma crise revolucionária coloque tudo a perder, quando então um governo eleito volta a ser instrumental¹⁶⁷. Se as condições econômicas ideais para sua expansão são “as economias ‘abertas’ que permitem fluxos irrestritos de capital estadunidense, mercadorias, lucros e pagamentos de juros.”, as melhores condições políticas são os governos privatizadores, desregulamentadores e “desnacionalizadores”. Dessa forma, seria aceitável reconhecer que, “o imperialismo é a força motora do atual momento histórico”, sendo seu “fato mais significativo” a “nova divisão do mundo” em meio a uma luta entre imperialismos maiores e menores, velhos e novos, pelo controle de regiões, regimes, mercados, energia e recursos estratégicos, recorrendo a guerras, acordos de livre comércio ou associações econômicas e militares.

Embora o assunto aqui tratado seja delicado, e às vezes revoltante, que ele não contribua para uma despolitização ainda maior, reforçando intolerâncias. Se grupos brasileiros mantêm conexões internacionais, e seu ultraliberalismo constitui para nós um “entreguismo”, isso não é motivo para sua demonização e caracterização como mal absoluto. O inimigo é político, recorre abertamente a meios fascistas de propaganda e mobilização, mas deve ser desmascarado e combatido dentro das balizas éticas e legais. Afinal, fascismo e autoritarismo não devem ser combatidos com mais fascismo e autoritarismo. Os direitos civis e políticos são garantias muito mais necessárias para quem discorda dos modelos hegemônicos do que para exprimir pensamentos concordantes com a barbárie produzida pelo capital. Basta observar que é a crítica e não a defesa do atual sistema que é criminalizada como ideologia pelo “Escola sem partido”. A lógica tatcheriana de não haver opção ao liberalismo pode trazer a reboque medidas autoritárias, como a criminalização de divergências, e precisamos das liberda-

¹⁶⁷ PETRAS, 2007, p. 30; 3-35-36; 47-49.

des básicas para travar os necessários combates em prol da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ-OSSORIO, I.; ELVIRA, L. R. de. La intifada síria: el caso de los Assad. In: _____; ÁLVAREZ-OSSORIO, I. **Informe sobre las Revueltas Árabes**. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2011.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAGGIO, K. G. Conexões ultraliberais nas Américas: o *think tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: **XII Encontro Internacional da ANPHLAC, Anais...** Campo Grande, 2016,. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BARBER, B. R. **O império do medo: guerra, terrorismo e democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CASARA, R. **Estado pós democrático: neoobscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CATTANI, A. D. (Org.). **Riqueza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2010.

CHOMSKY, N. **Piratas e imperadores: antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COHEN, R. Who Really Brought Down Milosevic. **New York Times Magazine**, 26 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2000/11/26/magazine/who-really-brought-down-milosevic.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

COSTA, A. L. M. C. Quem são os irmãos Koch? **Carta Capital**, 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FANG, L. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept**, 11 ago. 2017. Disponível em:<<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

FRESU, G. **Nas trincheiras do Ocidente**: lições sobre fascismo e anti-fascismo. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

GIDDENS, A. **O Estado-nação e a**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EDUSP, 2008.

GÓMEZ-BENITA, I. G. de T. La Revuelta Libia y las incógnitas de la transición. In: _____; ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio. **Informe sobre las Revueltas Árabes**. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2011.

GONZÁLEZ, H. **O que é subdesenvolvimento**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HAMAD, L. Yemen: de la revolución pacífica a las luchas por el poder. In: _____; ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio. **Informe sobre las Revueltas Árabes**. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Dezessete contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEGUIZAMON, S. A. Expropriação de riqueza e neoliberalismo na Argentina. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **Riqueza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2010.

LEMOINE, M. América Latina: “golpes light” e desestabilização moderna. **Le Monde Diplomatique**, 10 nov. 2016. Disponível em:<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1700>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

LIGUORI, G.; VOZ, P. (Org.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MESA, L. Bahréin: protestas populares, represión. In: _____; ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio. **Informe sobre las Revueltas Árabes**. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Multidão: guerra y democracia en la era del Imperio**. Barcelona: Debate, 2004.

N'KRUMAH, K. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

PATSCHIKI, L. **A classe dominante brasileira em organização: o IMIL como aparelho privado de hegemonia (2005-2013)**. Tese postumamente defendida no programa de doutoramento em história da UFG, sob orientação de David Maciel. No prelo.

PETRAS, J. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

PETRAS, J.; CAVALUZZI, T. **O liberalismo na América Latina e a estratégia global dos Estados Unidos**. São Paulo: Caderno Dívida Externa n° 9, 1995.

PETRAS, J.; WELTMEYER, H. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

RAMADAN, T. **The Arab awakening**. Islam and the New Middle East. London: Penguin Group, 2012.

RESTREPO, V. L. F. Colômbia: bloco no poder e seletividade estratégica. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **Riqueza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2010.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSEN, S. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

RELATÓRIOS E ARTIGOS JORNALÍSTICOS

ALBERT EINSTEIN INSTITUTE. **About Us**. Disponível em: <<http://www.aeinstein.org/about/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **The First Five Years (1983-1988) and plans for the future**. The President's Report, 1988. Disponível em: <<http://www.aeinstein.org/about/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Biennial Report: 1988-1990**. Albert Einstein Institute website, 1990. Disponível em: <<http://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/04/1983-1988.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Biennial Report: 1990-1992**. Albert Einstein Institute website, 1992. Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/04/1990-92.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Report on Activities: 1993-1999**. Albert Einstein Institute website, 2000. Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/04/1993-99rpt.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Report on Activities: 2000-2004**. Boston: Albert Einstein Institute website, 2004. Disponível em: <<http://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/04/2000-04rpt.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Newsletter, spring 2006**. Disponível em: <https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/01/AEI_Newsletter_May_2006.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Breakthrough: An Update on the Work of the Albert Einstein Institution, 2011**. Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/01/Breakthrough.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **The Albert Einstein Institution Newsletter, December 2012.** Disponível em: <https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/01/2012-newsletter-FINAL_.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Annual Report, 2013.** Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/12/PC-Newsletter.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Nonviolent Struggle.** News and Updates from the Albert Einstein Institution, December 2013. Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/12/PC-Newsletter.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Nonviolent Struggle.** News and Updates from the Albert Einstein Institution, December 2014. Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2014/12/NVS-Newsletter-2014-for-web.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

_____. **Nonviolent Struggle.** News and Updates from the Albert Einstein Institution, December 2014. Disponível em: <<https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2015/12/NVS-Newsletter-2015-for-website.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.

AMARAL, M. “A nova roupa da direita”. **Pública**, 23 de jun. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

APPEL, H.; GELMAN, V. Revising Russia’s Economic Model: The Shift from Development to Geopolitics. **PONARS Eurasia**, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/8066>>. 20 jul. 2017.

ARROW, R. **Gene Sharp**: Author of the nonviolent revolution rule-book. BBC, 21 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-12522848>>. 20 jul. 2017.

ATLAS NETWORK. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue. fall 2002. **Atlas Network website**. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/assets/uploads/annual-reports/2002year-inreview.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2003. **Atlas Network website**. Disponível em: <<https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/2003yearinreview.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2004. **Atlas Network website**. Disponível em: <<https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/2004yearinreview.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2005. **Atlas Network website**. Disponível em: <<https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/2005yearinreview.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2006. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/2006_fall_yir.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2007. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/22210101-Atlas-Year-in-Review-2007_%281%29.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2008. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/22209874-Atlas-Year-in-Review-2008_%281%29.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2009. **Atlas Network website**. Disponível em: <<https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/22212103-Atlas-Year-in-Review-2009.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2010. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Atlas_2010_YIR_Me-dRes.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2011. **Atlas Network website**. Disponível em: <[---

122](https://www.atlas-</p></div><div data-bbox=)

[network.org/assets/uploads/annual-reports/Annual_Report_2011.pdf](https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Annual_Report_2011.pdf)>.

Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2012. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Annual_Report_2012.pdf>.

Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2013. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Annual_Report_2013.pdf>.

Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2014. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Atlas_Network_YIR_2014.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2015. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Atlas_Network_Year_in_Review_2015_Digital_Final.pdf>.

Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Atlas Investor Report. Special Year-in-Review Issue, fall 2016. **Atlas Network website**. Disponível em: <https://www.atlas-network.org/assets/uploads/annual-reports/Atlas_Network_Annual_Report_2016_Final_Digital_051517.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Liberty Movement Exploding Among Brazilian Students. **Atlas Network website**, 6 ago. 2015a. Disponível em: <<https://www.atlas-network.org/news/article/liberty-movement-exploding-among-brazilian-students>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Students for Liberty Plays Strong Role in Free Brazil Movement. **Atlas Network website**, 1 abr. 2015b. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Students for Liberty Plays Strong Role in Free Brazil Movement. **Atlas Network website**, 1 abr. 2015c. Disponível em:

<<https://www.atlasnetwork.org/news/article/training-think-tank-leaders-in-brazil>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Training Think Tank Leaders in Brazil. **Atlas Network website**, 9 nov. 2015d. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/training-think-tank-leaders-in-brazil>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BARKER, M. Sharp Reflection Warrant. Nonviolence in the service of imperialism. **Swans Commentary**, 30 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.swans.com/library/art14/barker01.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CARVALHO, R. Bolsonaro diz que quer dar “carta branca” para PM matar em serviço. **UOL Notícias**, 14 dez. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/12/14/bolsonaro-diz-que-quer-dar-carta-branca-para-pm-matar-em-servico.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

CNN. **Lukashenko vows ‘no color revolution’ in Belarus**. CNN, 4 jul. 2011. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/WORLD/europe/07/04/belarus.-protests/index.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DERLUGUIAN, G. Leaderless Protest in Armenia. **PONARS Eurasia**, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/7769>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DIXON, E. D. Brazil’s Ideological Crossroads: Menos Marx, Mais Mises. **Atlas Network website**, 18 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/brazils-ideological-crossroads>>. Acesso em 4 nov. 2017.

DOBRIANSKY, P. J. **Remarks on Release of Country Reports on Human Rights Practices for 2004**. Archive of U.S. Department of State, 28 fev. 2005. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/g/drl/rls/spbr/42805.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FLINTOFF, C. Are ‘Color Revolutions’ a New Front in U.S.-Russia Tensions? **NPR**, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.npr.org/2014/06/12/321392873/are-color-revolutions-a-new-front-in-u-s-russia-tensions>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GORENBURG, D. Countering Color Revolutions: Russia's New Security Strategy and its Implications for U.S. Policy. **PONARS Eurasia**, set. 2014. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/7209>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GOWANS, S. Learning from color revolutions. **Gowans Wordpress**, mar. 2009. Disponível em: <<https://gowans.wordpress.com/2009/03/16/learning-from-color-revolutions/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MORLEY, J. The Branding of Lebanon's 'Revolution'. **The Washington Post**, 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A1911-2005Mar2.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MOROZOV, V. Kazakhstan and the "Russian World": Is a New Intervention on the Horizon? **PONARS Eurasia**, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/7761>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. 2017. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

NIKITINA, Y. Approaches to State and Nation-Building in Russia's Ukraine Policy. **PONARS Eurasia**, set. 2014. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/7228>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

O Caminho da Prosperidade. Propostas de plano de governo de Jair Bolsonaro, 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PHILLIPS, D. Brazil's right on the rise as anger grows over scandal and corruption. **The Guardian**, 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jul/26/brazil-rightwing-dilma-rousseff-lula>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SHAHNAZARIAN, N. "Here is not Maidan, Here is Mashal Baghramian": The "Electric Yerevan" Protest Movement and Its Consequences. **PONARS Eurasia**, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/8201>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

STUDENTS FOR LIBERTY. **Students for Liberty 2010-2011: Annual Report.** Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2010/07/2010-2011-SFL-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Students for Liberty 2011-2012: Annual Report.** Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2010/07/2011-2012-SFL-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Students for Liberty 2012-2013: Annual Report.** Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2017/04/2012-2013-SFL-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Students for Liberty 2013-2014: Annual Report.** Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2014/12/sfl-annual-report-WEB.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Students for Liberty 2014-2015: Annual Report.** Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2015/06/sfl-annual-report-2015-web.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Students for Liberty 2015-2016: Annual Report.** Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2017/04/Annual_Report_2015-16.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Students for Liberty 2016-2017: Annual Report.** Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2018/03/2017-SFL-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SUN, R. **Blue Revolution – Kuwaiti Women Gain Suffrage.** Counterpunch, 5 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.counterpunch.org/2016/05/12/blue-revolution-kuwaiti-women-gain-suffrage/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SWARIS, N. **Sri Lanka's Colour Revolution?** Sri Lanka Guardian, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.srilankaguardian.org/2010/01/sri-lankas-colour-revolution.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TAYLOR, B. The Code of Putinism. **PONARS Eurasia**, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/node/8078>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

THE WHITE HOUSE. President Addresses and Thanks Citizens of Slovakia. **The US White House**, Fev. 2005. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/02/20050224-1.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TORREBLANCA, J. I. Revoluciones sin colores. **El País**, 8 fev. 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/02/08/internacional/1265583606_850215.html>.

UOL NOTÍCIAS. “EUA não podem continuar derrubando governos na América Latina”, diz Sanders. **Portal UOL**, 19 abr. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimasnoticias/efe/2016/04/19/sandersdizqueeuanaopodemcontinuarderrubandogovernosnaalatina.html>>. Acesso em 11 jun. 2017.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WANDELLI, R. MBL ganha na justiça liminar para fazer na UFSC evento acusado de promover neonazistas. **Jornalistas livres**, nov. 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/2017/11/mbl-ganha-na-justica-liminar-para-fazer-na-ufsc-evento-acusado-de-promover-neonazistas/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

YIFTACHEL, Oren. **Ethnocracy. Land and identity politics in Israel/Palestine**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

SOBRE O AUTOR

Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (2007). Especialista em história pela Faculdade Bagozzi (2009). Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Doutor pelo programa interdisciplinar "Humanidades, direitos e outras legitimidades", da Universidade de São Paulo (USP). Autor de textos sobre identidade, violência, política e direitos humanos e internacionais no Oriente Médio, destacando-se os livros "Oriente médio desmistificado: fundamentalismo, terrorismo e barbárie" e "Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza". Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão, Campus Bacabal

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Formato A5
1ª Edição Março de 2019

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

